UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

RECONHECIMENTO DOS ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS DE RIQUEZA NO
PATRIMÔNIO DAS ENTIDADES

Luciano Márcio Scherer
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

São Paulo
2.002

LUCIANO MÁRCIO SCHERER

**RECONHECIMENTO DOS ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS DE RIQUEZA NO
PATRIMÔNIO DAS ENTIDADES**

**Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós Graduação em
Controladoria e Contabilidade da
Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade da Universidade de São
Paulo**

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

São Paulo

2.002

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Adolfo José Melphi

Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dra. Maria Tereza Leme Fleury

Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

Coordenador da Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti

A meus pais, Egídio e Marli

À minha irmã, Luciani

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, razão da existência de tudo e de todos.

Agradeço ao Professor Doutor Eliseu Martins, na condição de diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) por ocasião de meu curso de Mestrado.

Agradeço ao Professor Doutor Reinaldo Guerreiro, na condição de chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária por ocasião de meu curso de Mestrado, bem como na condição de professor orientador deste trabalho.

Agradeço aos Professores Doutores Fábio Frezatti e Diogo Toledo do Nascimento, na condição de atual e ex-coordenador, respectivamente, do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade.

Agradeço aos Professores Doutores Lázaro Plácido Lisboa e Antônio Benedito Silva Oliveira pela paciente leitura e sugestões efetuadas para este trabalho.

Agradeço aos Professores Doutores Ariovaldo dos Santos, Armando Catelli, Eliseu Martins, Geraldo Barbieri, Gilberto de Andrade Martins, José Carlos Marion, Lázaro Plácido Lisboa, Luis João Corrar, L. Nelson G. de Carvalho, Reinaldo Guerreiro, Roberto Vatan dos Santos, e demais professores do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade pelos ensinamentos transmitidos.

Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro prestado, e à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) pela oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A Contabilidade deve ser capaz de prover seus usuários com informações úteis, a serem utilizadas no processo gerencial de tomada de decisões. Assim, os relatórios contábeis devem estar revestidos de relevância e retratar fielmente a real posição do patrimônio de uma entidade a qualquer momento, em seus aspectos físicos, operacionais, financeiros e econômicos.

Entende-se que, para atender a essas finalidades, a Contabilidade deveria reconhecer os acréscimos e decréscimos de riqueza no patrimônio de uma entidade continuamente, quando de fato ocorressem. A forma como essas variações patrimoniais se configuram é através do reconhecimento de receitas e a confrontação com as respectivas despesas. Idealmente, o reconhecimento de receitas deveria ocorrer quando elas fossem de fato obtidas pela entidade.

Com base no exposto acima, foi formulado o problema de pesquisa desta dissertação, que é o seguinte:

De que forma o reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades no momento em que de fato ocorrem é tratado pela Contabilidade em seus relatórios?

E, com base nesse problema de pesquisa, formularam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

- a) se os relatórios contábeis forem baseados nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, então não reconhecerão os acréscimos ou decréscimos de riqueza das entidades no momento em que de fato ocorrem;
- b) se os relatórios contábeis forem baseados na abordagem gerencial da Gestão Econômica, então reconhecerão os acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades no momento em que de fato ocorrem.

A revisão de bibliografia efetuada, bem como o exemplo de aplicação dos conceitos extraídos da literatura contábil permite afirmar que a prática contábil atual, baseada nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, não retrata os acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades continuamente, quando de fato ocorrem, uma vez que as receitas são reconhecidas basicamente de forma pontual, quando de sua realização. Em muitas situações, a obtenção e a realização de uma receita ocorrem conjuntamente, entretanto, em outras isso não ocorre.

Já a abordagem gerencial da Gestão Econômica reconhece os acréscimos e decréscimos de riqueza no patrimônio das entidades continuamente, quando de fato ocorrem, de tal forma que o reconhecimento de receitas é efetuado quando elas são obtidas.

Por consequência, ambas as hipóteses de pesquisa desta dissertação foram comprovadas, e o problema de pesquisa atendido.

ABSTRACT

The Accounting must be capable of providing users with useful information to be used in the managerial decision-making process. Thus, the financial statements have to be relevant and reflect properly the real financial position of the equity of an entity at any time, in its physical, operational, financial and economic aspects.

To attend these purposes, the Accounting should recognize the increases and decreases of wealth in the equity of an entity continuously, when they really occur. The form in which these variations are configured is through the recognition of revenues and confrontation with the respective expenses. Ideally, the recognition of revenues should occur when they are actually obtained by the entity.

Based on the concepts above, the problem of this study research was formulated:

In what way the increases and decreases of wealth of the entities are treated by the Accounting in his financial reports?

And, based on the problem of research, the following hypothesis of research were formulated:

- a) if the financial reports are based in the Generally Accepted Accounting Principles, then they will not recognize the increases and decreases of wealth of the entities when they really occur;

- b) if the financial reports are based on the managerial approach of the Economic Management, then they will recognize the increases and decreases of wealth when they really happen.

The research done in Accounting books, as well the example of application of the concepts presented and discussed in this study let asseverate that the actual accounting practices, based on the Generally Accepted Accounting Principles, does not portray the increases and decreases of wealth of the entities continuously, when they really occur, once the revenues are recognized basically punctually, when of his financial realization. In many situations, the obtainment and the financial realization of revenues occur simultaneously, however, in others that do not happen.

In the other hand, the managerial approach of the Economic Management recognizes the increases and decreases of wealth in the equity of the entities continuously, when they really happen, in a way that, the revenues are recognized when they are really obtained.

As a result of this study, the two hypothesis of research were confirmed, and the problems of research attended.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- **AAA** -> *American Accounting Association* (Associação Americana de Contabilidade)
- **CFC** -> Conselho Federal de Contabilidade
- **FASB** -> *Financial Accounting Standards Board* (Junta de Normas de Contabilidade Financeira);
- **IAS** -> *International Accounting Standard* (Norma Internacional de Contabilidade);
- **IASB** -> *International Accounting Standards Board* (Junta de Normas Contábeis Internacionais);
- **SFAS** -> *Statement of Financial Accounting Standard* (Exposição de Normas de Contabilidade Financeira).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Justificativas	1
1.2. Problema de pesquisa	3
1.3. Hipóteses de pesquisa	5
1.4. Objetivos do trabalho.....	6
1.5. Abordagem metodológica.....	7
1.6. Divisão do trabalho.....	9
1.7. Referências bibliográficas.....	10
2. LUCRO, CAPITAL, ATIVOS	11
2.1. A estrutura conceitual básica da contabilidade.....	11
2.1.1. Os postulados contábeis	11
2.1.2. Os princípios contábeis	13
2.1.3. As convenções contábeis.....	14
2.1.4. As características qualitativas da informação contábil	15
2.2. Mensuração do lucro	18
2.2.1. Aspectos introdutórios	18
2.2.2. Custo de oportunidade e a apuração do lucro.....	21
2.2.3. Lucro, capital e preservação do capital	22
2.3. Mensuração de ativos.....	27
2.4. Referências bibliográficas.....	31
3. RECEITAS, DESPESAS E O SEU RECONHECIMENTO.....	32
3.1. Definições de receita	32
3.2. Distinção entre receitas e ganhos	34
3.3. Condições necessárias para o reconhecimento da receita	36
3.4. Vinculação entre receitas e despesas.	38
3.5. Momento de reconhecimento das receitas	39
3.5.1. Reconhecimento de receitas proporcionalmente ao decurso do tempo	39
3.5.2. Reconhecimento de receitas pela valorização de estoques.....	40
3.5.3. Reconhecimento de receitas decorrentes de produtos ou serviços de longo prazo de produção / execução	40
3.5.4. Reconhecimento da receita após o ponto de venda.....	42
3.6. Princípios fundamentais de contabilidade e o reconhecimento das receitas.....	44
3.6.1. O Princípio da competência segundo a resolução CFC nº 750/93.....	44
3.7. As convenções contábeis e o reconhecimento de receitas	46
3.8. Normas internacionais de contabilidade e o reconhecimento de receitas	46
3.8.1. <i>Fair value accounting</i> e suas implicações na contabilidade	47
3.9. Referências bibliográficas.....	51

4. SISTEMA DE GESTÃO ECONÔMICA E O RECONHECIMENTO DE ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS DE RIQUEZA.....	53
4.1. Aspectos introdutórios.....	53
4.2. Apuração de resultados.....	53
4.2.1. Aspectos introdutórios.....	53
4.2.2. Prática contábil atual e a apuração do resultado.....	54
4.2.3. Apuração do resultado na abordagem gerencial da gestão econômica.....	55
4.3. Mensuração do resultado econômico.....	58
4.3.1. Diferenças entre o resultado econômico e o resultado contábil.....	58
4.3.2. Resultado econômico e sua relação com a mensuração de ativos.....	60
4.4. A formação (apuração) do resultado econômico.....	63
4.4.1. Processo de formação do resultado econômico.....	64
4.5. Referências bibliográficas.....	66
5. APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DISCUTIDOS.....	67
5.1. Introdução.....	67
5.2. O exemplo da Companhia XYZ.....	67
5.2.1. Caracterização da empresa.....	68
5.2.2. Ocorrências dos períodos abrangidos.....	70
5.2.3. Apuração do resultado em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.....	72
5.2.4. Apuração do resultado com base nos preceitos da Gestão Econômica.....	82
5.3. Constatações extraídas do exemplo de aplicação dos conceitos discutidos....	117
6. CONCLUSÕES.....	119
BIBLIOGRAFIA.....	123
ANEXO 1 – Fluxo descontado de benefícios futuros do Imobilizado.....	127

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativas

O objetivo primordial da Contabilidade, conforme definido por Ludícibus (2000, p. 23), é o fornecimento “(...) *de informações econômicas para os vários usuários, de forma que propiciem decisões racionais*”. Logo, é necessário que sejam elaborados, a qualquer momento, relatórios contábeis preditivos, de forma a possibilitar a tomada de decisões racionais por parte de seus usuários.

Os usuários das informações contábeis se dividem em duas categorias:

- a) usuários internos, basicamente os gestores das organizações;
- b) usuários externos, que são inúmeros, como por exemplo, bancos, governo, sindicatos, concorrentes, fornecedores, entre outros.

Normalmente, os usuários externos recebem por parte das organizações os relatórios contábeis societários, de divulgação externa, para que sejam extraídas as informações que lhes satisfaçam. Já os usuários internos, além dos referidos relatórios, também podem receber relatórios contábeis gerenciais, que muitas vezes utilizam procedimentos divergentes dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, que norteiam a elaboração dos relatórios contábeis societários.

Pressupõe-se que ambos os grupos de usuários devam receber relatórios que demonstrem a real posição do patrimônio da entidade em um dado momento, de forma a servir como subsídio no processo de tomada de decisões.

Por conta de uma série de fatores, os relatórios contábeis societários externos baseados nos Princípios Fundamentais de Contabilidade não retratariam a real posição do patrimônio de uma entidade por não reconhecerem os acréscimos e decréscimos de riqueza quando esses de fato ocorrem. Para que isso acontecesse, seria necessário que o patrimônio líquido representasse efetivamente “(...) *o quanto vale a entidade em determinado momento*” (Guerreiro *in* Catelli, 1999, p. 91). Operacionalmente, os acréscimos e decréscimos de riqueza nas entidades se configuram através dos aumentos ou diminuições de valor no patrimônio líquido, por conta do reconhecimento do resultado em determinado período. E esse resultado se obtém da confrontação entre as receitas obtidas e os respectivos custos necessários para a sua obtenção.

Entretanto, não caberia à Contabilidade, através dos relatórios contábeis societários, divulgar expectativas de desempenho futuro da organização, pois ela se destina a informar exclusivamente resultados já realizados. E como a questão do reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades envolve expectativas em relação a resultados futuros, algumas das possibilidades não poderiam ser contabilizadas nos relatórios contábeis societários até que as mesmas se realizassem. Por isso, para determinadas finalidades gerenciais internas, os relatórios contábeis societários poderiam ser inadequados.

É possível afirmar que determinados relatórios gerenciais internos não necessariamente precisam observar os procedimentos para a sua elaboração, presentes nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, que orientam a elaboração dos relatórios contábeis societários destinados à divulgação externa. Por conta disso, pressupõe-se que os relatórios contábeis gerenciais possam utilizar procedimentos que possibilitem a apuração do real valor do patrimônio da entidade,

de tal forma que seus gestores não venham a tomar decisões equivocadas por conta de números que não retratam com fidelidade a real posição do patrimônio, no que tange aos aspectos físicos, operacionais, econômicos e financeiros.

Assim, a abordagem gerencial da Gestão Econômica tem como uma das premissas a preocupação em retratar com fidelidade a real posição do patrimônio da entidade no que tange aos aspectos físicos, operacionais, econômicos e financeiros, de tal forma que se procura reconhecer os impactos dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades quando de fato ocorrem.

1.2. Problema de pesquisa

Para configurar o problema de pesquisa deve-se delimitar o tema. Andrade (1999, p. 51) destaca que *“delimitar significa pôr limites, isto é, determinar a profundidade, abrangência e extensão do assunto”*. Essa medida visa evitar enfoques genéricos ou pouco abrangentes relacionados à pesquisa desenvolvida. Ao delimitar um tema, possibilita-se ao pesquisador efetuar suas reflexões e análises sobre ele, a fim de se chegar às suas conclusões.

Castro (1978, p. 55) observa que a escolha do tema é de extrema importância, pois a pesquisa pode se tornar inviável, metodologicamente insolvente se o tema for escolhido de forma errônea. Para esse mesmo autor, a escolha de um tema deve atender a três requisitos:

- a) A importância, ou seja, que o tema esteja ligado a uma questão teórica que merece ser investigada;
- b) A originalidade, ou seja, quando o tema tem o potencial de surpreender, mesmo que não seja inédito; e

- c) A viabilidade, ou seja, a disponibilidade de recursos financeiros, prazos, disponibilidade de material de pesquisa, e assim por diante.

Neste trabalho, o tema que se apresenta é o reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades.

Conforme destaca Martins (2000, p. 20), *“em seguida à delimitação de um tema, o investigador deverá problematizá-lo, isto é, formular com clareza um problema concreto a ser estudado”*.

Nas palavras de Kerlinger (1978, p. 35-36), *“um problema de pesquisa científica em primeiro lugar é uma questão, uma sentença em forma interrogativa. Segundo, uma questão que geralmente pergunta alguma coisa a respeito das relações entre fenômenos ou variáveis (...)”*, de tal forma que *“(...) a resposta à questão é procurada na pesquisa”*. Para esse autor, um bom problema de pesquisa deve atender a três aspectos. O primeiro, que expresse relações entre duas ou mais variáveis: “De que forma X e Y se relacionam?”, ou ainda, “de que forma X e Y se relacionam com Z?” O segundo aspecto é que o problema seja apresentado em forma interrogativa, e o terceiro, que implique possibilidades de testagem empírica.

Quando da problematização de um tema, deve-se atentar para o fato de que determinados temas envolvem “questões de engenharia” ou “questões de valor”. Kerlinger (1978, p. 33) salienta que problemas que se enquadram nessas duas categorias não se configuram como problemas no sentido eminentemente científico. Uma questão de engenharia pergunta, antes de tudo, como fazer uma determinada coisa, ou seja, não afirma nem tampouco implica relações entre variáveis. O pesquisador até poderá fornecer sugestões sobre possíveis respostas, mas jamais poderá responder a questões desse tipo de forma direta.

Já uma questão de valor pergunta qual, entre duas ou mais alternativas, é melhor ou pior que outra, ou ainda, se algo é bom, mau, desejável, indesejável, etc. Ou seja, elas demandam um julgamento que envolve o posicionamento do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa, de tal forma que o que é considerado como bom por um pesquisador pode não ser considerado por outro, o que faz com que questões desse tipo não possam ser testadas empiricamente.

Tendo em foco esses conceitos, o problema de pesquisa que se pretende investigar neste trabalho pode ser colocado da seguinte forma:

De que forma o reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades é tratado pela Contabilidade em seus relatórios?

1.3. Hipóteses de pesquisa

Conforme salienta Kerlinger (1978, p. 38), *“uma hipótese é um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis. Hipóteses são sentenças declarativas e relacionam de alguma forma variáveis a variáveis”*. São as conjecturas dos enunciados que são testadas na pesquisa.

Kerlinger (1978, p. 41) expressa, ainda, que as hipóteses *“para serem cientificamente úteis, (...) precisam ser testáveis, ou no mínimo, conter implicações para teste”*. E esse teste pressupõe abordagem empírica.

Uma premissa deste trabalho é que os gestores das organizações devem utilizar relatórios relevantes no processo gerencial de tomada de decisões. E esses relatórios, para serem relevantes, devem apresentar a real posição do patrimônio da entidade a qualquer momento. Nesse sentido, é necessário que os acréscimos e os

decréscimos de riqueza, materializados no patrimônio, sejam reconhecidos no momento em que de fato ocorrem.

Com base nessa premissa, as hipóteses deste trabalho são as seguintes:

- a) se os relatórios contábeis forem baseados na abordagem gerencial da Gestão Econômica, então reconhecerão os acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades no momento em que de fato ocorrem;
- b) se os relatórios contábeis forem baseados nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, então não reconhecerão os acréscimos ou decréscimos de riqueza das entidades no momento em que de fato ocorrem.

1.4. Objetivos do trabalho

O objetivo geral do trabalho é contribuir para a clarificação e solidificação de conceitos teóricos presentes nas obras que versam sobre a Teoria da Contabilidade, no que tange à sua aplicação pelas entidades no âmbito gerencial, em relação ao processo de tomada de decisões por parte dos gestores.

Já como objetivo específico, tem-se a apresentação e discussão dos conceitos relacionados à questão do reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades quando de fato ocorrem, presentes na literatura contábil, a fim de que sejam fornecidos subsídios para que o problema de pesquisa seja respondido. Da mesma forma, procurar-se-á confrontar o entendimento, em relação ao tema delimitado, das práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e da abordagem gerencial da Gestão Econômica.

1.5. Abordagem metodológica

O presente trabalho apresenta-se como uma monografia. Conforme salienta Salvador (1977, p. 33), a *“monografia pode ser considerada como um gênero de trabalhos científicos, enquanto que ensaio, dissertação e tese constituem espécies ou tipos de trabalhos monográficos”*.

Para Andrade (1999, p. 104), as monografias devem apresentar o tratamento escrito sobre um tema específico, bem como ser resultante de uma investigação científica, de tal forma que possam apresentar uma contribuição original pessoal ao progresso da ciência.

Segundo o que consta na literatura, as monografias podem ser de dois tipos, as escolares, que se constituem em requisitos para a conclusão de uma disciplina ou de um curso de graduação, servindo assim como uma iniciação à pesquisa, e as monografias científicas, ou seja, as dissertações de mestrado e as teses de doutorado, que se constituem em requisito para a obtenção de um determinado título. As monografias científicas apresentam um grau de aprofundamento muito superior às monografias escolares no que tange à qualidade do trabalho, aprofundamento do tema e originalidade das conclusões.

Em relação à dissertação de mestrado, Salvador (1977, p. 35) observa que essa *“(...) resulta de um estudo teórico, de natureza reflexiva, que consiste na ordenação de idéias sobre um determinado tema. Exige, por isso, a capacidade de sistematização dos dados coletados, sua ordenação e interpretação”*.

As dissertações de mestrado podem ser expositivas ou argumentativas. Nas primeiras são apresentados e relacionados materiais extraídos de várias fontes, de tal forma que se espera fidelidade às idéias dos autores consultados, bem como a

capacidade de ordená-las em uma linha lógica de raciocínio. Já nas segundas, adicionalmente, exige-se a apresentação de razões e evidências baseadas em técnicas de argumentação. Ou seja, uma dissertação de mestrado poderá expor determinado assunto, ou ainda, além de expor, explicar e interpretar o mesmo.

Conforme salienta Andrade (1999, p. 08), *“o autor da dissertação de mestrado pode externar opiniões, sobretudo na conclusão, desde que não tenha o objetivo de convencer, persuadir”*. Ainda segundo essa autora, não se espera que a dissertação de mestrado traga a marca da originalidade, porém, espera-se que seja pessoal, fruto de reflexão do pesquisador, e elaborada com o devido rigor científico.

Este trabalho monográfico apresenta-se como uma dissertação de mestrado com finalidades argumentativas. Para tanto, utiliza-se da pesquisa bibliográfica como método de pesquisa. Segundo Martins e Lintz (2000, p. 29), essa abordagem metodológica é a mais freqüente nos estudos monográficos, visto que se apresenta como um adequado meio de formação científica quando realizada na forma de análise teórica, ou mesmo quando realizada como fundamentação de investigações empíricas. Ainda segundo esses autores, a finalidade da pesquisa bibliográfica é recolher, selecionar, analisar e interpretar contribuições científicas anteriores sobre determinado tema.

Como irá se contrapor o entendimento das práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, à abordagem gerencial da Gestão Econômica em relação ao tema delimitado, é demonstrado um exemplo prático de aplicação dos conceitos apresentados, que, entretanto, possibilita testagem empírica.

1.6. Divisão do trabalho

O trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, está desenvolvida a fundamentação teórica do assunto, e na segunda, é apresentado o exemplo de aplicação dos conceitos apresentados e analisados.

Assim, no **Capítulo 2, Lucro, capital e ativos**, são introduzidos e analisados conceitos relativos à questão da mensuração do lucro e dos ativos. O enfoque desse capítulo repousa basicamente sobre as práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

No **Capítulo 3, Receitas, despesas e o seu reconhecimento**, são demonstrados e analisados os conceitos relativos ao reconhecimento de receitas, bem como a confrontação delas com os custos e despesas. O enfoque desse capítulo também repousa nas práticas contábeis atuais.

No **Capítulo 4, Sistema de Gestão Econômica e o reconhecimento de acréscimos e decréscimos de riqueza**, são apresentados e analisados os conceitos relacionados à fundamentação do sistema de Gestão Econômica, bem como o seu entendimento no que tange o reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades quando de fato ocorrem. Com esse capítulo encerra-se a primeira parte da dissertação, ou seja, a pesquisa bibliográfica em si.

No **Capítulo 5, Aplicação dos conceitos discutidos**, é apresentado o exemplo de aplicação, que tem por objetivo evidenciar as diferenças de tratamento entre as práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e a abordagem gerencial da Gestão Econômica, em relação ao tema deste trabalho, ou seja, o reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades.

1.7. Referências bibliográficas

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.
- CATELLI, Armando.(Coord.) **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1980.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.
- SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.

2. LUCRO, CAPITAL, ATIVOS

2.1. A estrutura conceitual básica da contabilidade.

Segundo Iudícibus (2000), a Contabilidade possui a seguinte estrutura conceitual básica:

- a) Postulados;
- b) Princípios;
- c) Convenções;
- d) Características qualitativas da informação contábil.

A seguir, serão apresentados, de forma sintetizada, alguns conceitos relacionados aos itens acima.

2.1.1. Os postulados contábeis

Um postulado é uma proposição de certa realidade, que não necessita de comprovação para ser considerada como verdadeira e válida, sendo, portanto, o ponto de partida para todo o desenvolvimento subsequente de determinada disciplina. A literatura contábil destaca a existência de dois postulados, o da entidade e o da continuidade, que *“(...) formam o arcabouço sobre o qual repousa o desenvolvimento subsequente da teoria da Contabilidade”* (Iudícibus, 2000, p. 51).

O postulado da entidade afirma que as transações econômicas são desenvolvidas por entidades distintas da figura dos sócios que as compõem. Nesse cenário, assenta-se o objeto da Contabilidade, que é o patrimônio da entidade, de tal forma que a Contabilidade destina-se a capturar, registrar e mensurar todas as transações econômicas que impactam o patrimônio de determinada entidade.

Já o postulado da continuidade considera a entidade como um empreendimento em andamento, objetivando operar por tempo indeterminado. Nesse sentido, a entidade deve administrar seus ativos visando obter receitas pela agregação de valor a ativos consumidos com essa finalidade. Iudícibus expõe que (2000, p. 51), “(...) o sucesso do empreendimento seria mensurado pela diferença entre o valor que o mercado atribui a nosso produto ou serviço e os custos dos ativos consumidos (...) no esforço de produzir e vender aquele produto (...)”. Logo, a garantia da continuidade de uma entidade é a obtenção de lucro em suas operações. Essa constatação é validada e ampliada por Catelli e Guerreiro (1992, p. 11), ao afirmarem que “(...) a garantia da continuidade da empresa só é obtida quando as atividades realizadas geram um resultado líquido no mínimo suficiente para assegurar a reposição de todos os seus ativos consumidos no processo de realização de tais atividades”. Ou seja, somente seria garantida a continuidade de uma entidade se o lucro gerado por determinada atividade dela fosse suficiente para repor os ativos sacrificados no processo de obtenção de receitas vinculadas a essa atividade. Se isso não ocorrer, em tese, a entidade estará corroendo o seu patrimônio, bem como seu potencial de geração de benefícios futuros, o que levaria à sua descontinuidade. Nesse caso, a reposição dos ativos consumidos é considerada a forma como se dá a preservação do patrimônio da entidade.

2.1.2. Os princípios contábeis

Os princípios contábeis constituem-se em guias de orientação para o registro contábil.

Iudícibus (2000, p. 54) salienta que o princípio do custo original como base de valor é uma consequência lógica da aceitação do postulado da continuidade pela Contabilidade. Idealmente, os ativos deveriam ser mensurados pelo seu potencial de geração de benefícios futuros para a entidade a qualquer momento. Entretanto, para evitar riscos de avaliação do efetivo potencial de geração de benefícios futuros dos ativos é que o pensamento contábil atual considera o custo original, de aquisição ou de formação, do ativo, ajustado pelas devidas amortizações, como um indicador aproximado do seu valor econômico na data da avaliação.

O princípio da realização da receita e confrontação da despesa também é denominado de princípio da competência. O reconhecimento da receita e a apropriação da despesa estão intimamente interligados, uma vez que, conforme salientam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 232), as despesas representam o uso ou o consumo de ativos visando obter receitas.

O princípio do denominador comum monetário diz respeito à homogeneização dos componentes patrimoniais de uma determinada entidade em uma única medida monetária. Pressupõe que as transações econômicas sejam registradas pela moeda corrente da data da transação, não podendo ser alteradas posteriormente, a não ser se autorizado em contrato, e ajustadas ao seu valor presente, quando aplicável. Da mesma forma, os registros contábeis deveriam ser efetuados com base em moeda de poder aquisitivo constante de determinada data-base.

2.1.3. As convenções contábeis

As convenções contábeis também são denominadas de normas ou restrições, configurando como delimitações à atuação do profissional contábil em face dos princípios contábeis.

A objetividade pressupõe que os procedimentos contábeis, para serem considerados como aplicáveis, devem ser objeto de consenso entre profissionais qualificados, normalmente em comitês de estudos e pesquisas da classe contábil, o que, entretanto, não garante que um procedimento considerado como objetivo pelo consenso de *experts* seja efetivamente objetivo, uma vez que, conforme expõe Iudícibus (2000, p. 70), “(...) o procedimento considerado objetivo pelo consenso de *experts* pode trazer em seu bojo elementos de subjetividade, que se relacionam com o exercício do julgamento profissional (...)”. Através da objetividade procura-se alcançar uma posição de neutralidade da Contabilidade diante de seus usuários.

A materialidade deve ser entendida sob o ângulo da entidade e sob o ângulo do usuário. O primeiro está interligado à relação custo x benefício da informação contábil, em que os benefícios trazidos pela informação contábil devem superar os custos para a sua obtenção, sendo que nem sempre é possível mensurar essa relação. Sob o ângulo do usuário, Iudícibus (2000, p. 73) destaca que “(...) qualquer informação contábil é material, desde que a sua omissão dos demonstrativos publicados ou das notas de evidenciação propicie um julgamento errado sobre a situação da entidade (...)”. Entretanto, nem sempre é possível atender a todas as necessidades informacionais de todos os usuários das informações contábeis, de tal forma que um amplo *disclosure* dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas pressupõe o atendimento da grande maioria dessas necessidades.

O conservadorismo também possui duas abordagens. A primeira é aquela que se espera dele, no sentido de disciplinar as expectativas de alguns gestores de negócios nas perspectivas de suas entidades, de tal forma que, entre duas ou mais alternativas igualmente válidas e relevantes, o profissional contábil deverá optar por aquela que apresentar o menor valor para o ativo ou para o lucro, e o maior valor para o passivo ou para o prejuízo. Já a segunda abordagem acarreta uma série de distorções para a Contabilidade, que é a regra do “custo ou mercado, dos dois o menor”, normalmente aplicada aos estoques. Em relação a isso, Ludícibus (2000, p. 74) expressa que, *“(...) se o valor de mercado é o relevante quando for menor que o de custo, também deveria sê-lo quando for maior”*.

Sob o ponto de vista dos auditores, a consistência possui grande importância, pois está interligada à comparabilidade dos demonstrativos contábeis ao longo do tempo. A partir do momento em que se estabelece um procedimento contábil entre os vários que poderiam ser escolhidos dentre as práticas contábeis vigentes, esse deveria ser utilizado sistematicamente, não devendo ser alterado nos relatórios contábeis periódicos. Se for necessária uma mudança de procedimento contábil, ela deverá ser amplamente divulgada pela entidade em notas explicativas, evidenciando os seus efeitos sobre os resultados e as tendências futuras da entidade.

2.1.4. As características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação contábil são pré-requisitos para a aplicação dos postulados, princípios e convenções contábeis, de tal forma que é necessário que a informação contábil as possua para ser considerada útil.

O FASB considera que essas características são divididas entre as específicas aos usuários e as específicas para decisões. A compreensibilidade é considerada como uma característica qualitativa específica aos usuários da informação contábil, pois a natureza do usuário (experiente, novato, etc.) é um “(...) *fator determinante crucial para a decisão a respeito da informação a ser divulgada* (...)”, condicionando a “(...) *inteligibilidade ou a compreensão da informação proposta* (...)” (Hendriksen e Van Breda, 1999, p. 95). Por sua vez, as características qualitativas relativas às decisões são a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade.

A relevância foi definida como a capacidade que a informação contábil deveria possuir para se fazer útil em uma decisão. Está relacionada à oportunidade da informação contábil, de tal forma que os seus usuários devem possuí-la antes que perca a capacidade de influenciar as decisões. A confiabilidade é definida pelo FASB como a qualidade da informação contábil que visa assegurar que essa represente exatamente aquilo que visa representar. Já a comparabilidade é “(...) *a qualidade da informação que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos* (...)” (Hendriksen e Van Breda, 1999, p. 101). Assim, fica possível comparar uma entidade à outra, bem como a mesma entidade em várias datas distintas.

Como uma restrição geral às características qualitativas, o FASB apresenta a relação custo x benefício. Assim, a informação contábil deve proporcionar benefícios a seus usuários, superiores ao custo para a sua obtenção. Entretanto, a mensuração dessa relação tende a ser algo extremamente complexo.

Já a materialidade é entendida como um limite de reconhecimento geral, assemelhando-se em muitos aspectos à relevância. Hendriksen e Van Breda (1999,

p.103) salientam que a relevância “(...) implica na apresentação de toda informação que possa ajudar (...) diretamente na tomada de decisões (...)”, ao passo que a materialidade é utilizada no sentido de “(...) determinar o que deve ser divulgado para fins genéricos e indeterminados (...)”, de tal forma que a informação será considerada material se o seu conhecimento for importante para os usuários das demonstrações contábeis.

O IASB (2000) considera a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade como características qualitativas da informação contábil. Além disso, apresenta duas restrições a elas. A primeira diz respeito à oportunidade, que faz com que os usuários das informações contábeis sejam providos com informações relevantes e confiáveis na época oportuna. Já a segunda restrição diz respeito à relação custo x benefício.

No Brasil, o CFC, através da Resolução CFC nº 785/95 (CFC, 2000, p. 103-104), enunciou e explicou as características qualitativas da informação contábil sob a sua ótica. São elas, a confiabilidade, a tempestividade, que se encontra relacionada à oportunidade da informação contábil, a compreensibilidade, e a comparabilidade.

As maiores diferenças entre o entendimento do CFC, do FASB e do IASB dizem respeito à compreensibilidade, que o FASB considera uma característica qualitativa dos usuários, e o IASB e o CFC a consideram como uma característica qualitativa da própria informação contábil. Em relação à relevância, o FASB e o IASB a consideram uma característica qualitativa da informação contábil, ao passo que o CFC não. Da mesma forma, o CFC considera a tempestividade (oportunidade) da informação contábil como uma característica qualitativa, ao passo que o FASB a considera como um elemento intrínseco à relevância, e o IASB como uma limitação geral à relevância e à confiabilidade. Já a relação custo x benefício é apresentada

como um fator limitante às características qualitativas da informação contábil pelo FASB e pelo IASB, ao passo que o CFC não a menciona. Adicionalmente, o FASB apresenta a materialidade como uma restrição geral às características qualitativas da informação contábil, fazendo a distinção entre essa e a relevância.

2.2. Mensuração do lucro

2.2.1. Aspectos introdutórios

Martins (2000, p. 28-37) considera que a Contabilidade¹ possui duas falhas imperdoáveis em relação à mensuração do lucro. A primeira é a não consideração dos efeitos da inflação sobre o patrimônio, e a segunda é a não consideração de um custo de remuneração do capital próprio investido.

Em relação aos efeitos inflacionários, Martins (2000, p. 31) discorre que é “(...) *falha lastimável afirmarmos e firmarmos o valor de um lucro considerando moedas de momentos diferentes como se fossem absolutamente iguais. Claro, não há moeda verdadeiramente estável, não há taxa de inflação perfeita, mas fugir ao problema é a pior saída*”. Em sua linha de raciocínio, Martins argumenta que todas as empresas perdem com a mensuração de lucros exagerados ao longo do tempo por conta do não reconhecimento dos efeitos inflacionários sobre o patrimônio, o que provoca tributação pelo fisco acima daquela efetivamente devida, bem como distribuição de dividendos indevidos, o que pode comprometer a capacidade

¹ O autor se refere como as “falhas da Contabilidade”. Entretanto, entende-se que sejam da Contabilidade societária, destinada à divulgação externa. Não há empecilhos para que as entidades considerem os efeitos inflacionários e a remuneração do capital próprio em seus relatórios gerenciais.

aquisitiva, em termos reais, do patrimônio líquido, e, como consequência, até a própria continuidade da empresa.

Em relação à não consideração de um custo de remuneração do capital próprio investido, Martins (2000, p. 33) afirma que *“(...) dizer, por exemplo, que uma empresa lucrou porque obteve um resultado que foi de apenas 2% sobre o valor do patrimônio líquido investido quando qualquer alternativa (...) produz mais do que isso não é dizer a verdade. A consideração do custo do capital próprio como sendo nulo é algo insustentável conceitualmente, é cegueira que parece nos pegar de nascença”*. Ao se considerar um custo de remuneração do capital próprio leva-se em conta a ocorrência de um resultado mínimo para o qual investidores da entidade continuariam investindo nela. Caso a entidade não conseguisse alcançar esse retorno mínimo, seria mais interessante para seus investidores efetuarem outro investimento, no qual pudessem obter um retorno maior pela aplicação dos recursos.

O exemplo abaixo exemplifica o problema relacionado à não consideração desses dois fatores pela Contabilidade:

Uma empresa atuando no ramo de estacionamento de veículos apresentou o seguinte balanço patrimonial em 31/07/20X1:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/07/20X1			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	10.000	Capital social	500.000
Terrenos	490.000	Lucros acumulados	
Total do ativo	500.000	Total do passivo	500.000

Todos os recebimentos da empresa são à vista, bem como todos os pagamentos. Durante o mês de agosto de 20X1, a empresa, por motivos de força maior, estará com suas operações paralisadas temporariamente, devendo reiniciá-las em 01/09/20X1. Logo, a empresa não apresentará receitas nem despesas, não

havendo, portanto, nenhuma variação patrimonial nesse período. Conforme é considerado pelas práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a empresa apresentará em 31/08/20X1 a mesma situação patrimonial que no mês anterior.

Entretanto, a consideração dos efeitos inflacionários e da remuneração do capital próprio faz com que essa constatação não seja verdadeira. Nesse exemplo, considerou-se a inflação de agosto de 20X1 como sendo de 0,60% ao mês e a remuneração do capital próprio de 1,0% ao mês, capitalizada. Considerando essas variáveis, a empresa apresentaria o seguinte balanço patrimonial em 31/08/20X1:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/08/20X1			
ATIVO		PASSIVO	
Caixa	10.000	Capital social	503.000
Terrenos	492.940	Remuneração do capital próprio	5.030
		Lucros acumulados	(5.090)
Total do ativo	502.940	Total do passivo	502.940

Os efeitos inflacionários foram calculados de acordo com a Lei n.º 6.404/76, ou seja, pela correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido.

Quando se corrige o valor do ativo permanente e do patrimônio líquido pela inflação do período, indiretamente está se calculando as perdas inflacionárias nos ativos monetários, bem como os ganhos nos passivos monetários mantidos pela entidade. No exemplo acima, os ativos monetários estão representados pelo caixa (\$ 10.000), e não há a existência de passivos monetários. Ao corrigir-se o ativo permanente pela inflação do período, obtém-se \$ 2.940 ($\$ 490.000 \times 0,60\%$) e ao corrigir-se o patrimônio líquido, obtém-se \$ 3.000 ($\$ 500.000 \times 0,60\%$). A diferença de \$ 60 constitui-se em uma “despesa” de correção monetária. E esse valor de \$ 60 representa justamente a perda monetária do caixa, ou seja, a perda do poder

aquisitivo da moeda em função da inflação do período, pois o dinheiro da empresa ficou “parado no caixa” durante o mês, exposto a uma inflação de 0,60%². Se a empresa possuísse mais passivos monetários do que ativos monetários, ocorreria uma “receita” de correção monetária, pois esses passivos terão o seu valor nominal corroído pela inflação (caso não haja a previsão de indexação), de tal forma que o valor nominal a ser desembolsado pela liquidação do passivo no futuro será menor, em termos aquisitivos constantes, do que o valor nominal da obrigação em um momento presente, também considerado em termos aquisitivos constantes.

A remuneração do capital próprio investido consiste na aplicação da taxa de 1,00% sobre o valor inicial do patrimônio líquido corrigido pela inflação do período, ou seja, \$ 5.030 ($\$ 500.000 \times 0,60\% \times 1,00\%$).

Como pôde ser observado nesse exemplo, a não consideração dos efeitos inflacionários e da remuneração do capital próprio investido, conforme é feito pelas práticas contábeis atuais, pode acarretar distorções significativas no valor dos ativos e do patrimônio líquido das entidades.

2.2.2. Custo de oportunidade e a apuração do lucro

O custo de remuneração do capital próprio investido se configura, na verdade, como um custo de oportunidade para a empresa e para seus investidores. Martins (2000, p. 33) salienta que *“o conceito de custo de oportunidade é um dos mais relevantes na economia e nas decisões (...)”*.

O conceito econômico do custo de oportunidade pressupõe a existência de possibilidades alternativas de investimento igualmente viáveis, porém mutuamente

² $\$ 10.000 \times 0,60\% = \$ 60$.

excludentes. Nascimento (1998, p. 97), ao sintetizar a visão econômica atual sobre os custos de oportunidade, afirma que *“(...) para os economistas, custo é, também, aquilo que o decisor sacrifica ou abandona ao fazer uma escolha. (...). Qualquer oportunidade de lucro que se encontre dentro do campo da possibilidade e seja rejeitada transforma-se no custo de empreender o curso da ação preferida”*. Ou seja, o custo de oportunidade para a entidade se configuraria como a melhor alternativa de investimentos, desprezada em função do investimento realizado. Assim, para determinado investimento efetuado por uma entidade, o custo de oportunidade consistiria na remuneração que se obteria aplicando-se a mesma quantia alocada a esse investimento em outro investimento alternativo igualmente viável. E somente seria considerado como lucro o que excedesse a esse custo de oportunidade.

2.2.3. Lucro, capital e preservação do capital

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 174), o termo capital deve ser entendido como *“(...) o valor de todo o dinheiro entregue a uma empresa (...)”*. Ou seja, tanto os recursos financeiros obtidos de terceiros pela entidade, como os recursos financeiros obtidos de seus investidores (sócios, acionistas, proprietários), os quais deveriam ser remunerados pela consideração de um custo de oportunidade de remuneração do capital próprio investido.

E esse capital deve ter o seu valor preservado, a fim de garantir a continuidade da entidade. Sob esse ponto de vista, Souza *et al in* Martins (2001, p. 142) definem capital como o *“(...) conjunto de ativos líquidos (ativos deduzidos dos exigíveis) que deve permanecer na empresa, visando igualar sua situação atual à inicial ou determinada”*.

A preservação do capital assume duas conotações, uma em termos do capital monetário, e a outra, em termos do capital físico.

Szuster (1985, p. 11) define o capital monetário como “(...) o *total do valor investido pelos acionistas na empresa como o capital necessário de ser mantido*”. Quando se visa preservar o capital monetário, os ativos, e por conseqüência o lucro, poderiam ser mensurados por seus custos originais na data de encerramento das demonstrações contábeis, uma vez que esse procedimento seria suficiente para garantir a preservação do valor do capital em termos monetários. Em ambientes inflacionários deveria ser contemplada a preservação do capital em termos monetários com base em moedas de capacidade aquisitiva constante.

Em relação ao capital físico, Szuster (1985, p. 11) observa que “(...) o *patrimônio da empresa é quantificado em termos de sua capacidade de operação, medida através do conjunto de bens necessários a esta, mensurados à data da avaliação. Só haverá lucro quando o patrimônio for superior ao valor dos ativos necessários para assegurar o mesmo nível de atividade*”. Nesse caso, os ativos e o lucro deveriam ser mensurados em termos correntes, de tal forma que seriam reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes das decisões de manutenção de ativos por parte da entidade (*holding gains* e/ou *holding losses*).

A diferença entre os dois conceitos reside na consideração ou não dos ganhos e/ou perdas decorrentes da manutenção de ativos no resultado e no patrimônio líquido. Isso porque, ao se considerar a preservação do capital em termos monetários, a estrutura e as práticas contábeis relacionadas ao princípio do custo original como base de valor, preferencialmente corrigido, seriam suficientes, de tal forma que somente seriam consideradas no resultado e no patrimônio líquido as transações realizadas no período. Já, ao se considerar a preservação do capital em

termos físicos, é necessário utilizar a estrutura e as práticas contábeis relacionadas ao custo corrente corrigido, de tal forma que também seria considerado no resultado e no patrimônio líquido o resultado não realizado decorrente da manutenção de ativos pela entidade no período.

O exemplo a seguir demonstra esses conceitos de uma forma simplificada:

Supondo uma entidade que inicie suas operações com \$ 10.000 em caixa no dia 01/01/X1, e imediatamente compre 100 unidades de mercadorias por \$ 100 cada, apresentando o seguinte balanço patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 01/01/20X1			
ATIVO		PASSIVO	
Mercadorias em estoque	10.000	Capital social	10.000
Total do ativo	10.000	Total do passivo	10.000

Em 31/01/X1 são vendidas todas as unidades em estoque por \$ 180 cada, sendo que o custo de reposição (corrente) nessa data aumentou para \$ 120. Considerou-se que o total do lucro obtido é provisionado e pago aos acionistas ao final do mês subsequente, e que a inflação do mês de janeiro/X1 é igual a zero. Dessa forma, em 31/01/X1, apresenta-se a seguinte situação:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/01/20X1			
Capital Monetário		Capital Físico	
ATIVO		ATIVO	
Caixa	18.000	Caixa	18.000
Total do ativo	18.000	Total do ativo	18.000
PASSIVO		PASSIVO	
Dividendos a pagar	8.000	Dividendos a pagar	6.000
Capital Social	10.000	Capital Social	10.000
		Resultado não realizado	2.000
Total do passivo	18.000	Total do passivo	18.000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE JANEIRO/20X1		
Discriminação	Capital Monetário	Capital Físico
Receita de vendas	18.000,00	18.000,00
Custo das vendas	10.000,00	12.000,00
Resultado operacional	8.000,00	6.000,00
Ganho de estocagem (<i>holding gain</i>)		2.000,00
Lucro líquido do exercício	8.000,00	8.000,00

Os defensores da preservação do capital em termos monetários argumentam que o capital é o estoque de riqueza e que o resultado é o aumento nessa riqueza, de tal forma que capital e resultado são atributos financeiros. Nesse exemplo, o resultado é \$ 8.000, pois esse é o acréscimo patrimonial obtido após a preservação da capacidade inicial do capital em termos monetários. A demonstração a seguir explica esse ponto de vista:

DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO PASSÍVEL DE DISTRIBUIÇÃO – TERMOS MONETÁRIOS	
Discriminação	Valor (\$)
Capital inicial, em valores monetários	10.000,00
(-) Compra de 100 unidades a \$ 100,00 em 01/01/X1	(10.000,00)
(+) Venda 100 unidades a \$ 180,00 em 31/01/X1	18.000,00
(=) Saldo final de capital	18.000,00
(-) Necessidade ao final do exercício para a preservação do capital	(10.000,00)
(=) Resultado do período, passível de distribuição	8.000,00

É possível distribuir integralmente os \$ 8.000 de resultado apurado no período aos acionistas. Mesmo assim, mantém-se preservada a capacidade, em termos monetários, do capital inicial de \$ 10.000 em 01/01/X1, lembrando que foi considerada inflação zero. Caso essa fosse diferente de zero, seria necessário preservar como capital ao final do período um valor, ao menos, igual ao do capital inicial corrigido pela inflação do período.

Os defensores da preservação do capital em termos físicos argumentam que o capital é dimensionado pelas unidades físicas que representam a capacidade

operacional da entidade. No exemplo acima, a empresa possuía 100 unidades no início do exercício. Logo, é necessário que ao final do período a empresa esteja, no mínimo, numa posição que lhe possibilite a aquisição de exatamente 100 unidades. Em 31/01/X1, o preço unitário das unidades de estoque é de \$ 120, ou seja, um aumento de \$ 20 em relação ao preço unitário de 01/01/X1. Assim, a empresa necessitaria reter ao menos \$ 2.000 de seu resultado para que fosse preservada a capacidade, em termos físicos, do capital inicial. Por consequência, do lucro apurado no período, de \$ 8.000, uma parcela de \$ 2.000 não se constituiria em lucro, mas sim em um ajuste necessário para a preservação da capacidade inicial do capital em termos físicos. A demonstração a seguir explica essas relações:

DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO PASSÍVEL DE DISTRIBUIÇÃO – TERMOS FÍSICOS	
Discriminação	Unidades / Valor (\$)
Capital inicial em unidades	100
(-) Venda em 31/01/X1	(100)
(=) Saldo, em unidades, ao final do exercício	0
Unidades necessárias, ao final do exercício, para a preservação do capital	100
(x) Valor unitário de reposição em 31/01/X1	120,00
(=) Necessidade, ao final do exercício, para a preservação do capital	12.000,00
Capital inicial, em valores monetários	10.000,00
(-) Aquisição de 100 unidades em 01/01/X1	(10.000,00)
(+) Venda de 100 unidades em 31/01/X1	18.000,00
(=) Saldo final de capital	18.000,00
(-) Necessidade ao final do exercício para a preservação do capital	12.000,00
(=) Resultado do período, passível de distribuição	6.000,00

Se os \$ 8.000 referente o lucro do período fossem totalmente provisionados e pagos aos acionistas, a empresa teria, em 31/01/X1, recursos para a reposição de 83 unidades de estoque (\$ 10.000 / \$ 120). Logo, não estaria sendo preservada a capacidade inicial do capital em termos físicos.

Com base nos conceitos apresentados nesta seção, é possível afirmar que o lucro de uma entidade é o acréscimo de valor em seu patrimônio líquido entre duas

datas distintas, desde que não decorrente de aumentos de capital ou constituição de reservas, e desde que observados os aspectos relativos aos impactos dos efeitos inflacionários do custo de oportunidade de remuneração do capital próprio da manutenção da capacidade aquisitiva do capital, em termos de preservação do capital físico / monetário sobre o patrimônio líquido.

2.3. Mensuração de ativos

O conceito de correta mensuração do patrimônio de uma entidade está totalmente interligado à questão da mensuração de ativos. Em Contabilidade, conforme é exposto por Hendriksen e Van Breda (1999, p. 304), “(...) *mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa (...)*”. Ou seja, a mensuração consiste na “tradução” dos vários componentes patrimoniais de uma entidade a uma base monetária comum.

A correta mensuração de ativos é de vital importância na Contabilidade, uma vez que os passivos, as receitas, as despesas, as perdas e os ganhos decorrem da existência de ativos na entidade, conforme pode ser observado abaixo:

ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL
<p>Ativo (-) Passivo (exigibilidades) (=) Patrimônio líquido</p> <p>Sendo o patrimônio líquido impactado pelas receitas e despesas, ganhos e perdas.</p> <p>Ou ainda, o mesmo esquema poderia ser visualizado da seguinte forma:</p> <p>Ativo (-) Participação de credores nos ativos (=) Ativos líquidos, ou ativos residuais, ou participação dos acionistas nos ativos.</p> <p>Sendo a participação dos acionistas nos ativos impactada pelo valor de troca de ativos e pelo consumo de ativos, e pelo valor de troca extraordinário de ativos e o consumo extraordinário de ativos.</p>

Fonte: Lisboa e Scherer, 2000, p. 68, com adaptações.

A aquisição, a prazo, de mercadorias para o estoque visando a posterior revenda exemplifica essas relações:

A decisão da aquisição gera um ativo, o “estoque de mercadorias para revenda” e um passivo, “fornecedores”. Caso a compra tivesse sido à vista, não haveria a existência do passivo “fornecedores”.

A seguir, ocorre a venda desse estoque e a confrontação entre o valor pelo qual a entidade conseguiu vendê-lo com o valor que desembolsou (ou desembolsará) por ele. O valor que entra na empresa, ou seja, a receita de venda na forma de dinheiro (caixa) ou na forma de um direito a receber (duplicata a receber) representa o prêmio que o mercado pagou (ou pagará) à entidade pela agregação de valor que houve em seu “estoque de mercadorias para revenda” em relação ao valor que ela desembolsou (ou desembolsará) para adquiri-lo. Ou seja, nada mais do que o valor de troca validado pelo mercado de um ativo confrontado com o valor consumido desse ativo, no caso o “estoque de mercadorias para revenda”.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 304) citam a existência de duas correntes de pesquisa em relação à mensuração de ativos: os historiadores e os futuristas. Para os historiadores, o foco da Contabilidade deve ser a mensuração do lucro, sendo o balanço patrimonial uma demonstração de valores residuais. A ênfase dessa corrente é a utilização de preços históricos, que se prestariam melhor à finalidade de apurar o lucro pelas transações realizadas. Já os futuristas argumentam que o balanço patrimonial deve ser o foco principal, em que a variação ocorrida no ativo entre duas datas distintas, confrontada com a variação ocorrida no passivo, fornece a variação total do patrimônio líquido, e conseqüentemente, o lucro desse período. A ênfase dessa corrente reside na utilização de preços correntes, de

tal forma que, para fins de apuração do lucro, também são considerados os resultados não realizados decorrentes da manutenção de ativos pela entidade.

Essas duas correntes sugeriram uma série de medidas de valor, de entrada ou de saída, para a mensuração de ativos, muitas vezes gerando uma série de discussões entre os defensores de cada possibilidade. Guerreiro *in* Catelli (1999, p. 91) salienta que essas discussões seriam irrelevantes, uma vez que “(...) *a avaliação deve expressar o valor do bem para a empresa, consoante validação pelo mercado de seu fluxo de serviço*”. Esse ponto de vista é coerente com a posição da *American Accounting Association* (AAA), para a qual, “(...) *o valor de um ativo é o dinheiro equivalente de seus serviços potenciais. Conceitualmente, isto é a soma dos preços de mercado de todo o fluxo de serviço a ser gerado, descontado pela probabilidade e fator de juros a seu valor presente (...)*” (Guerreiro *in* Catelli, 1999, p. 91-92).

Assim, a mensuração de ativos consiste em transformar o fluxo de benefícios futuros esperados dos ativos para uma base observável, validada pelo mercado. Cada componente do ativo possui uma base de mensuração mais adequada, dada a forma de contribuição de seu fluxo de benefícios futuros para a entidade. Vários autores, entre eles Martins (2001, p. 21-22), Hendriksen e Van Breda (1999, p. 304) e Guerreiro *in* Catelli (1999, p. 92) salientam que não existe uma base de mensuração que seja capaz de atender satisfatoriamente a todas as finalidades possíveis em termos de mensuração de ativos. Por conta disso, a aceitação de um único conceito abrangente, notadamente o custo histórico, tende a ser mais objetivo.

A observância do postulado da continuidade presume a utilização de medidas de entrada para os ativos, uma vez que esses devem ser mensurados, conforme salienta Ludícibus (2000, p. 48) “(...) *de acordo com a potencialidade que tem de gerar benefícios futuros (...) e não pelo valor que poderíamos obter se fossem*

vendidos como estão (...)”, pois *“(...) a entidade é vista como capaz de manipular fatores, de agregar utilidade aos mesmos para, assim, obter suas receitas, e não é vista como uma vendedora de ativos que não forem especificamente destinados à venda”*. Guerreiro *in* Catelli (1999, p. 92) salienta que as medidas de saída para a mensuração de ativos somente seriam relevantes em situações de descontinuidade da entidade como um todo ou de ativos específicos.

Outro ponto a ser observado é a complementaridade entre as diversas formas de mensuração de ativos. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 304) afirmam que *“(...) os ativos possuem diversos atributos (...), portanto, os conceitos de avaliação podem ser complementares, bem como substitutos um do outro”*. Já Martins (2001, p. 21-22), discordando dos primeiros, salienta que *“(...) as diversas formas de avaliação não são conflitantes entre si ou substitutivas umas das outras (...) e sim complementares (...), visões diferentes do mesmo objeto”*. Continuando seu raciocínio, esse autor argumenta que as formas de mensuração de ativos visam representar a mesma coisa, o fluxo de caixa gerado pela entidade. Assim, segundo Martins (2001, p. 21-22), no longo prazo, todas elas convergiriam para o mesmo valor de lucro, que por sua vez convergiria para o mesmo valor de caixa gerado, os quais somente seriam divergentes pela consideração ou não dos efeitos da inflação na entidade e também pela consideração ou não de um custo de oportunidade de remuneração do capital próprio investido.

2.4. Referências bibliográficas

- CATELLI, Armando. GUERREIRO, Reinaldo. **GECON – sistema de informação de gestão econômica: uma proposta para mensuração contábil do resultado das atividades empresariais**. São Paulo: Conselho Regional de Contabilidade – SP, Ano 30, setembro/1992.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 2. ed. Brasília: CFC, 2000.
- FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. – ***Statement of Financial Accounting Concepts SFAC 2***. Connecticut: FASB, 1980.
- HENDRIKSEN, Eldon S. VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IASB - INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. ***International accounting standards 2000***. London: IASB, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de (dir.). MARTINS, Eliseu (coord.). GELBCKE, Ernesto Rubens (sup.). **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- LISBOA, Lázaro Plácido. SCHERER, Luciano Márcio. *Fair value accounting* e suas aplicações nas atividades agropecuárias. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano 29, n. 126, p. 66-83, nov./dez. 2000.
- MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. **Caderno de Estudos**. São Paulo, v. 13, n. 24, p. 28-37, jul./dez. 2000.
- MARTINS, Eliseu (org.). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- NASCIMENTO, Auster Moreira. **Uma contribuição para o estudo dos custos de oportunidade**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- SZUSTER, Natan. **Análise do lucro passível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa**. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

3. RECEITAS, DESPESAS E O SEU RECONHECIMENTO

3.1. Definições de receita

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 224) argumentam que as “(...) *as receitas são o fluido vital da empresa. Sem receitas, não haveria lucros. Sem lucros, não haveria empresa*”. Ou seja, a obtenção de receitas é fundamental para uma entidade, e a falta delas compromete a sua continuidade.

Iudícibus (2000, p. 145) destaca que as definições de receita basicamente se fixam nos aspectos de quando reconhecê-la e em que montante, em detrimento da caracterização de sua natureza, de tal forma que muitas das definições encontradas na literatura contábil referem-se aos seus efeitos sobre o patrimônio ou ativo líquido, além de fazerem referência à entrega de bens e serviços ao cliente.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 224), ao apresentarem a definição de Paton e Littleton para as receitas, demonstraram-nas como um “(...) *produto da empresa (...)*”, relacionado com “(...) *a criação de bens e serviços por uma empresa durante um período*”. A partir dessa definição, outras foram sendo desenvolvidas, contendo a noção de receita como o produto da empresa, porém acrescentando a ela uma dimensão temporal.

Iudícibus (2000, p. 146), ao apresentar a definição de receita da *American Accounting Association* (AAA), demonstrou que uma receita representa “(...) *a expressão monetária do agregado de produtos ou serviços transferidos por uma entidade para seus clientes durante um período de tempo*”. Ou seja, as receitas são

entendidas como o produto da entidade, que é caracterizado como um fluxo de saída que se dá pela transferência efetiva dos bens, produtos ou serviços da entidade para os clientes.

Já o FASB considerou as receitas como “(...) *entradas ou outros aumentos de ativos de uma entidade, ou liquidações de seus passivos (ou ambos), decorrentes da entrega ou produção de bens, prestação de serviços, ou outras operações normais ou principais da entidade (...)*” (Hendriksen e Van Breda, 1999, p. 224). Essa definição considera as receitas como um fluxo de entrada. Ou seja, a ocorrência de receitas ocasiona o ingresso de ativos na entidade. Essa definição dá margem para o reconhecimento de receitas pela produção e não apenas no momento da transferência dos bens, produtos ou serviços para os clientes.

O IASB (2000) definiu receita como “(...) *aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuições de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido (...)*”. Observe-se que a definição do IASB também apresenta as receitas sob a forma de um fluxo de entrada na entidade.

No Brasil, o CFC (2000) não define o que vem a ser receita. Apenas se atém às questões relativas ao seu reconhecimento.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 225) consideram que a definição de receita como um produto da empresa, conforme feita por Paton e Littleton, é conceitualmente superior às definições de receita como um fluxo (AAA, FASB, IASB), pois “(...) *o conceito de produto é neutro tanto em relação ao momento de ocorrência quanto à mensuração (...)*”. Adiante, os autores reforçam que “(...) *o enfoque do produto tende a ser ignorado, porém, porque a receita é tradicionalmente associada a uma transação, em vez de ser encarada como algo que está sendo*

criado com o passar do tempo e é reconhecida somente em dado momento”. Logo, o reconhecimento de receita deveria ser considerado como um processo de agregação constante de valor ao produto da entidade, ou seja, os bens, produtos e serviços que ela irá transferir a seus clientes.

Adicionalmente, Sprouse e Moonitz consideraram que a receita deve representar “(...) *uma mensuração do valor de troca dos produtos (bens ou serviços) de uma empresa durante aquele período (...)*” (Iudícibus 2000, p. 146). Quando se afirma que as receitas devem representar um valor de troca para o produto da entidade, significa que elas devem ser validadas pelo mercado. Com isso, em existindo um preço de troca objetivo pelo qual os bens, produtos ou serviços possam ser transferidos para os clientes, é possível reconhecer a receita mesmo que a transferência para os clientes ainda não tenha sido efetivada.

3.2. Distinção entre receitas e ganhos

A distinção mais comumente encontrada na literatura contábil diz que as receitas decorrem das atividades operacionais da entidade, ao passo que os ganhos decorrem de eventos extraordinários, não previstos, não operacionais.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 226) consideram as receitas decorrentes das atividades produtoras de riqueza para a entidade, ao passo que os ganhos seriam decorrentes de transferências inesperadas de riqueza.

Em relação aos ganhos, a prática contábil atual somente os reconhece quando forem de fato realizados e não mais passíveis de serem estornados, apresentando-se, assim, como líquidos e certos para a entidade. Isso faz com que os ganhos derivados de aumentos de valores de ativos, em função de decisões de

sua manutenção por parte dos gestores da entidade, não sejam reconhecidos até a sua realização monetária. Com isso, não seria permitida a utilização de preços de mercado para a mensuração de ativos após a sua aquisição.

Além de questões de conservadorismo, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 229) salientam que a prática contábil atual não registra os ativos com base em valores de mercado, por conta da natureza incerta desses, bem como pelo fato de que os aumentos de valores dos ativos não geram recursos monetários que possam ser utilizados para o pagamento de dividendos.

De fato, por questões de conservadorismo, qualquer entidade deveria limitar a distribuição de dividendos ao montante do lucro realizado no período, ou ainda, ao Lucro Passível de Distribuição, considerando a manutenção da capacidade física e monetária do capital da entidade. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 229) salientam, entretanto, que *“(...) essa ênfase em recursos líquidos ou fluxos de caixa pode ser relevante para alguns tipos de decisões, mas não para a mensuração da maioria dos conceitos de lucro. Para a determinação do lucro, certeza relativa e mensurações verificáveis são os critérios relevantes”*. Ou seja, é possível entender que esses autores consideram a mensuração de determinados ativos, com base em valores de mercado, relevante para a determinação do lucro, desde que os valores envolvidos sejam fácil e objetivamente mensuráveis.

Logo, a condição da realização do lucro para a sua distribuição como dividendos não deveria ser entendida como uma condicionante para a mensuração de ativos, e por consequência, mensuração e reconhecimento de receitas, de despesas e do lucro.

3.3. Condições necessárias para o reconhecimento da receita

Ao apresentar o entendimento do FASB para a questão de quando as receitas devem ser reconhecidas, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 227) salientam que isso não deve ocorrer até que tenham sido obtidas ou realizadas / realizáveis. Segundo esses autores, uma receita é obtida através de um processo contínuo, uma vez que *“(...) o produto da empresa emerge gradativamente, à medida que as matérias-primas são reunidas e transformadas ou processadas pela aplicação de mão-de-obra e equipamentos”*. Já uma receita é considerada realizada quando é convertida em dinheiro.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 229) salientam que as receitas devem ser reconhecidas quando são atendidas as seguintes condições:

- a) *“Deve ter sido acrescentado valor pela empresa a seu produto”*. A receita representa uma agregação de valor ao produto da entidade. Ela deveria ser reconhecida de forma contínua, e não pontualmente, como ocorre na prática. Por aspectos de objetividade é que se consagrou o reconhecimento da receita de forma pontual, em um único momento durante todo o processo, normalmente coincidindo com a transferência do produto para os clientes, ou ainda, quando o evento crítico no processo de obtenção da receita ocorra. Neste caso, não necessariamente coincidindo com o momento da transferência;
- b) *“O nível da receita deve ser mensurável”*. Deve haver um preço de troca pelo qual uma receita reconhecida possa ser realizada, mesmo no caso de ter sido apenas obtida;

- c) *“A mensuração deve ser verificável e relativamente isenta de distorções”.*
Devem existir preços de mercado suficientemente objetivos em relação a determinado produto para que seja reconhecida a receita;
- d) *“Deve ser possível estimar as despesas correspondentes com um grau razoável de precisão”.* Diz respeito à confrontação entre receitas e despesas para a apuração do resultado em determinada transação, atividade ou período. Uma receita somente deverá ser reconhecida se for possível confrontá-la com as despesas necessárias à sua obtenção.

Para Martins³ (informação verbal), as receitas somente poderão ser reconhecidas a partir do momento em que o evento crítico relativo a todo o processo contínuo de agregação de valor tenha sido atingido. Nesse momento, as condições abaixo, necessárias para o reconhecimento de uma receita, se fazem presentes:

- a) **Desempenho.** Diz respeito ao atendimento do evento crítico necessário ao reconhecimento da receita. Quando a entidade atinge esse evento, ela está apta a reconhecer a receita referente ao processo agregativo, contínuo, de obtenção dessa receita. Ou seja, ela faz jus a essa receita;
- b) **Preço.** No momento de ocorrência do evento crítico é necessário que exista um preço de troca objetivo, validado pelo mercado, para mensurar o reconhecimento da receita;
- c) **Razoabilidade do recebimento.** Uma receita não deveria ser reconhecida caso não houvesse certeza quanto ao seu recebimento.

³ Anotações de aula durante a disciplina de Análise de Balanços, ministrada pelo Prof. Dr. Eliseu Martins, durante o 1º semestre de 2.001, no curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Essa certeza deve ser entendida em termos probabilísticos, uma vez que, se fosse necessária a real certeza de seu recebimento, as receitas somente poderiam ser reconhecidas quando de sua realização monetária;

- d) **Confrontação com as despesas.** Quando da ocorrência do evento crítico, é necessário que as despesas associadas à obtenção de uma receita sejam reconhecidas, e que seja possível estimar as despesas futuras vinculadas às receitas com um grau razoável de certeza. Se isso não for possível, não se deve reconhecer a receita.

Saliente-se que uma receita somente poderá ser reconhecida se todas as condições acima se fizerem presentes. Na grande maioria dos casos, quando da transferência dos produtos para os clientes, elas já foram atendidas.

3.4. Vinculação entre receitas e despesas.

Uma das condições necessárias para o reconhecimento da receita é que ocorra a confrontação entre a ela e as despesas associadas para a sua obtenção. E essas despesas poderão ser estimadas, desde que com razoável precisão.

As despesas podem ser definidas como o consumo de ativos visando a obtenção de receitas por parte da entidade. Logo, o fato gerador das despesas é justamente o processo contínuo de agregação de valor referente ao reconhecimento de receitas pela entidade. Nesse sentido, Ludícibus (2000, p. 150) afirma que as despesas são “(...) *expirações de fatores de serviços, direta ou indiretamente relacionados com a produção e venda do produto (ou serviço) da entidade*”.

3.5. Momento de reconhecimento das receitas

A prática contábil atual considera o momento em que os produtos ou serviços são transferidos para os clientes, o que normalmente coincide com o momento da venda, como o ponto usual de reconhecimento de uma receita, e conseqüentemente a confrontação com todas as despesas associáveis.

Normalmente é nesse momento que se configura o “evento crítico” no qual a entidade faz jus à obtenção ou à realização de uma receita. Entretanto, esse momento nem sempre coincide com a transferência (pela venda) dos bens, produtos e/ou serviços para os clientes, podendo ocorrer antes ou após a transferência. A literatura contábil relaciona algumas dessas possibilidades:

- a) Reconhecimento de receitas proporcionalmente ao decurso do tempo;
- b) Reconhecimento de receitas pela valorização de estoques;
- c) Reconhecimento de receitas decorrentes de produtos ou serviços de longo prazo de produção;
- d) Reconhecimento de receitas após o momento da transferência.

3.5.1. Reconhecimento de receitas proporcionalmente ao decurso do tempo

As hipóteses mais comuns desse tipo de receita incluem as decorrentes de aluguéis, comissões, juros e serviços profissionais. Assim, as receitas (bem como as despesas) são apropriadas na proporção do tempo em que os serviços foram utilizados. Na prática, o momento de reconhecimento da receita para a grande maioria desses casos coincide com o encerramento de cada mês.

3.5.2. Reconhecimento de receitas pela valorização de estoques

Existem algumas situações especiais em que a prática contábil permite o reconhecimento da receita antes do momento da transferência, pela valorização de estoques, decorrente de crescimento natural ou de um processo de envelhecimento. Em relação a essas possibilidades, Hendriksen e Van Breda (1999, p. 230) salientam que *“esse crescimento natural ou envelhecimento faz tanto parte do processo de produção, de um ponto de vista econômico, quanto o processo de transformação de mercadorias (...)”*, de tal forma que o crescimento natural e a conseqüente valorização dos estoques dão origem a uma receita. As possibilidades mais comuns estão relacionadas com as *commodities* agrícolas e ao envelhecimento de certas bebidas alcoólicas.

Nesses casos, existem valores objetivos de mercado para os estágios distintos de maturação dos produtos, de tal forma que o reconhecimento da receita se faz mediante avaliações comparativas dos estoques entre duas datas distintas. E essa receita poderá resultar de duas variáveis: uma, o crescimento natural que os ativos apresentarem, e a outra, a variação nos preços de mercado dos ativos.

3.5.3. Reconhecimento de receitas decorrentes de produtos ou serviços de longo prazo de produção / execução

Essa possibilidade de reconhecimento da receita está associada a contratos de longo prazo, notadamente em obras de engenharia civil, ou a produtos em que o período de fabricação excede ao exercício financeiro.

Conforme salientam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 230), a prática contábil aceita essa forma de reconhecimento por motivos pragmáticos, uma vez que *“(...) as*

empresas geralmente fazem objeção à publicação de demonstrações financeiras que indiquem a inexistência de lucro durante um ano no qual dispenderam (sic) esforços substanciais na conclusão parcial de um contrato que teria gerado lucro razoável com grau elevado de certeza (...)”. Complementando esse raciocínio, Ludícibus (2000, p. 63) salienta que “(...) quando os contratos são terminados em intervalos irregulares de tempo, o reconhecimento do lucro apenas quando cada contrato é terminado poderia transformar-se em uma injustiça para os acionistas que, digamos, queiram retirar-se da sociedade antes do término de tais contratos”.

O pressuposto básico para o reconhecimento da receita é a sua obtenção. Para tanto, algumas condições devem ser atendidas:

- a) O valor total da obra ou do produto fabricado precisa estar estipulado em contrato, ou pelo menos estipulável, em face de possíveis cláusulas de correção dos valores decorrentes da inflação ou indexação a alguma moeda forte;
- b) A incerteza relativa ao valor total da obra ou do produto fabricado deve ser mínima. Assim também deve ser em relação ao seu recebimento, ou seja, em relação à realização do valor estipulado.

O reconhecimento da receita é efetuado com base no método da porcentagem de conclusão, ou seja, dividem-se os custos incorridos até determinada data pelos custos totais orçados para a conclusão da obra. A porcentagem obtida é multiplicada pelo valor total fixado em contrato para a obra edificada ou o produto fabricado. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 230) salientam que esse procedimento pode apresentar limitações no que tange à correta precisão da estimativa dos custos totais a serem incorridos. Outra limitação é a suposição de que o lucro da empresa é

obtido proporcionalmente aos custos incorridos, de tal forma que se pressupõe que a cada unidade monetária de custos incorridos realiza-se a mesma unidade monetária de receita. E isso nem sempre pode ser tido como verdadeiro.

Muitas vezes a data de reconhecimento da receita e a data do seu recebimento podem até ser coincidentes, entretanto, a discrepância entre elas não deveria se constituir em motivo para que o reconhecimento da receita fosse postergado, ou ainda, efetuado de acordo com as datas previstas em contrato para o recebimento, na entidade construtora, das parcelas relativas à prestação dos serviços. Da mesma forma, o reconhecimento da receita apenas no término da obra não deveria ser o critério utilizado.

3.5.4. Reconhecimento da receita após o ponto de venda.

Conforme destacam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 231), o adiamento do reconhecimento de determinada receita após o momento da venda (transferência) para o cliente somente é possível caso seja impossível mensurar com precisão razoável os ativos recebidos em troca da transação, ou ainda, se for provável que ocorram despesas adicionais significativas diretamente associadas à transação, que não podem ser estimadas adequadamente.

A primeira possibilidade não atende à condição da existência de um preço validado pelo mercado atribuível à transação na data de sua ocorrência. Podem ocorrer situações em que a entidade recebe algum ativo não monetário em troca pela venda. Caso esse ativo recebido não possua um valor de mercado na data em que ocorrer a transação, a receita não deverá ser reconhecida até que esse se configure. Nessas condições, o procedimento consiste em transferir o custo do ativo

vendido para o ativo recebido em troca, e a partir do momento em que se faz presente um preço validado pelo mercado para esse ativo, procede-se ao reconhecimento da receita e apuração do resultado da transação.

Já a segunda possibilidade não atende à condição da confrontação de uma receita com as despesas associadas à sua obtenção. Nesse caso, uma parcela significativa das despesas associadas a uma receita poderá vir a ocorrer em um momento posterior à transferência dos produtos para os clientes, tendo em vista as incertezas em relação ao recebimento da receita. O caso mais comumente encontrado na literatura contábil sobre o adiamento do reconhecimento da receita para um momento após a transferência dos produtos aos clientes é o caso das vendas a prestação. Entretanto, mesmo nessas condições, o diferimento da receita somente é justificável quando *“(...) o recebimento é improvável ou muito arriscado ou se o período se estende por bastante tempo no futuro (...)”* e se as *“(...) despesas de faturamento, de expedição e de garantia forem relevantes e não estimáveis com acurácia no período em que a venda ocorrer (...)”* (Iudícibus, 2000, p. 65).

A prática contábil atual recomenda que o reconhecimento da receita seja adiado apenas nos casos de vendas imobiliárias. Nos demais casos de venda a prestação, o reconhecimento tende a ocorrer no momento da transferência dos produtos para os clientes, haja vista que, na grande maioria dos casos é possível, no momento da venda, estimar razoavelmente as despesas associadas com o recebimento das prestações, como por exemplo, a provisão para devedores duvidosos.

3.6. Princípios fundamentais de contabilidade e o reconhecimento das receitas

3.6.1. O Princípio da competência segundo a resolução CFC nº 750/93

As questões relativas ao reconhecimento da receita e confrontação com as despesas estão presentes no artigo 9º da Resolução CFC nº 750/93 (CFC, 2000, p. 54), em que “(...) *As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou de pagamento (...)*”.

Para o CFC (2000, p. 55), “*A competência é o princípio que estabelece quando um determinado componente deixa de integrar o patrimônio para transformar-se em elemento modificador do patrimônio líquido (...)*”, de tal forma que da confrontação entre as receitas (aumentos no patrimônio líquido) e as despesas (diminuições do patrimônio líquido) surge o resultado do período. E ainda, as receitas e despesas devem ser reconhecidas quando de sua ocorrência, independentemente de recebimento ou pagamento.

O texto da Resolução 750/93 não faz alusão ao reconhecimento da receita quando obtida, somente pela realização. Assim, “(...) *a receita é considerada realizada no momento em que há a venda de bens e direitos da Entidade (...), com a transferência da sua propriedade para terceiros (...)*” (CFC, 2000, p. 56), fazendo com que a forma mais usual de reconhecimento de receitas seja pela venda. Entretanto podem ocorrer três outras possibilidades.

A primeira, quando um passivo é extinto, total ou parcialmente, sem que haja a extinção concomitante de um ativo, como por exemplo, o perdão ou a anistia de dívidas ou a eliminação de passivo pelo desaparecimento do credor.

A segunda, quando novos ativos são gerados de forma natural, sem a intervenção de terceiros, como, por exemplo, quando do nascimento de novos animais, no setor pecuário.

A terceira, quando a entidade recebe doações e subvenções. Entretanto, nem todas as doações e subvenções se configuram como receitas. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 226) salientam que as doações devem ser consideradas como patrimônio líquido, quando se referirem a bens corpóreos (imobilizados), ou como ganhos, quando se referirem a dinheiro, como por exemplo, no caso de pagamentos extras feitos pelo cliente para demonstrar o reconhecimento por serviços prestados pelo fornecedor.

A partir do momento em que se limita o reconhecimento da receita à sua realização ou possibilidade de realização, exclui-se automaticamente a possibilidade do reconhecimento de receitas pela sua obtenção. Assim, o CFC considera como “evento crítico” exclusivamente a venda, quando isso nem sempre é válido, haja vista que, idealmente, as receitas são o produto de um processo contínuo de agregação de valor aos ativos destinados à venda na entidade, no decurso normal de suas atividades ao longo do tempo.

O CFC (2000, p. 57) não considera a possibilidade de reconhecimento de receitas pela valorização de estoques, uma vez que *“(...) o conceito de receita está indissoluvelmente ligado à existência de transação com terceiros (...), ademais, aceitar-se, por exemplo, a valorização de estoques significaria o reconhecimento de aumento do patrimônio líquido, quando sequer há certeza de que a venda a realizar-se e, mais ainda, por valor consentâneo àquele da reavaliação”*.

3.7. As convenções contábeis e o reconhecimento de receitas

A convenção contábil da objetividade é a que se apresenta mais interligada à questão do reconhecimento de receitas. A prática contábil atual tende a considerar como objetivo para determinada transação o procedimento de reconhecimento da receita pela sua realização, ou seja, no momento em que ocorre a transferência dos produtos da entidade para seus clientes, uma vez, que sob esse ponto de vista, somente a partir desse momento é que se torna possível mensurar de forma objetiva a transação pela existência de um valor objetivo de troca.

O mesmo argumento da objetividade pautada pela neutralidade geralmente é utilizado para suportar a utilização do valor original, de aquisição ou de formação, como base de mensuração de valor para os ativos de determinada entidade. Esse procedimento pressupõe o registro de fatos, eventos ou transações, com base no valor realizado, normalmente suportado por documentação comprobatória. Entretanto, nem sempre o valor original irá refletir, em determinado momento, a verdadeira essência econômica de determinado ativo, uma vez que, conforme é destacado por Hendriksen e Van Breda (1999, p. 85), “(...) *a informação contábil deve refletir a atividade econômica com tanta fidelidade quanto seja possível (...)*”.

3.8. Normas internacionais de contabilidade e o reconhecimento de receitas

Em determinadas situações a convenção da objetividade pode fazer com que a informação contábil torne-se menos relevante para determinados fins, notadamente os relacionados à mensuração de ativos e o reconhecimento de receitas. Com base nisso, poder-se-ia afirmar que uma posição de subjetivismo por

parte da Contabilidade, desde que pautada na responsabilidade dos profissionais contábeis é algo necessário, levando-se em conta as necessidades informacionais dos usuários das informações contábeis. Assim, seria necessário que as demonstrações contábeis de determinada entidade apresentassem o devido equilíbrio entre a relevância e a objetividade.

Várias têm sido as normas de Contabilidade elaboradas pelo FASB e IASB em que a Contabilidade passa a prezar pela relevância da informação contábil. Nessas normas, uma série de procedimentos tidos como subjetivos pela prática contábil atual passam a ser recomendados, notadamente a adoção do *fair value* como parâmetro de mensuração do valor de ativos.

3.8.1. *Fair value accounting* e suas implicações na contabilidade

O termo *fair value* pode ser traduzido como valor justo. Essa definição apresenta dois problemas. O primeiro diz respeito à noção do que é justo. Termos como justo, justiça, entre outros, envolvem juízos de valor, de tal forma que o que é considerado justo por determinado indivíduo pode não ser assim considerado por outro. O segundo problema diz respeito à noção de valor. É possível afirmar que o custo de determinado ativo somente será igual ao seu valor no momento de sua aquisição. A partir daí ocorre um distanciamento entre o custo (valor) da aquisição de determinado ativo e o seu efetivo valor, em termos de potencial de geração de benefícios futuros em uma data posterior à aquisição.

A consequência desses dois problemas de definição é a existência de um subjetivismo grande na noção e aplicação do *fair value* na Contabilidade, de tal forma que foi necessário os órgãos normatizadores (FASB e IASB) definirem o termo

segundo suas convicções, com o objetivo de tornar menos subjetiva a tarefa de identificação e atribuição do *fair value* para determinado ativo, passivo, atividade, evento, ou transação econômica.

O IASB (2001) definiu *fair value* como “(...) *the amount for which an asset could be exchanged or a liability settled between knowledgeable, willing parties in an arm’s length transaction*”.⁴ Dessa forma, o valor justo para determinada transação convergiria para a obtenção de um ponto de encontro entre a oferta e a procura.

Já o FASB (1991) estabelece que “(...) *the fair value of a financial instrument is the amount at which the instrument could be exchanged in a current transaction between willing parties, other than in a forced or liquidation sale (...)*”.⁵ Logo, a mensuração de uma transação pelo seu valor justo somente poderia ocorrer caso não se referisse a uma liquidação, ou venda forçada de ativos, pois nessas hipóteses não haveria a ocorrência de um mercado livre e ativo para validar a transação, um dos pré-requisitos de mensuração pelo *fair value*.

O IASB (1999) observa que o objetivo da mensuração baseada no *fair value* “(...) *is to determine the most relevant and reliable measure of (in the case of assets) the expected future economic benefits*”.⁶ Ainda segundo o IASB, “(...) *a price determined in an active market will generally be the most relevant and reliable measure of expected future economic benefits*”.⁷ Ao assumirem-se os valores de

⁴ O valor pelo qual um ativo poderia ser transacionado ou um passivo ser liquidado entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar numa transação sem favorecimentos (tradução livre).

⁵ O *fair value* de um instrumento financeiro é o valor pelo qual esse instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes interessadas, que não sejam em liquidações e vendas forçadas (...) (tradução livre).

⁶ (...) é determinar a medida mais relevante e confiável (no caso dos ativos) dos benefícios econômicos futuros (tradução livre).

⁷ (...) um preço determinado num mercado ativo geralmente é a medida mais confiável e relevante dos benefícios econômicos futuros (tradução livre).

mercado como a forma mais relevante e confiável para a determinação do valor justo de determinada transação, reconhece-se que o mecanismo de funcionamento do mercado equaciona as expectativas competitivas do comprador e do vendedor.

Situações como a ausência de um mercado ativo para determinado bem na data da avaliação, ou mesmo imperfeições do mercado como a falta de neutralidade nas relações entre vendedores e compradores, ou ainda, mercados monopolizados ou cartelizados inviabilizam as cotações de mercado disponíveis, fazendo com que a responsabilidade do profissional contábil em relação ao julgamento do critério alternativo para a aplicação do *fair value* seja potencializada. Com base nisso, o IASB (2001) estabelece algumas alternativas possíveis de atribuição de *fair value* a um ativo nestas situações:

- a) Preço de mercado mais recente -> o valor justo de determinado ativo pode derivar do preço da transação mais recente ocorrida envolvendo esse ativo, desde que não tenha havido mudanças significativas nas circunstâncias econômicas entre a data na qual o preço de mercado foi observado e a data na qual se pretende efetuar a nova mensuração;
- b) Preço de mercado para ativos similares ou correlatos -> nesse caso, é necessário proceder-se aos ajustes necessários para que sejam refletidas as eventuais diferenças entre os ativos similares / correlatos;
- c) *Benchmarks* setoriais -> normalmente constituem medidas de valor unitário de capacidade produtiva;
- d) Valor presente líquido dos fluxos futuros de caixa -> nesse caso, a taxa de desconto deve refletir os riscos inerentes à atividade econômica específica;

- e) Custo -> aparece basicamente nas atividades agropecuárias, nos casos em que tenha ocorrido pouca transformação biológica desde a ocorrência do custo inicial, e o impacto da transformação biológica sobre o preço não é material, como por exemplo, nos reflorestamentos para a indústria de papel e celulose.

No caso de instrumentos financeiros, quando não existem mercados eficientes, Carvalho e Lopes (1999, p. 48) salientam que o FASB recomenda a adoção do valor presente ou fluxo de caixa descontado para instrumentos financeiros originados dentro da própria instituição, ou, ainda, modelos de precificação de opções, como os modelos de *Black & Scholes* e o modelo binomial, e, por fim, o valor de reposição.

A utilização do *fair value accounting* encontra-se normatizada para os instrumentos financeiros derivativos e *hedge* (FASB - SFAS 107 e SFAS 133), e para as entidades que exerçam atividades agropecuárias (IASB - IAS 41). É possível que o FASB venha estabelecer normas que disciplinem a adoção do *fair value* para os demais grupos de ativos, tais como estoques e imobilizados⁸.

As conseqüências da adoção de uma estrutura contábil baseada em valores justos são duas. A primeira, de ordem operacional, é que se passaria a reconhecer ganhos ou perdas decorrentes de variações nos valores de mercado dos ativos, consideradas pelo FASB e pelo IASB como operacionais. A segunda conseqüência é que se rompe a estrutura das práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, em relação às convenções contábeis da objetividade e prudência, e ao princípio do custo original como base de valor.

⁸ LINDORFF, Dave. *The Fair Marking of Derivatives*. **Global Finance**. September 1998, p. 21.

A adoção do *fair value* faz com que se ganhe em termos de relevância da informação contábil, pois os relatórios contábeis estariam demonstrando, de uma forma muito mais próxima, a realidade econômica da entidade, agregando uma maior utilidade à informação contábil voltada para o processo de tomada de decisões por parte de seus usuários. Nesse sentido, Jenkins *in* Lindorff (1998, p. 21) salienta que “(...) *the fair value is the most relevant information someone could have when entering into any transaction (...)*” e “(...) *in theory, benefit both investors, who want to know the current accurate value of a company, and corporate executives, who need to know their company’s financial condition at any given moment*”.⁹ Assim, conforme destaca Pereira (2000), “(...) *apesar de seus valores (em relação ao fair value – observação do autor) não serem completamente verificáveis, pois são obtidos por estimativas ou cotados a mercado, são a melhor forma no momento de se retratar a realidade econômica dos itens patrimoniais expostos nos balanços das empresas*”.

3.9. Referências bibliográficas

CARVALHO, Luiz Nelson G. LOPES, Alexsandro Broedel. Contabilização de operações com derivativos: uma comparação entre o SFAS n. 133 e o arcabouço emanado pelo COSIF. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 42-60, jan./abr. 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 2. ed. Brasília: CFC, 2000.

FASB – **FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD**. – *Statement of Financial Accounting Standards SFAS 107: Disclosure about derivative financial instruments and fair value of financial instruments*. Connecticut: FASB, 1991.

⁹ O valor justo é a informação mais relevante que um indivíduo pode ter quando adentrando qualquer transação (...) e (...) em teoria, beneficia tanto a investidores, que querem saber o valor corrente acurado da companhia, bem como os executivos, que necessitam conhecer a condição financeira de sua companhia a qualquer dado momento (tradução livre).

- FASB – *FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD*. – *Statement of Financial Accounting Standards SFAS 133: **Accounting for derivative instruments and hedging activities***. Connecticut: FASB, 1998.
- FASB – *FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD*. *Issues in accounting for internet activities*. Connecticut: FAB, 1999.
- HENDRIKSEN, Eldon S. VAN BRED, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IASB – *INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD*. *Exposure draft E65 – Agriculture*. London: IASB, 1999.
- IASB - *INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD*. *International accounting standards 2000*. London: IASB, 2000.
- IASB – *INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD*. *International accounting standard IAS 41*. London: IASB, 2001.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de (dir.). MARTINS, Eliseu (coord.). GELBCKE, Ernesto Rubens (sup.). **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- KAHN, Jeremy. Abracadabra! O faturamento explodiu. **Fortune Américas**, p. 8-9 25/03/2000.
- LINDORFF, Dave. *The Fair Marking of Derivatives*. **Global Finance**. p. 21. September 1998.
- LOPES, Alexsandro Broedel. Uma análise crítica do arcabouço teórico do SFAS 133: *Accounting for derivative instruments and hedging activities*. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 16-28, set./dez. 1999.
- PEREIRA, Carlos Daniel Schneider. Uma contribuição para o entendimento do *fair value accounting*. **Revista de Contabilidade do CRC-SP**, São Paulo: CRC-SP, mar/2000.
- SHERMAN, H. David, YOUNG, S. David. *Tread lightly through these accounting minefields*. **Harvard Business Review**, July-August/2001.

4. SISTEMA DE GESTÃO ECONÔMICA E O RECONHECIMENTO DE ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS DE RIQUEZA

4.1. Aspectos introdutórios

O sistema de Gestão Econômica começou a ser concebido no final da década de 70 pelo Professor Armando Catelli, e desde então tem sido desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do Núcleo GECON, com o apoio da FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, ligada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP).

Esse sistema apresenta-se como uma ferramenta gerencial de administração por resultados, que busca a otimização do resultado econômico da entidade.

Para esta seção, o enfoque repousa sobre os aspectos presentes no sistema de Gestão Econômica em relação ao problema de pesquisa proposto para este trabalho. Demais aspectos relacionados à abordagem da Gestão Econômica já foram objeto de trabalhos anteriores.

4.2. Apuração de resultados

4.2.1. Aspectos introdutórios

Fess e Ferrara (1961) observam que o lucro, enquanto elemento materializador da geração de riquezas, surge enquanto ocorre agregação de valor

no processo contínuo de obtenção de receitas nas entidades. Para eles, o lucro é ganho pela totalidade das operações do negócio, e não somente por uma única operação, de venda, como é entendido na prática contábil atual. Assim, todos os esforços da entidade, desde a aquisição da matéria-prima / mercadoria até a produção / estocagem e posterior venda do produto acabado / mercadoria contribuem para a geração do resultado como um todo da entidade.

O processo de geração de riqueza possui múltiplas e variadas etapas, e cada uma delas gera riqueza para a entidade. Logo, é necessário apurar-se qual a efetiva parcela de riqueza gerada em cada uma delas.

4.2.2. Prática contábil atual e a apuração do resultado

A prática contábil atual, baseada nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, apura o resultado de forma pontual. Ou seja, o resultado contábil se materializa pela confrontação entre as receitas realizadas e/ou realizáveis com os respectivos custos e despesas incorridos necessários para a obtenção das respectivas receitas.

Conceitualmente, a apuração do resultado deveria ser feita de forma contínua, à medida que a riqueza fosse gerada. Logo, pode-se concluir que a prática contábil atual, baseada nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, não procede assim, pois a apuração do resultado ocorre de forma pontual, em um único momento, normalmente na etapa final de todo o processo, ou seja, quando a venda do produto da entidade é realizada.

4.2.3. Apuração do resultado na abordagem gerencial da gestão econômica

A apuração do resultado na abordagem gerencial da Gestão Econômica baseia-se no conceito de agregação contínua de valor, de tal forma que o reconhecimento de riquezas, materializado pela confrontação entre as receitas obtidas com os respectivos custos consumidos, se dá de forma progressiva, à medida que atividades transformadoras de insumos e fatores de produção em produtos são desenvolvidas pela entidade.

Uma atividade representa um conjunto de operações físicas da mesma natureza, que consomem recursos e geram produtos e serviços. Guerreiro (1989, p. 248) observa que *“(...) as atividades desenvolvidas pelas empresas assumem o caráter de eventos econômicos, uma vez que se caracterizam como processos de transformação de recursos em produtos e serviços”*. Assim, a ocorrência de múltiplos eventos semelhantes caracteriza uma atividade.

Parisi e Nobre *in* Catelli (1999, p. 107) definem evento como *“(...) um conjunto de transações da mesma natureza ou classe (...) relacionado com um produto, com um serviço, ou ainda com um lote de produtos e/ou com o centro de responsabilidade que o causou”*. Os principais eventos que ocorrem nas empresas estão relacionados diretamente com as atividades – fim dessas, ou seja, compras, estocagem, produção, vendas, finanças, etc.

Os vários eventos que ocorrem em uma entidade se configuram pela ocorrência de diversas transações da mesma natureza durante um período de tempo. Assim, por exemplo, o evento “compra de matéria prima X” durante um determinado período caracteriza-se pela aglutinação de todas as transações individuais de “compra de matéria prima X” ocorridas nesse período.

A abordagem gerencial da Gestão Econômica considera a apuração do resultado pela confrontação entre as receitas e os custos em uma determinada transação. Logo, os eventos econômicos possuem a capacidade de alterar a situação patrimonial da empresa, sendo que os seus efeitos são mensuráveis monetariamente, da mesma forma que são previsíveis e, portanto, passíveis de serem estruturados num sistema de informações.

O exemplo abaixo demonstra as diferenças entre o entendimento da prática contábil atual, baseada nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, e da abordagem gerencial da Gestão Econômica em relação à apuração do resultado:

Uma empresa adquire, à vista, mercadorias para estoque em 01/01/X1. Em 31/01/X1 elas são vendidas, à vista. Não existem outras ocorrências no mês.

Esse processo consiste em três etapas. Na primeira, a aquisição das mercadorias no início do mês, na segunda, a estocagem delas durante o mês, e na terceira, a venda no final do mês.

A prática contábil atual considera que ocorrem duas transações distintas. Na primeira, a aquisição das mercadorias, à vista, em 01/01/X1, e na segunda, a sua venda, à vista, em 31/01/X1. Em 01/01/X1 é reconhecida a aquisição de um ativo, o estoque de mercadoria para revenda, e no dia 31/01/X1, é reconhecida uma receita, decorrente da realização, pela venda, da mercadoria adquirida anteriormente. Nesse momento, os recursos sacrificados quando da aquisição das mercadorias são confrontados com a respectiva receita reconhecida, apurando-se todo o resultado do período e a agregação de riqueza ao patrimônio da entidade.

Na abordagem gerencial da Gestão Econômica, o resultado é reconhecido durante todo o processo contínuo de agregação de valor. São identificados os eventos compras, estocagem e vendas. Em cada um deles ocorre uma transação.

Para o evento compras, ocorre a transação “compra de mercadorias para estoque, à vista, em 01/01/X1”. Para o evento estocagem, ocorre a transação “estocagem das mercadorias entre 01/01/X1 e 31/01/X1”. E, para o evento vendas ocorre a transação “venda das mercadorias em estoque, à vista, em 31/01/X1”. Em cada um desses eventos é apurado o resultado econômico.

Para o evento compras, é apurado o resultado econômico da compra de 01/01/X1. A receita operacional da compra consiste na quantidade das mercadorias comprada e transferida para a área de estocagem, valorada pelo custo de oportunidade da transação, o que corresponde ao menor preço de mercado à vista para a aquisição dessas mercadorias. Já o custo operacional da compra consiste na quantidade comprada e transferida para o estoque, valorada pelo preço na condição à vista praticado pelo fornecedor. Da confrontação entre a receita e o custo operacional da compra, obtém-se o resultado operacional dessa compra. Não ocorre resultado financeiro, pois a compra foi à vista. Se houvesse mais compras no período, bastaria efetuarem-se os mesmos procedimentos para a obtenção do resultado econômico das demais transações, que, somados, formariam o resultado econômico do evento compras para o período.

Para o evento estocagem, o procedimento consiste em mensurar o ganho / perda real de estocagem desde a data de aquisição das mercadorias até a data em que elas são vendidas, através da confrontação entre o valor de mercado das mercadorias na data da venda com o valor das mercadorias na data de aquisição. E esse ganho / perda de estocagem deve ser confrontado com o custo de oportunidade de estocagem, materializado pela consideração de uma taxa de aplicação financeira de oportunidade sobre o valor dos estoques.

Para o evento vendas, é apurado o resultado econômico da venda efetuada em 31/01/X1. Como a venda foi à vista, ocorre apenas o resultado operacional. A receita operacional da venda consiste na quantidade vendida da mercadoria em estoque valorada pelo preço de venda à vista. Já o custo operacional da venda consiste na quantidade vendida da mercadoria em estoque valorada pelo custo de oportunidade pelo qual ela foi transferida da área de estocagem. Da confrontação entre a receita e o custo operacional da venda, obtém-se o resultado operacional da venda. Caso houvesse mais vendas durante o período, o procedimento a ser adotado seria semelhante ao descrito acima.

Assim, é apurado o resultado econômico da compra da mercadoria, o resultado econômico decorrente da estocagem da mercadoria desde a sua aquisição até o momento de sua venda, e o resultado econômico da venda da mercadoria. O somatório desses três resultados econômicos constitui o resultado econômico da entidade como um todo para o período.

4.3. Mensuração do resultado econômico

4.3.1. Diferenças entre o resultado econômico e o resultado contábil

Guerreiro *in* Catelli (1999, p. 84) salienta que o lucro econômico é o aumento de valor do patrimônio líquido gerado pela manipulação dos ativos da entidade durante determinado período. Para tanto, a mensuração do valor dos ativos da entidade deve ser feita com base em seus fluxos líquidos de benefícios futuros. Assim, o processo de mensuração do resultado econômico consiste na comparação entre o valor capitalizado do fluxo líquido de benefícios futuros dos ativos no início

do período e no final do período, de tal forma que somente haverá o lucro econômico se houver um incremento do valor capitalizado dos ativos da entidade.

Já o resultado contábil, quando apurado de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, é obtido mediante a confrontação entre as receitas reconhecidas e os respectivos custos consumidos para a sua obtenção.

As principais diferenças entre o resultado econômico e o resultado contábil estão apresentadas no quadro a seguir:

FIGURA 4.6. - DIFERENÇAS ENTRE O RESULTADO CONTÁBIL E O ECONOMICO	
Resultado contábil	Resultado econômico
Maior objetividade	Maior subjetividade
Apurado pelo confronto entre receitas realizadas pelas vendas e custos consumidos (ativos expirados)	Apuração pelo incremento no valor presente do patrimônio líquido
Os ativos são avaliados na base de custos originais	Os ativos são avaliados pelo valor presente do fluxo de benefícios futuros
O patrimônio líquido aumenta pelo lucro	O lucro deriva do aumento do patrimônio líquido da entidade
Ênfase em custos	Ênfase em valores
Não reconhece ganhos não realizados	Reconhecimento de ganhos realizados e não realizados
Não se efetuam ajustes em função de mudanças nos níveis de preços dos bens na economia	São efetuados ajustes devido a mudanças nos níveis de preços dos bens na economia
“Amarração” do lucro à condição de distribuição de dividendos	“Amarração” do lucro à condição de aumento da riqueza, independentemente da condição de distribuição de dividendos
Não reconhecimento do <i>goodwill</i> gerado internamente na empresa	Reconhecimento do <i>goodwill</i> gerado internamente na empresa
Utilização de regras e critérios dogmáticos	Utilização de regras e critérios econômicos

Fonte: Guerreiro *in* Catelli, 1999, p. 87-88, com adaptações.

A apuração do resultado contábil de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade tende a ser mais objetiva do que com base em conceitos econômicos. Entretanto, a adoção de conceitos econômicos para a apuração do resultado tende a ser mais relevante para os usuários das demonstrações contábeis,

haja vista a importância atribuída às informações acerca do fluxo líquido de benefícios futuros da entidade em determinado período.

Por conta disso, Guerreiro *in* Catelli (1999, p. 86) teoriza que “(...) *um dos usuários mais importantes da informação contábil é o investidor (...) Esse usuário especial não está preocupado com custos, mas sim com valores, não está interessado prioritariamente no confronto entre receitas realizadas com custos expirados, mas sim no incremento em sua parcela de riqueza alocada nessa entidade, não está preocupado com quanto foi seu investimento, mas sim quanto vale seu capital*”. Assim, para um potencial investidor, a alternativa mais atrativa de investimentos, dentre as várias possíveis, será aquela que apresentar o maior valor presente dos fluxos futuros de recebimentos, justificando, assim, a apuração do lucro com base em conceitos econômicos.

Outro aspecto observável é que o resultado apurado com base em conceitos econômicos é coerente com os conceitos relacionados à preservação do capital em termos físicos e monetários, conforme é destacado por Guerreiro *in* Catelli (1999, p. 84), ao argumentar que o resultado mensurado em termos econômicos “(...) *corresponde à quantia máxima que o proprietário da empresa pode retirar para consumo e ainda manter o capital do empreendimento intacto*”.

4.3.2. Resultado econômico e sua relação com a mensuração de ativos

Partindo-se da premissa que o resultado econômico decorre da comparação entre o valor presente do fluxo líquido de benefícios futuros dos ativos da entidade no início e no final de determinado período, conclui-se que a mensuração do resultado econômico está interligada à mensuração de ativos. Guerreiro *in* Catelli

(1999, p. 91-94) salienta que, na abordagem gerencial da Gestão Econômica devem ser observados alguns princípios básicos em relação à mensuração de ativos:

- a) As discussões se os ativos devem ser mensurados com base em valores de entrada ou de saída são irrelevantes, haja vista que a mensuração deve expressar o valor do ativo para a entidade em dado momento. O valor do bem deverá representar o valor presente do fluxo líquido de seus benefícios futuros, devendo ser validado pelo mercado;
- b) O fluxo líquido de benefícios futuros de um ativo independe da forma como foi financiado. O ativo possui um único valor, que é o valor presente de seu fluxo líquido de benefícios futuros;
- c) Com exceção dos ativos fixos, o valor presente do fluxo líquido de benefícios futuros de um ativo corresponde ao seu valor de aquisição na condição de pagamento a vista;
- d) Cada espécie de ativo, de acordo com sua natureza e com a utilidade que proporciona à empresa, está sujeita a um critério próprio de mensuração que expresse seu valor econômico;
- e) A mensuração do ativo deve espelhar o seu valor econômico para a entidade em determinado momento. Assim, os custos históricos não são relevantes à luz dos conceitos relacionados;
- f) O valor do ativo deve ser estabelecido considerando o benefício que pode proporcionar à entidade na continuidade de suas operações. Valores de venda somente são relevantes em situações de descontinuidade;
- g) Partindo-se da premissa da continuidade normal das operações da entidade, o potencial de geração de benefícios futuros dos ativos deve ser

validado pelo mercado de entrada em que ela transaciona. Assim, custos de reposição dos ativos em determinada data tendem a se apresentar como uma medida de aproximação de seus valores econômicos, apesar de que a informação relevante para o processo decisório é “quanto vale o ativo hoje”, e não “quanto custaria repor o ativo hoje”;

- h) A depreciação econômica dos ativos fixos corresponde à perda do potencial de benefícios futuros de determinado ativo entre duas datas distintas. Ou seja, é a diferença entre o valor presente dos ganhos futuros de ativo entre duas datas distintas;
- i) O potencial de geração de benefícios futuros de um ativo é validado pelo mercado, de tal forma que o resultado econômico deve incorporar os ganhos e perdas decorrentes das valorizações e desvalorizações dos ativos que a entidade mantém;
- j) As receitas devem ser reconhecidas quando obtidas, isto é, à medida que é agregado valor ao produto da entidade. O reconhecimento da receita apenas quando da sua realização, conforme disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, não se apresenta como um procedimento relevante à luz dos conceitos econômicos;
- k) Os conceitos econômicos relacionados à apuração do lucro devem levar em conta as variações do poder aquisitivo da moeda em determinado período. Assim, o patrimônio líquido inicial bem como as transações de determinado período devem ser corrigidas para a moeda da data de encerramento do período, com base em índices inflacionários;

- I) O *goodwill* gerado internamente pela entidade deve ser reconhecido, correspondendo à diferença entre o valor presente dos fluxos líquidos de benefícios futuros da entidade como um todo em determinada data e o valor da soma dos valores econômicos dos ativos da entidade, considerados de forma individualizada.

O sistema de Gestão Econômica considera que os potenciais de geração de benefícios futuros dos ativos devem ser validados pelo mercado de entrada no qual a entidade transaciona. Operacionalmente, isso corresponde ao menor preço à vista de aquisição de determinado ativo nas condições em que se encontra. Os custos de reposição tendem a apresentar-se como uma aproximação plausível do valor econômico de determinado ativo.

Um ponto que deve ser observado diz respeito ao embate entre custo e valor. O custo de aquisição de um ativo corresponde ao seu valor econômico somente na data de sua aquisição, em que o valor acordado entre comprador e vendedor corresponderia objetivamente ao potencial mínimo de geração de benefícios futuros que a entidade espera desse ativo. A partir daí, esse custo de aquisição já não mais representa o valor econômico do ativo, de tal forma que são necessárias novas mensurações validadas pelo mercado.

4.4. A formação (apuração) do resultado econômico

A apuração de resultados se dá de forma contínua. O processo se inicia pela apuração da margem de contribuição econômica das transações que configuram um determinado evento econômico, até se chegar ao resultado econômico da entidade.

4.4.1. Processo de formação do resultado econômico

A seguir encontra-se o processo de formação do resultado econômico:

FORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO – TRANSAÇÃO / EVENTO
Receita operacional da Transação 1 (-) Custo operacional da Transação 1 (=) Margem de contribuição operacional da Transação 1 Receita financeira da Transação 1 (-) Custo financeiro da Transação 1 (=) Margem de contribuição financeira da Transação 1 (=) Margem de contribuição econômica da Transação 1 (+) Margem de contribuição econômica da Transação 2 . . (+) Margem de contribuição econômica da Transação N (=) Margem de contribuição do Evento 1 no período

Em cada transação, a margem de contribuição econômica é composta pelo somatório da margem de contribuição operacional e financeira da transação. O somatório de todas as margens de contribuição econômica das múltiplas transações que caracterizam um determinado evento econômico tem como resultado a margem de contribuição econômica desse evento econômico durante o período em questão.

FORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO – EVENTO / ATIVIDADE
(+) Margem de contribuição econômica do Evento 1 no período (+) Margem de contribuição econômica do Evento 2 no período . . (+) Margem de contribuição econômica do Evento N no período (=) Margem de contribuição econômica da Atividade 1 no período (-) Custos e despesas fixas identificáveis no período (=) Contribuição econômica da Atividade 1 no período

O somatório da margem de contribuição econômica dos múltiplos eventos econômicos semelhantes entre si, caracterizadores de uma atividade, configura a

margem de contribuição econômica da atividade para o período em questão. Dela são deduzidos os custos e as despesas fixas identificáveis com a atividade, para se chegar à sua contribuição econômica ao resultado econômico global do período.

FORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO – ATIVIDADE / ÁREA DE RESPONSABILIDADE

(+) Contribuição econômica da Atividade 1 no período (+) Contribuição econômica da Atividade 2 no período . . (+) Contribuição econômica da Atividade N no período (=) Contribuição econômica das Atividades no período (-) Custos e despesas fixas identificáveis no período (=) Contribuição econômica da Área de Responsabilidade 1 no período
--

O somatório da contribuição econômica das múltiplas atividades desenvolvidas em uma área de responsabilidade, quando deduzido de seus custos e despesas fixas identificáveis ocorridas no período, forma a contribuição econômica dessa área para o resultado econômico global da entidade para o período.

FORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO –ÁREA DE RESPONSABILIDADE / ENTIDADE

(+) Contribuição econômica da Área de Responsabilidade 1 no período (+) Contribuição econômica da Área de Responsabilidade 2 no período . . (+) Contribuição econômica da Área de Responsabilidade N no período (=) Contribuição econômica das Áreas de Responsabilidade no período (-) Custos e despesas fixas identificáveis no período (=) Resultado econômico da Entidade no período

O somatório das contribuições das áreas de responsabilidade nas quais a entidade encontra-se dividida, deduzido dos custos e despesas fixas identificáveis somente à entidade como um todo no período, forma o seu resultado econômico para o período em questão.

Nas transferências de insumos, fatores de produção, bens, mercadorias, produtos e serviços entre as atividades e/ou as áreas de responsabilidade devem ser observados os custos de oportunidade das transações, materializados por preços de mercado.

4.5. Referências bibliográficas

- BARROS, Elizabeth Ferraz, NOSSA, Valcemiro. Decisões financeiras e impactos tempo-conjunturais. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v.10, n. 18, p. 51-66, mai./ago. 1998.
- CATELLI, Armando.(Coord.) **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. São Paulo: Atlas, 1999.
- EDWARDS, Edgard O, BELL, Philip W. ***The theory and measurement of business income***. Berkeley: University of California Press, 1961.
- FESS, Philip E. FERRARA, William L. *The period cost concept for income measurement: can it be defended?* **The Accounting Review**, 1961.
- GLAUTIER. M.W.E & UNDERDOWN. B. ***Accounting theory and practice***. 3rd ed. London: Pitman Publishing Ltd., 1986.
- GUERREIRO, Reinaldo. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade**. Tese (Doutorado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.
- GUERREIRO, Reinaldo. **A teoria das restrições e o sistema de gestão econômica: uma proposta de integração conceitual**. Tese (Livre Docência em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.
- HENDRIKSEN, Eldon S. VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- KAM, Vernon. ***Accounting theory***. 2nd Ed. New York: John Wiley & Sons, 1990.

5. APLICAÇÃO DOS CONCEITOS DISCUTIDOS

5.1. Introdução

Visando clarificar os conceitos discutidos ao longo deste trabalho, quanto à questão do reconhecimento de receitas, desenvolveu-se o exemplo presente neste capítulo de duas formas. Uma, de acordo com o entendimento das práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, no que tange ao reconhecimento de receitas. A outra, de acordo com a abordagem gerencial da Gestão Econômica.

5.2. O exemplo da Companhia XYZ

O exemplo a seguir desenvolvido abrange três períodos, a fim de que se tornem evidentes as diferenças entre os conceitos derivados dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e os derivados da Gestão Econômica.

Como o objetivo do exemplo é evidenciar as diferenças de tratamento existentes entre as duas visões, considerou-se que não há a incidência de impostos sobre as vendas, nem sobre o resultado.

Também não foi apresentado o tratamento do *goodwill* gerado internamente na entidade. O enfoque do trabalho repousou sobre ativos tangíveis.

5.2.1. Caracterização da empresa

A Companhia XYZ é uma empresa industrial, cujas atividades se iniciarão em 01/01/2002. Ela será administrada de acordo com os conceitos presentes na abordagem da Gestão Econômica. Para tanto, será dividida em 5 áreas de responsabilidades, a saber: compras, produção, vendas, finanças e administração geral, cada uma com gestores e objetivos próprios, visando atingir a eficácia e eficiência no âmbito da respectiva área de responsabilidade, e em um âmbito maior, da empresa como um todo, tendo em vista a otimização de resultados econômicos.

O organograma abaixo demonstra a divisão funcional da empresa:

As funções de cada área de responsabilidade serão as seguintes:

- a) **Compras** => responsabilidade pela negociação e aquisição dos insumos a serem utilizados no processo produtivo;
- b) **Produção** => responsabilidade pela estocagem dos insumos adquiridos anteriormente, aplicação dos mesmos no processo produtivo, e estocagem dos produtos em elaboração e acabados;
- c) **Vendas** => responsabilidade pela busca de clientes, bem como pelas vendas efetuadas;

- d) **Finanças** => atuando como o “banco interno da empresa”, gerenciando as receitas e despesas financeiras, bem como os custos de oportunidade que possam vir a ocorrer;
- e) **Administração geral** => responsabilidade pela prestação de serviços de gestão às demais áreas.

O fluxo produtivo, visando a obtenção de receitas, será constituído de quatro estágios, sendo um executado na área de Compras, dois na área de Produção, e o último, na área de Vendas. Os estágios da área de Produção, a saber, A e B, possuem máquinas exclusivas a cada um, além de serem aplicados insumos diferentes em cada um deles. O fluxo produtivo completo da empresa pode ser visualizado no esquema abaixo:

Para cada unidade do produto AB a ser produzida, serão aplicados 3 kg do insumo A, e 1 kg do insumo B. Não ocorrem perdas de insumos durante o processo produtivo.

5.2.2. Ocorrências dos períodos abrangidos

Em Janeiro de 2002 ocorreram as seguintes transações:

a) **01/01/02:**

- Constituição da empresa, mediante a integralização do Capital Social, em dinheiro, no montante de \$ 40.000,00.

b) **02/01/02:**

- Aquisição, à vista, de uma máquina a ser utilizada no estágio A da produção, no valor de \$ 9.000,00;
- Aquisição, à vista, de uma máquina a ser utilizada no estágio B da produção, no valor de \$ 12.000,00;
- Aquisição, a prazo, de 3000 Kg do insumo A, por \$ 4,00 / kg. Prazo de pagamento de 75 dias;
- Aquisição, a prazo, de 1000 Kg do insumo B, por \$ 10,00 / kg. Prazo de pagamento de 30 dias;
- Início da produção, no estágio A, de 1000 unidades do produto AB;
- Aplicação financeira do saldo remanescente em caixa.

c) **31/01/02:**

- Transferência das 1000 unidades do produto AB para o estágio B;
- Pagamento dos gastos da administração central, no total de \$ 3.000,00;
- Pagamento dos custos fixos de produção, no total de \$ 4.000,00;
- Depreciação do Imobilizado. Vida útil das máquinas A e B, 60 meses. Apresenta-se como um custo fixo para a área de produção;

- Reconhecimento da receita de aplicação financeira.

Em fevereiro de 2002 ocorreram as seguintes transações:

a) **01/02/02:**

- Início da produção no Estágio B;
- Pagamento do Fornecedor B.

b) **28/02/02:**

- Conclusão da produção das 1000 unidades do produto AB;
- Venda, a vista, de 300 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 48,00;
- Venda, a prazo de 31 dias, de 500 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 51,00;
- Pagamento dos gastos da administração central, no total de \$ 5.000,00;
- Pagamento de custos fixos de produção, no total de \$ 5.000,00;
- Depreciação do Imobilizado;
- Reconhecimento da receita de aplicação financeira;
- Aplicação financeira do saldo remanescente em caixa.

Em março de 2002 ocorreram as seguintes transações:

a) **18/03/02:**

- Venda, a vista, de 200 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 50,00;

- Pagamento do Fornecedor A..

b) **31/03/02:**

- Recebimento das vendas efetuadas em 28/02/01;
- Pagamento dos gastos da administração central, no total de \$ 6.000,00;
- Depreciação do Imobilizado;
- Venda, a vista, da Máquina A, por \$ 8.500,00;
- Venda, a vista, da Máquina B, por \$ 11.500,00.

Dados adicionais:

TAXAS DE INFLAÇÃO, DE APLICAÇÃO E DE CAPTAÇÃO NO MERCADO FINANCEIRO			
Discriminação	Janeiro/2002	Fevereiro/2002	Março/2002
Taxa de Inflação	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de juros de aplicação no mercado financeiro	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de juros de captação no mercado financeiro	3,00%	3,00%	3,00%

5.2.3. Apuração do resultado em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade

Para janeiro de 2002, são as seguintes transações:

Em 01/01/02:

- **Integralização do Capital Social, \$ 40.000,00**

<i>D – Caixa (BP)</i>	40.000,00	
<i>C – Capital Social (BP)</i>		40.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA EM 01/01/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Caixa	40.000,00	Capital Social	40.000,00
Total do Ativo	40.000,00	Total do Passivo	40.000,00

Em 02/01/02:

- **Aquisição, a vista, de uma máquina a ser utilizada no estágio A da produção, no valor de \$ 9.000,00**

<i>D – Máquinas e equipamentos A (BP)</i>	9.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		9.000,00

- **Aquisição, a vista, de uma máquina a ser utilizada no estágio B da produção, no valor de \$ 12.000,00**

<i>D – Máquinas e equipamentos B (BP)</i>	12.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		12.000,00

- **Aquisição, a prazo, de 3000 Kg do insumo A, por \$ 4,00 / kg. Prazo de pagamento de 75 dias**

<i>D – Estoque de matéria prima A (BP)</i>	12.000,00	
<i>C – Fornecedor A (BP)</i>		12.000,00

- **Aquisição, a prazo, de 1000 Kg do insumo B, por \$ 10,00 / kg. Prazo de pagamento de 30 dias**

<i>D – Estoque de matéria prima B (BP)</i>	10.000,00	
<i>C – Fornecedor B (BP)</i>		10.000,00

- **Início da produção de 1000 unidades do produto AB, iniciando-se pelo estágio A**

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-A (BP)</i>	12.000,00	
<i>C – Estoque de matéria prima A (BP)</i>		12.000,00

- **Aplicação financeira do saldo remanescente em caixa**

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	19.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		19.000,00

De acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as transações até o momento desenvolvidas não geram riqueza, portanto, não alteram o patrimônio líquido.

Em 31/01/02:

- **Transferência das 1000 unidades do produto AB para o estágio B**

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-A (BP)</i>	12.000,00	
<i>C – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>		12.000,00

- **Pagamento dos gastos da administração central**

<i>D – Caixa (BP)</i>	3.000,00	
<i>C – Aplicação financeira (BP)</i>		3.000,00
<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	3.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		3.000,00

- **Pagamento dos custos fixos de produção**

<i>D – Caixa (BP)</i>	4.000,00	
<i>C – Aplicação financeira (BP)</i>		4.000,00
<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	4.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		43.000,00

- **Depreciação do Imobilizado**

A vida útil das máquinas A e B é de 60 meses. A depreciação das máquinas constitui-se um custo fixo para a área de produção:

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	150,00	
<i>C – Depreciação acumulada máquina A (BP)</i>		150,00
<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	200,00	
<i>C – Depreciação acumulada máquina B (BP)</i>		200,00

- **Rendimento da aplicação financeira**

O resgate para o pagamento das despesas ocorreu no dia 31, logo, a taxa de aplicação financeira de 1,00% incide sobre o total aplicado no mês, de \$ 19.000,00:

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	190,00	
<i>C – Receita financeira de aplicação financeira (DRE)</i>		190,00

- **Lançamentos de encerramento das contas de resultado para apuração do resultado do mês**

D – Resultado do exercício 3.000,00
C – Despesas administrativas (DRE) 3.000,00

D – Receitas financeiras (DRE) 190,00
C – Resultado do exercício 190,00

- **Transferência do resultado do exercício para Lucros (Prejuízos) Acumulados**

D – Lucros (prejuízos acumulados) (BP) 2.810,00
C – Resultado do exercício 2.810,00

Ao final do mês são as seguintes as demonstrações contábeis:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/01/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	38.540,00	Passivo Circulante	22.000,00
Caixa	0,00	Fornecedor A	12.000,00
Aplicação Financeira	12.190,00	Fornecedor B	10.000,00
Estoques			
Matéria Prima B	10.000,00		
Produtos em elaboração AB	16.350,00		
Ativo Permanente	20.650,00	Patrimônio Líquido	37.190,00
Máquina A	8.850,00	Capital Social	40.000,00
Máquina B	11.800,00	Lucro (Prejuízo) do Exercício	(2.810,00)
Total do Ativo	59.190,00	Total do Passivo	59.190,00

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO REF. JANEIRO/2002	
Receita de Venda de Produtos	0,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(0,00)
(=) Lucro Bruto	0,00
(-) Despesas Administrativas	(3.000,00)
(+) Receitas Financeiras	190,00
(-) Despesas Financeiras	(0,00)
(±) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(0,00)
(=) Lucro Operacional	(2.810,00)
(=) Lucro do Exercício	(2.810,00)

Para fevereiro de 2002 são as seguintes transações:

Em 01/02/02:

- **Início da produção no Estágio B**

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	10.000,00	
<i>C – Estoque de matéria prima B (BP)</i>		10.000,00

- **Pagamento do Fornecedor B**

<i>D – Caixa (BP)</i>	10.000,00	
<i>C – Aplicação financeira (BP)</i>		10.000,00
<i>D – Fornecedor B (BP)</i>	10.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		10.000,00

Em 28/02/02:

- **Pagamento dos gastos da administração central, no total de \$ 5.000,00**

<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	5.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		5.000,00

- **Pagamento de custos fixos de produção, no total de \$ 5.000,00**

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	5.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		5.000,00

- **Depreciação do Imobilizado**

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	150,00	
<i>C – Depreciação acumulada máquina A (BP)</i>		150,00
<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	200,00	
<i>C – Depreciação acumulada máquina B (BP)</i>		200,00

- **Conclusão do processo de produção das 1000 unidades do produto AB**

<i>D – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>	31.700,00	
<i>C – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>		31.700,00

- **Venda, a vista, de 300 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 48,00**

<i>D – Caixa (BP)</i>	14.400,00	
<i>C – Receita de venda de produtos (DRE)</i>		14.400,00

<i>D – Custo dos produtos vendidos (DRE)</i>	9.510,00	
<i>C – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>		9.510,00

- **Venda, a prazo de 31 dias, de 500 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 51,00**

<i>D – Duplicatas a receber (BP)</i>	25.500,00	
<i>C – Receita de venda de produtos (DRE)</i>		25.500,00

<i>D – Custo dos produtos vendidos (DRE)</i>	15.850,00	
<i>C – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>		15.850,00

- **Rendimento da aplicação financeira**

A taxa de aplicação financeira de 1,00% incide sobre o saldo da aplicação existente em 01/02/02, ou seja, \$ 2.190,00:

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	21,90	
<i>C – Receita financeira de aplicação financeira (DRE)</i>		21,90

- **Aplicação financeira do saldo remanescente em caixa**

O valor de \$ 4.400,00 é obtido da diferença entre o recebimento pelas vendas à vista, de \$ 14.400,00 e o pagamento de custos e despesas, de \$ 10.000,00:

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	4.400,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		4.400,00

- **Lançamentos de encerramento das contas de resultado para apuração do resultado do mês**

<i>D – Resultado do exercício</i>	5.000,00	
<i>C – Despesas administrativas (DRE)</i>		5.000,00

<i>D – Receitas de venda de produtos (DRE)</i>	39.900,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		39.900,00

D – Resultado do exercício 25.360,00
C – Custo dos produtos vendidos (DRE) 25.360,00

D – Receitas financeiras (DRE) 21,90
C – Resultado do exercício 21,90

• **Transferência do resultado do exercício para Lucros (Prejuízos) Acumulados**

D – Resultado do exercício 9.561,90
C – Lucros (prejuízos) acumulados (BP) 9.561,90

Com isso, ao final do mês, são as seguintes demonstrações contábeis:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 28/02/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	38.451,90	Passivo Circulante	12.000,00
Caixa	0,00	Fornecedor A	12.000,00
Aplicação Financeira	6.611,90		
Duplicatas a Receber	25.500,00		
Estoques			
Produtos Acabados AB	6.340,00		
Ativo Permanente	20.300,00	Patrimônio Líquido	46.751,90
Máquina A	8.700,00	Capital Social	40.000,00
Máquina B	11.600,00	Lucros (Prejuízos) Acum.	(2.810,00)
		Lucro do Exercício	9.561,90
Total do Ativo	58.751,90	Total do Passivo	58.751,90

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO REF. FEVEREIRO/2002	
Receita de Venda de Produtos	39.900,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(25.360,00)
(=) Lucro Bruto	14.540,00
(-) Despesas Administrativas	(5.000,00)
(+) Receitas Financeiras	21,90
(-) Despesas Financeiras	(0,00)
(±) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(0,00)
(=) Lucro Operacional	9.561,90
(=) Lucro do Exercício	9.561,90

Para março de 2002, têm-se as transações a seguir:

Em 18/03/02:

- **Venda, a vista, de 200 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 50,00**

<i>D – Caixa (BP)</i>	10.000,00	
<i>C – Receita de venda de produtos (DRE)</i>		10.000,00
<i>D – Custo dos produtos vendidos (DRE)</i>	6.340,00	
<i>C – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>		6.340,00

- **Pagamento do Fornecedor A**

Foi efetuado o resgate total da aplicação financeira, que até essa data tinha rendido 0,50% sobre o saldo da aplicação existente em 01/03/2002, de \$ 6.611,90:

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	33,06	
<i>C – Receita financeira de aplicação financeira (DRE)</i>		33,06
<i>D – Caixa (BP)</i>	6.644,96	
<i>C – Aplicação financeira (BP)</i>		6.644,96
<i>D – Fornecedor A (BP)</i>	12.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		12.000,00

Em 31/03/02:

- **Recebimento das vendas efetuadas em 28/02/01**

<i>D – Caixa (BP)</i>	25.500,00	
<i>C – Duplicatas a receber (BP)</i>		25.500,00

- **Pagamento dos gastos da administração central, no total de \$ 6.000,00**

<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	6.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		6.000,00

- **Depreciação do Imobilizado**

Os valores foram considerados como Despesas Administrativas:

<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	150,00	
<i>C – Depreciação acumulada máquina A (BP)</i>		150,00
<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	200,00	
<i>C – Depreciação acumulada máquina B (BP)</i>		200,00

- **Venda, a vista, da Máquina A, por \$ 8.500,00**

<i>D– Depreciação acumulada máquina A (BP)</i>	450,00	
<i>C– Custo da máquina A vendida (DRE)</i>		450,00
<i>D – Custo da máquina A vendida (DRE)</i>	9.000,00	
<i>C – Máquinas e equipamentos A (BP)</i>		9.000,00
<i>D – Caixa (BP)</i>	8.500,00	
<i>C – Receita de venda da máquina A (DRE)</i>		8.500,00

- **Venda, a vista, da Máquina B, por \$ 11.500,00**

<i>D– Depreciação acumulada máquina B (BP)</i>	600,00	
<i>C– Custo da máquina B vendida (DRE)</i>		600,00
<i>D – Custo da máquina B vendida (DRE)</i>	12.000,00	
<i>C – Máquinas e equipamentos B (BP)</i>		12.000,00
<i>D – Caixa (BP)</i>	11.500,00	
<i>C – Receita de venda da máquina B (DRE)</i>		11.500,00

- **Lançamentos de encerramento das contas de resultado para apuração do resultado do mês**

<i>D – Receitas de venda de produtos (DRE)</i>	10.000,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		10.000,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	6.340,00	
<i>C – Custo dos produtos vendidos (DRE)</i>		6.340,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	6.350,00	
<i>C – Despesas administrativas (DRE)</i>		6.350,00
<i>D – Receitas financeiras (DRE)</i>	33,06	
<i>C – Resultado do exercício</i>		33,06

<i>D – Resultado do exercício</i>	8.550,00	
<i>C – Custo da máquina A vendida (DRE)</i>		8.550,00
<i>D – Receita de venda da máquina A (DRE)</i>	8.500,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		8.500,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	11.400,00	
<i>C – Custo da máquina B vendida (DRE)</i>		11.400,00
<i>D – Receita de venda da máquina B (DRE)</i>	11.500,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		11.500,00
<ul style="list-style-type: none"> • Transferência do resultado do exercício para Lucros (Prejuízos) Acumulados 		
<i>D – Lucros (prejuízos) acumulados (BP)</i>	2.606,94	
<i>C – Resultado do exercício</i>		2.606,94

Assim, a empresa apresentou as seguintes demonstrações contábeis, incluindo a DRE acumulada referente ao período entre janeiro e março/2002:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/03/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	44.144,96	Patrimônio Líquido	44.144,96
Caixa	44.144,96	Capital Social	40.000,00
		Lucros Acumulados	6.751,90
		Lucro do Exercício	(2.606,94)
Total do Ativo	44.144,96	Total do Passivo	44.144,96

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO REF. MARÇO/2002	
Receita de Venda de Produtos	10.000,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(6.340,00)
(=) Lucro Bruto	3.660,00
(-) Despesas Administrativas	(6.350,00)
(+) Receitas Financeiras	33,06
(-) Despesas Financeiras	
(±) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	
(=) Lucro Operacional	(2.656,94)
(±) Resultado Venda Imobilizado	50,00
(=) Lucro do Exercício	(2.606,94)

DEMONSTRACAO DO RESULT. DO EXERCICIO ACUMULADA REF. JANEIRO-MARÇO/2002	
Receita de Venda de Produtos	49.900,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(31.700,00)
(=) Lucro Bruto	18.200,00
(-) Despesas Administrativas	(14.350,00)
(+) Receitas Financeiras	244,96
(-) Despesas Financeiras	
(±) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	
(=) Lucro Operacional	4.094,96
(±) Resultado Venda Imobilizado	50,00
(=) Lucro do Exercício	4.144,96

5.2.4. Apuração do resultado com base nos preceitos da Gestão Econômica

Para a apuração do Resultado Econômico, convencionou-se a utilização dos seguintes critérios:

- a) **Estoques** => o fluxo de benefícios futuros descontados é dado pelo menor preço de mercado à vista;
- b) **Ativos imobilizados** => são avaliados com base no potencial de geração de benefícios futuros. Para tanto, o valor nominal dos benefícios futuros dos imobilizados é descontado com base em uma taxa de captação do mercado financeiro. Assim, o valor de um ativo imobilizado para a empresa independe da forma como é adquirido, se a vista ou se financiado. Ao considerar-se a avaliação dos ativos imobilizados, com base no potencial de geração de benefícios futuros, considera-se a empresa sob o pressuposto da continuidade;
- c) **Depreciação econômica** => corresponde à perda do potencial de geração de benefícios futuros de determinado ativo imobilizado entre duas datas distintas;

- d) **Ativos / passivos monetários** => avaliados pelo seu valor presente na data do balanço;
- e) **Transferências de recursos ou produtos entre atividades ou áreas de responsabilidade** => com base no custo de oportunidade da transação, o qual corresponde ao menor preço de mercado, a vista, aplicável à transação em questão;
- f) **Custos e despesas fixos** => representam gastos estruturais de período e não são alocados aos produtos, e sim às respectivas atividades e/ou áreas de responsabilidade;
- g) **Segregação do resultado econômico entre operacional e financeiro;**
- h) **Receitas e custos operacionais** => decorrem do aspecto operacional das transações desenvolvidas pela empresa:
 - *Receita operacional da compra* => corresponde à quantidade comprada e transferida para a área de estocagem da mercadoria em questão, valorada pelo preço de transferência, estipulado com base no custo de oportunidade da transação, que corresponde ao menor preço de mercado a vista para a aquisição da mercadoria;
 - *Custo operacional da compra* => corresponde à quantidade comprada e transferida para o estoque valorada pelo preço praticado pelo fornecedor na condição a vista;
 - *Receita operacional da venda* => corresponde à quantidade vendida da mercadoria valorada pelo preço de venda a vista;
 - *Custo operacional da venda* => corresponde à quantidade vendida da mercadoria em estoque valorada pelo preço de transferência pelo

qual a mesma foi transferida da área de estocagem, ou seja, com base no custo de oportunidade, operacionalizado pelo menor preço de mercado a vista aplicável à transação;

i) **Receitas e custos financeiros** => decorrem do valor do dinheiro no tempo:

- *Receita financeira de compras* => representa os recursos liberados pela opção de diferimento do pagamento da compra. É a receita de oportunidade gerada pela atividade ou área de compras para a empresa, mensurada pela taxa de juros de aplicação no mercado financeiro. Corresponde à diferença entre o valor da compra na condição realizada e o valor presente da compra na condição realizada, descontado com base na taxa de aplicação no mercado financeiro;
- *Custo financeiro de compras* => representa o efetivo custo financeiro que a empresa arca por ter optado adquirir bens, mercadorias, produtos e/ou serviços a prazo. Corresponde à diferença entre o valor da compra na condição realizada e o valor da compra na condição de pagamento a vista oferecida pelo fornecedor;
- *Receita financeira da venda* => representa o financiamento que a empresa concede aos seus clientes, quando das vendas a prazo. Corresponde à diferença entre o valor da venda na condição realizada e o valor da venda na condição de recebimento a vista;
- *Custo financeiro de vendas* => representa o custo de oportunidade gerado pela área de vendas ao efetuar vendas a prazo. Essa decisão faz com que, na ausência ou falta de recursos financeiros, a empresa

tenha que ir ao mercado captar tais recursos. Corresponde à diferença entre o valor de venda na condição realizada e o valor de venda na condição realizada, descontado com base na taxa de captação no mercado financeiro;

- j) **Custo de oportunidade sobre ativos e passivos** => corresponde à remuneração mínima exigida pelos acionistas sobre o seu investimento na empresa. Cada área de responsabilidade deve “pagar” à área de finanças o custo de oportunidade do acionista sobre os ativos que administra, e “receber” da área de finanças a receita de oportunidade sobre os passivos sob sua gestão:

- *Custo de oportunidade dos ativos* => os ativos são mensurados pela taxa de captação no mercado financeiro, na premissa de que a área financeira, como banco interno da empresa, os torna disponíveis a determinado custo;
- *Receita de oportunidade dos passivos* => os passivos são mensurados com base na taxa de aplicação no mercado financeiro, na premissa de que a compra a prazo proporciona condições à área financeira de investir os recursos disponíveis em outros ativos;

- k) **Remuneração do capital investido** => representa o custo de oportunidade dos acionistas. Calculado com base em uma taxa de juros de mercado, aplicada sobre o valor do Patrimônio Líquido do início de cada período, não sendo, necessariamente, a mesma taxa de aplicação de mercado utilizada para o cálculo do custo de oportunidade sobre os ativos. Entretanto, para o exemplo em questão, convencionou-se ser a mesma. Corresponde a um custo para área de finanças e tem como

contrapartida, para esse exemplo, uma conta do Patrimônio Líquido, denominada remuneração do capital próprio investido.

São necessários, ainda, alguns dados adicionais:

- a) **Estoques =>** são as cotações de mercado dos insumos A e B nas datas em que ocorrem as transações. Balizarão o custo de oportunidade das transações econômicas desenvolvidas nas áreas de responsabilidade:

COTAÇÕES DE MERCADO DOS INSUMOS UTILIZADOS						
Data	Insumo A			Insumo B		
	Mercado	Do Fornecedor		Mercado	Do Fornecedor	
	A vista	A vista	A prazo	A vista	A vista	A prazo
02/01/02	3,80	3,80	4,00	9,60	9,60	10,00
31/01/02	3,80	3,80	4,00	9,70	9,70	10,10
01/02/02	3,80	3,80	4,00	9,70	9,70	10,10
28/02/02	3,80	3,80	4,00	9,80	9,80	10,20
18/03/02	4,00	4,00	4,10	10,00	10,00	10,40
31/03/02	4,00	4,00	4,10	10,20	10,20	10,60

A cotação de mercado refere-se ao menor preço à vista para a reposição, em condições equivalentes, dos insumos utilizados pela empresa.

Também são necessários os custos de oportunidade para a produção em andamento e para os produtos acabados, os quais, para esse exemplo, foram convencionados como existentes no mercado em que a Companhia XYZ atua:

COTAÇÕES DE MERCADO DOS PRODUTOS EM ELABORAÇÃO E ACABADOS				
Data	Produto elaboração AB-A	Produto acabado AB		
	Menor valor de reposição, a vista	Menor valor de reposição, a vista	Valor venda da Cia. XYZ	
			A vista	A prazo (30)
02/01/02	20,00	36,00	46,00	49,00
31/01/02	20,00	36,00	46,00	49,00
01/02/02	20,00	36,00	48,00	51,00
28/02/02	22,00	38,00	48,00	51,00
18/03/02	22,00	40,00	50,00	53,00
31/03/02	24,00	41,00	51,00	54,00

- b) **Ativo Imobilizado.** O plano de utilização das máquinas utilizadas pela empresa está demonstrado no quadro a seguir:

PLANO DE UTILIZAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO						
Período	Máquina A			Máquina B		
	Horas utilização	Valor unitário (\$)	Total dos serviços	Horas utilização	Valor unitário (\$)	Total dos serviços
01/2002	200	1,50	300,00	200	2,30	460,00
02/2002	200	1,50	300,00	200	2,30	460,00
03/2002	200	1,50	300,00	200	2,30	460,00
...						
12/2006	200	1,50	300,00	200	2,30	460,00

As horas de utilização referem-se à quantidade de horas em que as máquinas operarão dentro de cada período considerado. O valor unitário do serviço refere-se ao custo de oportunidade relativo a cada uma, sendo que a materialização desse se dá pela consideração do valor mínimo que a empresa teria que desembolsar caso terceirizasse os serviços executados por cada uma delas, obtendo, assim, o valor pelo qual é vantajoso manter ou terceirizar o serviço executado por elas.

Assim, compara-se o valor descontado do fluxo de benefícios futuros proporcionado por cada uma das máquinas, com o respectivo valor de aquisição. Se o valor do fluxo descontado de benefícios futuros, com base em taxas de captação, for maior que o valor de aquisição da máquina, tem-se que a decisão de mantê-la (ou adquiri-la) otimiza o resultado econômico para a empresa, uma vez que ela é capaz de gerar riqueza excedente sobre o seu valor de aquisição. Já no caso de o valor do fluxo descontado de benefícios futuros, com base em taxas de captação, ser menor que o valor de aquisição da máquina, tem-se uma situação em que não compensa para a empresa mantê-la (ou adquiri-la), uma vez que a riqueza a ser gerada, materializada pelos benefícios futuros esperados, não seria suficiente para cobrir o montante que seria desembolsado para a aquisição da máquina, de tal

forma que a opção de terceirização dos serviços executados por essa máquina agregaria um maior valor econômico para a empresa.

O fluxo descontado de benefícios futuros esperados dos imobilizados deve ser revisto ao final de cada período, a fim de serem consideradas eventuais mudanças que possam ter ocorrido no estoque de horas do potencial de geração de benefícios futuros, bem como mudanças no valor dos serviços, e finalmente, na taxa de desconto empregada. Neste exemplo, foi considerado que esses três fatores se mantiveram constantes ao longo do tempo em que perdura o potencial de geração de benefícios futuros de cada uma das máquinas.

A seguir, passa-se à apuração do resultado econômico, de acordo com as premissas inerentes à Gestão Econômica, objetivando-se, assim, demonstrar o processo de reconhecimento de receitas à medida que utilidade, e, conseqüentemente, valor é gerado na empresa.

Para Janeiro de 2002, são as seguintes as transações econômicas:

Em 01/01/02:

- **Integralização do Capital Social, \$ 40.000,00**

<i>D – Caixa (BP)</i>	40.000,00	
<i>C – Capital Social (BP)</i>		40.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA EM 01/01/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante		Patrimônio Líquido	
Caixa	40.000,00	Capital Social	40.000,00
Total do Ativo	40.000,00	Total do Passivo	40.000,00

Em 02/01/02:

- **Aquisição, a vista, de uma máquina a ser utilizada no estágio A da produção, no valor de \$ 9.000,00**

Com base no plano de utilização da máquina A, demonstrado anteriormente, e nas taxas de captação do mercado financeiro, é possível apurar o fluxo de benefícios futuros esperados dessa máquina, conforme é demonstrado abaixo¹⁰

VALOR DOS FLUXOS DESCONTADOS DE BENEFÍCIOS FUTUROS					
Data	Períodos	Máquina A		Máquina B	
		Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
02/01/2002	60	18.000,00	8.302,67	27.600,00	12.730,76
31/01/2002	59	17.700,00	8.251,75	27.140,00	12.652,68
28/02/2002	58	17.400,00	8.199,30	26.680,00	12.572,26
31/03/2002	57	17.100,00	8.145,28	26.220,00	12.489,43

O resultado econômico decorrente da aquisição da Máquina A é atribuído à área de responsabilidade Produção. O valor presente do fluxo descontado de benefício futuro constitui-se na receita de compra de Imobilizado, ao passo que o valor efetivamente desembolsado na aquisição da máquina constitui o custo de aquisição do Imobilizado. Assim, o registro contábil é o seguinte:

<i>D – Máquinas e equipamentos A (BP)</i>	8.302,67	
<i>C – Receita de compra de imobilizado (DRE)</i>		8.302,67
<i>D – Custo de aquisição de imobilizado (DRE)</i>	9.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		9.000,00

¹⁰ Os cálculos completos encontram-se nas tabelas 1 a 4 do Anexo 1.

- **Aquisição, a vista, de uma máquina a ser utilizada no estágio B da produção, no valor de \$ 12.000,00**

Com relação a essa transação, cabem os mesmos comentários efetuados na anterior, de tal forma que são os seguintes os registros contábeis:

<i>D – Máquinas e equipamentos B (BP)</i>	12.730,76	
<i>C – Receita de compra de imobilizado (DRE)</i>		12.730,76
 <i>D – Custo de aquisição de imobilizado (DRE)</i>	 12.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		12.000,00

A aquisição da Máquina A gerou um resultado negativo de \$ 697,33, ao passo que a Máquina B um positivo de \$ 730,76. Assim, a aquisição da Máquina A, nas condições efetuadas, demonstrou-se ser uma decisão equivocada, pois, terceirizando os serviços executados por essa máquina, otimizar-se-ia o resultado econômico em relação à opção da aquisição da máquina. Já a aquisição da Máquina B foi uma decisão acertada, pois ela é capaz de gerar benefícios futuros superiores ao valor comprometido com sua aquisição.

- **Aquisição, a prazo, de 3.000 Kg do insumo A, por \$ 4,00 / kg. Prazo de pagamento de 75 dias, e o valor, na condição à vista é de \$ 3,80 / kg**

A aquisição a prazo de insumos requer a segregação do valor entre o resultado operacional e o resultado financeiro da compra.

A receita operacional da compra consiste no menor preço de mercado a vista para a aquisição do insumo em questão, correspondendo à contrapartida da conta de Estoques. Já o custo operacional da compra corresponde ao valor do insumo na condição a vista do fornecedor. Como a empresa adquiriu esse insumo do

fornecedor que pratica o menor preço de mercado a vista, o resultado operacional é nulo. Resta verificar o aspecto financeiro da compra.

A receita financeira da compra corresponde à diferença entre o valor futuro da obrigação assumida e o seu valor presente, descontado pela taxa de aplicação no mercado financeiro. O valor futuro da obrigação é de \$ 12.000,00, o prazo de pagamento é de 75 dias e a taxa de aplicação financeira é de 1% para 30 dias. Assim, o valor presente da obrigação assumida com o fornecedor A é de \$ 11.705,17, e a receita financeira da compra, \$ 294,83. Essa receita financeira da compra é a contrapartida da conta de Juros Diferidos do Fornecedor, constante no passivo da empresa e que ajusta o valor nominal da obrigação para com o fornecedor A ao respectivo valor presente. Já o custo financeiro da compra consiste na diferença entre o valor da aquisição do insumo A na condição realizada, ou seja, a prazo, e o valor na condição à vista do fornecedor A: \$ 12.000,00 - \$ 11.400,00 = \$ 600,00.

O resultado econômico da compra é atribuído à área de responsabilidade Compras. Assim, são os seguintes os registros contábeis:

<i>D – Estoque de matéria prima A (BP)</i>	11.400,00	
<i>C – Receita operacional de compras (DRE)</i>		11.400,00
<i>D – Custo operacional de compras (DRE)</i>	11.400,00	
<i>D – Custo financeiro de compras (DRE)</i>	600,00	
<i>C – Fornecedor A (BP)</i>		12.000,00
<i>D – Juros diferidos do fornecedor A (BP)</i>	294,83	
<i>C – Receita financeira de compras (DRE)</i>		294,83

O resultado econômico decorrente da decisão do gestor de compras de adquirir o insumo A na condição a prazo do fornecedor A foi um prejuízo de \$ 305,17, decorrente do resultado financeiro negativo de \$ 305,17. Teria sido melhor para a empresa adquirir o insumo A na condição à vista do fornecedor A, pois assim

seria evitado o resultado econômico negativo decorrente do aspecto financeiro da transação.

- **Aquisição, a prazo, de 1.000 Kg do insumo B, por \$ 10,00 / kg. Prazo de pagamento de 30 dias, e o valor na condição a vista de \$ 9,60**

Em relação a essa transação cabem os mesmos comentários efetuados na anterior. Assim, tem-se:

<i>D – Estoque de matéria prima B (BP)</i>	9.600,00	
<i>C – Receita operacional de compras (DRE)</i>		9.600,00
<i>D – Custo operacional de compras (DRE)</i>	9.600,00	
<i>D – Custo financeiro de compras (DRE)</i>	400,00	
<i>C – Fornecedor B (BP)</i>		10.000,00
<i>D – Juros diferidos do fornecedor B (BP)</i>	99,01	
<i>C – Receita financeira de compras (DRE)</i>		99,01

O resultado econômico decorrente da decisão do gestor de compras de adquirir o insumo B na condição a prazo do fornecedor B foi um prejuízo de \$ 300,99, decorrente do resultado financeiro negativo de \$ 300,99. A aquisição a vista do insumo B teria otimizado o resultado econômico para a empresa.

- **Início da produção de 1.000 unidades do produto AB, iniciando-se pelo estágio A**

Os insumos são transferidos pela área de Compras para a área de Produção, com base no preço de transferência, pautado pelo custo de oportunidade, materializado pelo menor preço de mercado a vista do insumo em questão:

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-A (BP)</i>	11.400,00	
<i>C – Estoque de matéria prima A (BP)</i>		11.400,00

- **Aplicação financeira do saldo remanescente em caixa**

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	<i>19.000,00</i>	
<i>C – Caixa (BP)</i>		<i>19.000,00</i>

Após as transações do dia 02/01/2002, a empresa apresentou um decréscimo em sua riqueza de \$ 572,73, decorrente do resultado econômico negativo, explicado da seguinte forma:

- Resultado econômico da área de Compras, negativo em \$ 606,16, por conta da margem financeira negativa de \$ 606,16 (receitas financeiras de \$ 393,84 e despesas financeiras de \$ 1.000,00), contra uma margem operacional nula;
- Resultado econômico da área de Produção, positivo em \$ 33,43, decorrente da confrontação entre a receita de compra de imobilizado, de \$ 21.033,43, contra um custo de aquisição de imobilizado de \$ 21.000,00.

Sob o enfoque da Gestão Econômica, as transações contábeis até o momento executadas apresentam-se como geradoras de riqueza, logo, impactam o patrimônio líquido.

Em 31/01/02:

- **Transferência das 1.000 unidades do produto AB para o estágio B**

Para esse exemplo, a fim de ser evidenciada a agregação de valor ao longo de todo o processo produtivo, convencionou-se que existe, ao final do estágio A, um custo de oportunidade baseado em um valor de mercado para balizar o preço de transferência entre o estágio A e o estágio B dentro da área de Produção. Para

tanto, a menor cotação de mercado para o produto em elaboração AB após ter sido concluído o estágio de produção A, é de \$ 20,00 / unidade. Se a empresa, nesse momento, apresentar um custo unitário de produção do produto AB superior ao custo de oportunidade relativo ao estágio A, é mais vantajoso para ela, em termos de agregação de riqueza, adquirir no mercado o produto em elaboração AB, e continuar o processo produtivo a partir do estágio B. Assim, têm-se:

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	20.000,00	
<i>C – Receita de produção do produto AB (DRE)</i>		20.000,00
<i>D – Custo de produção do produto AB (DRE)</i>	11.400,00	
<i>C – Estoque de produtos em elaboração AB-A (BP)</i>		11.400,00

Com isso, a atividade de produção, componente da área de responsabilidade Produção, contribuiu no período com uma margem de contribuição de \$ 8.600,00 para a formação do resultado econômico da empresa no período.

- **Pagamento dos custos fixos de produção, no total de \$ 4.000,00**

<i>D – Caixa (BP)</i>	4.000,00	
<i>C – Aplicação financeira (DRE)</i>		4.000,00
<i>D – Custos fixos identificados com a produção (DRE)</i>	4.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		4.000,00

- **Depreciação do Imobilizado**

A depreciação das máquinas constitui-se em um custo fixo para a área de Produção. Ela é obtida pela diferença entre o fluxo descontado de benefícios futuros de cada máquina, no início e no final do período considerado, refletindo assim a perda no potencial de geração de benefícios econômicos dos ativos imobilizados.

O potencial de geração de benefícios futuros da máquina A em 02/01/2002, considerado pelo seu valor presente, era de \$ 8.302,67. Já esse mesmo potencial

em 31/01/2002 é de \$ 8.251,75. Logo, a perda de potencial no período é de \$ 50,92, constituindo-se essa, a depreciação econômica da máquina A ao término do mês de janeiro/2002. Em relação à máquina B, a depreciação econômica no período foi de \$ 78,08 (\$ 12.730,76 – \$ 12.652,68):

<i>D – Depreciação econômica máquina A (DRE)</i>	50,92	
<i>C – Máquinas e equipamentos A (DRE)</i>		50,92
<i>D – Depreciação econômica máquina B (DRE)</i>	78,08	
<i>C – Máquinas e equipamentos B (DRE)</i>		78,08

- **Pagamento dos gastos da administração central, no total de \$ 3.000,00**

<i>D – Caixa (BP)</i>	3.000,00	
<i>C – Aplicação financeira (BP)</i>		3.000,00
<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	3.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		3.000,00

- **Rendimento da aplicação financeira**

Apresenta-se como um evento tempo-conjuntural, ou seja, que envolve o valor do dinheiro no tempo. É um resultado atribuível à área de responsabilidade Finanças. Para tanto, aplica-se a taxa de juros de aplicação no mercado financeiro, de 1% sobre o total da aplicação efetuada em 02/01/02, \$ 19.000,00:

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	190,00	
<i>C – Receita financeira de aplicação financeira (DRE)</i>		190,00

- **Ganho de estocagem de Insumos**

É um evento tempo-conjuntural que decorre da valorização dos estoques entre duas datas distintas. O insumo B permaneceu estocado na empresa desde a sua aquisição, em 02/01/2002, até 31/01/2002. O menor valor de mercado, de reposição, do insumo B em 02/01/2002 era de \$ 9,60 / kg. Em 31/01/2001, esse

valor é de \$ 9,70 / kg. O ganho de estocagem de insumos é atribuído à área de Produção.

Os insumos estocados demandaram recursos que foram investidos em sua aquisição, e que poderiam ter sido utilizados pela empresa em outras formas de investimentos. Logo, a área de Produção deve pagar o custo operacional de estocagem à área de Finanças, aplicando-se a taxa de captação financeira sobre o valor dos estoques de insumos de início do período. A contrapartida do custo operacional de estocagem constitui-se em uma receita financeira da área de Finanças. Da comparação entre o ganho de estocagem e o custo operacional de estocagem de cada insumo em determinado período obtém-se o resultado econômico da atividade estocagem de insumos, que compõe, juntamente com outras atividades, a área de Produção:

<i>D – Estoque de matéria prima B (BP)</i>	<i>100,00</i>	
<i>C – Ganho de estocagem do insumo B (DRE)</i>		<i>100,00</i>
<i>D – Custo operacional estocagem insumo B (DRE)</i>	<i>288,00</i>	
<i>C – Financiamento dos estoques (DRE)</i>		<i>288,00</i>

A atividade de estocagem gerou no mês de janeiro de 2002 uma contribuição negativa de \$ 188,00. Teria sido melhor se a empresa tivesse adquirido o insumo B no final do mês e não no início, como ocorreu, uma vez que o ganho de estocagem observado foi insuficiente para cobrir o custo operacional de estocagem no período.

- **Financiamento da produção em andamento**

A área de Finanças cobra da área de Produção o custo operacional de oportunidade referente à produção em andamento, aplicando-se a taxa de captação financeira sobre o valor da produção em andamento do início do período:

<i>D – Custo operacional de produção AB-A (DRE)</i>	342,00	
<i>C – Financiamento dos estoques (DRE)</i>		342,00

- **Financiamento do ativo imobilizado**

Outro evento tempo-conjuntural. A área de Finanças cobra das demais áreas de responsabilidade o custo de oportunidade dos recursos por ela disponibilizados para que aquelas possam investir em ativos variados. Em relação aos imobilizados, é cobrado da área de Produção o respectivo custo de financiamento, aplicando-se a taxa de captação sobre o valor das máquinas A e B de início do período:

<i>D – Custo do financiamento da máquina A (DRE)</i>	249,08	
<i>C – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>		249,08
<i>D – Custo do financiamento da máquina B (DRE)</i>	381,92	
<i>C – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>		381,92

- **Financiamento de fornecedores**

Corresponde ao reconhecimento dos juros diferidos de fornecedores, relativos à sua realização pelo transcurso do tempo, de tal forma que se configura como um custo financeiro para a área de Finanças. Para tanto, é necessário calcular o novo valor presente das obrigações para com os fornecedores em 31/01/2002. Para o fornecedor A, cujo valor nominal é de \$ 12.000,00 e vencimento em 18/03/2002, o valor presente da obrigação é de \$ 11.818,30. Já para o fornecedor B, cujo valor nominal é de \$ 10.000,00 e vencimento em 01/02/2002, o valor presente da obrigação é de \$ 9.996,68:

<i>D – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>	113,13	
<i>C – Juros diferidos do fornecedor A (BP)</i>		113,13
<i>D – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>	95,69	
<i>C – Juros diferidos do fornecedor B (BP)</i>		95,69

- **Remuneração do capital próprio investido**

Corresponde ao custo de oportunidade dos donos do capital (proprietários, cotistas, acionistas), materializado por uma taxa de aplicação no mercado financeiro, sobre o valor do patrimônio líquido de início do período. É um custo financeiro da área de Finanças, e sua contrapartida, nesse exemplo, é uma conta componente do patrimônio líquido, denominada remuneração do capital próprio investido:

<i>D – Remuneração do capital próprio (DRE)</i>	400,00	
<i>C – Remuneração do capital próprio investido (BP)</i>		400,00

- **Lançamentos de encerramento das contas de resultado para apuração do resultado do mês**

<i>D – Receita de compra de imobilizado (DRE)</i>	21.033,43	
<i>C – Resultado do exercício</i>		21.033,43

<i>D – Resultado do exercício</i>	21.000,00	
<i>C – Custo de aquisição de imobilizado (DRE)</i>		21.000,00

<i>D – Receita operacional de compras (DRE)</i>	21.000,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		21.000,00

<i>D – Resultado do exercício</i>	21.000,00	
<i>C – Custo operacional de compras (DRE)</i>		21.000,00

<i>D – Resultado do exercício</i>	1.000,00	
<i>C – Custo financeiro de compras (DRE)</i>		1.000,00

<i>D – Receita financeira de compras (DRE)</i>	393,84	
<i>C – Resultado do exercício</i>		393,84

<i>D – Receita de produção do produto AB (DRE)</i>	20.000,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		20.000,00

<i>D – Resultado do exercício</i>	11.400,00	
<i>C – Custo de produção do produto AB (DRE)</i>		11.400,00

<i>D – Resultado do exercício</i>	4.000,00	
<i>C – Custos fixos identificados com a produção (DRE)</i>		4.000,00

<i>D – Resultado do exercício</i>	129,00	
<i>C – Depreciação econômica</i>		129,00

<i>D – Resultado do exercício</i>	3.000,00	
<i>C – Despesas administrativas (DRE)</i>		3.000,00
<i>D – Receita financeira de aplicação financeira (DRE)</i>	190,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		190,00
<i>D – Ganho de estocagem do insumo B (DRE)</i>	100,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		100,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	288,00	
<i>C – Custo operacional estocagem insumo B (DRE)</i>		288,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	342,00	
<i>C – Custo oper. de produção AB-A em andamento</i>		342,00
<i>D – Financiamento de estoques (DRE)</i>	630,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		630,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	631,00	
<i>C – Custo do financiamento imobilizado (DRE)</i>		631,00
<i>D – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>	631,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		631,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	208,82	
<i>C – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>		208,82
<i>D – Resultado do exercício</i>	400,00	
<i>C – Remuneração do capital próprio (DRE)</i>		400,00
• Transferência do resultado do exercício para Lucros (Prejuízos) Acumulados		
<i>D – Resultado do exercício</i>	579,45	
<i>C – Lucros (prejuízos) acumulados (BP)</i>		579,45

Ao final do mês de janeiro/2002, são as seguintes demonstrações contábeis:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/01/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	41.890,00	Passivo Circulante	21.814,98
Caixa	0,00	Fornecedor A	12.000,00
Aplicação financeira	12.190,00	(-) Juros diferidos	(181,70)
Estoques		Fornecedor B	10.000,00
Matéria Prima B	9.700,00	(-) Juros diferidos	(3,32)
Produtos elaboração AB-B	20.000,00		
Ativo Permanente	20.904,43	Patrimônio Líquido	40.979,45
Máquina A	8.251,75	Capital Social	40.000,00
Máquina B	12.652,68	Remuneração capital próprio	400,00
		Lucro do exercício	579,45
Total do Ativo	62.794,43	Total do Passivo	62.794,43

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REF. JANEIRO/2002		
Área de responsabilidade Compras		
Receita operacional de compras	21.000,00	
(-) Custo operacional de compras	(21.000,00)	
(=) Margem operacional		0,00
Receita financeira de compras	393,84	
(-) Custo financeiro de compras	(1.000,00)	
(=) Margem financeira		(606,16)
Resultado econômico da área Compras		(606,16)
Área de responsabilidade Finanças		
Receitas financeiras	1.451,00	
Receita financeira de aplicação financeira	190,00	
Financiamento de estoques	630,00	
Financiamento do imobilizado	631,00	
Despesas financeiras	(608,82)	
Financiamento de fornecedores	(208,82)	
Remuneração do capital próprio	(400,00)	
Resultado econômico da área Finanças		842,18
Área de responsabilidade Produção		
Receita de produção de AB	20.000,00	
(-) Custo de produção de AB	(11.400,00)	
(=) Margem de contribuição produção	8.600,00	
Ganho de estocagem	100,00	
(-) Custo operacional de estocagem	(288,00)	
(=) Margem de contribuição estocagem	(188,00)	
Receita da compra de Imobilizados	21.033,43	
(-) Custo de aquisição de Imobilizados	(21.000,00)	
(=) Margem de contribuição de imobilização	33,43	
(-) Custo operacional produção andamento	(342,00)	
(-) Custo financiamento imobilizado	(631,00)	
(-) Custos fixos de produção	(4.000,00)	
(-) Depreciação econômica	(129,00)	
Resultado econômico da área Produção		3.343,43
Contribuição econômica das áreas		3.579,45
Despesas do Período		(3.000,00)
Despesas administrativas	(3.000,00)	
Resultado econômico da empresa		579,45

Para Fevereiro de 2002, são as seguintes as transações econômicas:

Em 01/02/01:

- **Início da produção no Estágio B**

Os insumos são transferidos pela área de compras para a de estocagem com base no preço de transferência, pautado pelo custo de oportunidade relativo à transação, o qual é materializado pelo menor preço de mercado à vista do insumo em questão, na data da transferência. Como, entre 31/01/2002 e 01/02/2002 não houve alteração no valor de mercado, para reposição do insumo B, ele é transferido para a produção, com base no saldo constante do balanço de 31/01/2002:

<i>D – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>	9.700,00	
<i>C – Estoque de matéria prima B (BP)</i>		9.700,00

- **Pagamento do Fornecedor B**

<i>D – Caixa (BP)</i>	10.000,00	
<i>C – Aplicação financeira (BP)</i>		10.000,00
<i>D – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>	3,32	
<i>C – Juros diferidos fornecedor B (BP)</i>		3,32
<i>D – Fornecedor B</i>	10.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		10.000,00

Em 28/02/01:

- **Pagamento dos gastos da administração central, no total de \$ 5.000,00, e dos custos fixos de produção, \$ 5.000,00:**

<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	5.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		5.000,00
<i>D – Custos fixos identificados com a produção (DRE)</i>	5.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		5.000,00

- **Conclusão da produção das 1.000 unidades do produto AB**

Para tanto é necessário apurar o custo de oportunidade em relação ao término do processo produtivo das 1000 unidades do produto AB ao final do estágio B. O custo de oportunidade do produto pronto AB em 28/02/2001 era de \$ 38,00 por unidade. Esse custo de oportunidade consiste no menor preço de mercado, para reposição, do mesmo produto que a Companhia XYZ fabrica. Se a empresa apresentar, ao término do processo produtivo, um custo unitário superior a \$ 38,00 por unidade, compensa para ela fechar sua linha de fabricação e tornar-se apenas um distribuidor do produto AB, haja vista que conseguiria comprar no mercado o mesmo produto a um custo inferior ao que ela tem para fabricá-lo:

<i>D – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>	38.000,00	
<i>C – Receita de produção do produto AB (DRE)</i>		38.000,00
<i>D – Custos de produção do produto AB (DRE)</i>	29.700,00	
<i>C – Estoque de produtos em elaboração AB-B (BP)</i>		29.700,00

- **Depreciação econômica do Imobilizado**

O potencial de geração de benefícios futuros da máquina A em 31/01/2002, era de \$ 8.251,75, e em 28/02/2002 é de \$ 8.199,30. Logo, a perda de potencial no período é de \$ 52,45, constituindo-se essa a depreciação econômica da máquina A do mês de fevereiro/2002. Já em relação à máquina B, a depreciação econômica no período foi de \$ 80,42 (\$ 12.652,68 – \$ 12.572,26):

<i>D – Depreciação econômica máquina A (DRE)</i>	52,45	
<i>C – Máquinas e equipamentos A (DRE)</i>		52,45
<i>D – Depreciação econômica máquina B (DRE)</i>	80,42	
<i>C – Máquinas e equipamentos B (DRE)</i>		80,42

- **Venda, a vista, de 300 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 48,00**

A receita operacional da venda consiste na quantidade vendida da mercadoria, valorada pelo preço de venda a vista da empresa. Já o custo operacional da venda consiste na quantidade vendida da mercadoria em estoque, valorada pelo preço de transferência pelo qual a mesma foi transferida da área de Produção, ou seja, com base no custo de oportunidade, operacionalizado pelo menor preço de mercado, a vista, aplicável à transação. Conforme demonstrado no item anterior, esse preço de mercado em 28/02/2002 era de \$ 38,00 por unidade.

<i>D – Caixa (BP)</i>	14.400,00	
<i>C – Receita operacional venda de produtos (DRE)</i>		14.400,00
<i>D – Custo operacional dos produtos vendidos (DRE)</i>	11.400,00	
<i>C – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>		11.400,00

- **Venda, a prazo de 31 dias, de 500 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 51,00**

Nesse caso ocorre a segregação do resultado econômico no que tange ao aspecto operacional, já comentado anteriormente, e financeiro.

O custo financeiro da venda consiste na diferença entre o valor de venda na condição realizada e o valor de venda na condição realizada, descontado com base na taxa de captação no mercado financeiro, de tal forma que represente o custo de oportunidade gerado pela área de vendas ao efetuar vendas a prazo. A contrapartida do custo financeiro da venda é a conta de juros diferidos de clientes, que faz o ajuste ao valor presente das duplicatas a receber.

Já a receita financeira da venda consiste na diferença entre o valor da venda na condição realizada e o valor da venda na condição de recebimento à vista,

representando o financiamento que a empresa concede aos seus clientes, quando das vendas a prazo:

<i>D – Duplicatas a receber (BP)</i>	25.500,00	
<i>C – Receita operacional venda de produtos (DRE)</i>		24.000,00
<i>C – Receita financeira venda de produtos (DRE)</i>		1.500,00
<i>D – Custo financeiro da venda de produtos (DRE)</i>	767,10	
<i>C – Juros diferidos de duplicatas a receber (BP)</i>		767,10
<i>D – Custo operacional dos produtos vendidos (DRE)</i>	19.000,00	
<i>C – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>		19.000,00

- **Rendimento da aplicação financeira**

A taxa de aplicação no mercado financeiro incide sobre o saldo da aplicação existente em 01/02/02, ou seja, 1,00% sobre \$ 2.190,00:

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	21,90	
<i>C – Receita financeira da aplicação financeira (DRE)</i>		21,90

- **Aplicação financeira do saldo remanescente em caixa**

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	4.400,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		4.400,00

- **Financiamento da produção em andamento**

A área de Finanças cobra da área de Produção o custo operacional de oportunidade referente à produção em andamento. Para tanto, aplica-se a taxa de captação no mercado financeiro sobre o valor da produção em andamento de início do período, ou seja, \$ 29.700,00:

<i>D – Custo operacional de produção AB-A (DRE)</i>	891,00	
<i>C – Financiamento de estoques (DRE)</i>		891,00

- **Financiamento do ativo imobilizado**

A área de Finanças cobra da área de Produção o custo de financiamento dos imobilizados, aplicando a taxa de captação no mercado financeiro sobre o valor das máquinas A e B de início do período:

<i>D – Custo do financiamento da máquina A (DRE)</i>	245,98	
<i>C – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>		245,98
<i>D – Custo do financiamento da máquina B (DRE)</i>	377,17	
<i>C – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>		377,17

- **Financiamento de fornecedores**

Corresponde ao reconhecimento dos juros diferidos de fornecedores relativos à realização dos mesmos, em virtude do transcurso do tempo, de tal forma que se configura como um custo financeiro para a área de Finanças. Para tanto, é necessário calcular o novo valor presente das obrigações para com os fornecedores na data em questão. Em 28/02/2002, o valor presente da obrigação com o Fornecedor A, cujo valor nominal é de \$ 12.000,00 com vencimento em 18/03/2001, é de \$ 11.928,57:

<i>D – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>	110,27	
<i>C – Juros diferidos fornecedor A</i>		110,27

- **Remuneração do capital próprio**

Corresponde ao custo de oportunidade dos acionistas, que se materializa através de uma taxa de aplicação financeira sobre o valor do patrimônio líquido de início do período, apresentando-se como um custo financeiro da área de Finanças:

<i>D – Remuneração do capital próprio (DRE)</i>	409,79	
<i>C – Remuneração do capital próprio investido (BP)</i>		409,79

• **Lançamentos de encerramento das contas de resultado para apuração do resultado do mês**

<i>D – Resultado do exercício</i>	5.000,00	
<i>C – Despesas administrativas (DRE)</i>		5.000,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	5.000,00	
<i>C – Custos fixos identificados de produção (DRE)</i>		5.000,00
<i>D – Receita de produção do produto AB (DRE)</i>	38.000,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		38.000,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	29.700,00	
<i>C – Custos de produção do produto AB (DRE)</i>		29.700,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	132,87	
<i>C – Depreciação econômica</i>		132,87
<i>D – Receita operacional venda de produtos</i>	38.400,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		38.400,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	30.400,00	
<i>C – Custo operacional dos produtos vendidos</i>		30.400,00
<i>D – Receita financeira venda de produtos (DRE)</i>	1.500,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		1.500,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	767,10	
<i>C – Custo financeiro da venda de produtos (DRE)</i>		767,10
<i>D – Receita financeira da aplicação financeira (DRE)</i>	21,90	
<i>C – Resultado do exercício</i>		21,90
<i>D – Financiamento de estoques (DRE)</i>	891,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		891,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	891,00	
<i>C – Custo operacional de produção AB-A (DRE)</i>		891,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	623,15	
<i>C – Custo do financiamento imobilizado (DRE)</i>		623,15
<i>D – Financiamento de imobilizado (DRE)</i>	623,15	
<i>C – Resultado do exercício</i>		623,15
<i>D – Resultado do exercício</i>	113,59	
<i>C – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>		113,59

<i>D – Resultado do exercício</i>	409,79	
<i>C – Remuneração do capital próprio (DRE)</i>		409,79

• **Transferência do resultado do exercício para Lucros (Prejuízos) Acumulados**

<i>D – Resultado do exercício</i>	6.398,55	
<i>C – Lucros (prejuízos) acumulados (BP)</i>		6.398,55

A seguir, encontram-se as demonstrações contábeis de fevereiro/2002:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 28/02/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	38.944,80	Passivo Circulante	11.928,57
Aplicação financeira	6.611,90	Fornecedor A	12.000,00
Duplicatas a receber	25.500,00	(-) Juros diferidos	(71,43)
(-) Juros diferidos	(767,10)		
Estoques prod. acabados AB	7.600,00		
Ativo Permanente	20.771,56	Patrimônio Líquido	47.787,79
Máquina A	8.199,30	Capital social	40.000,00
Máquina B	12.572,26	Remuneração capital próprio	809,79
		Lucros acumulados	579,45
		Lucro do exercício	6.398,55
Total do Ativo	59.716,36	Total do Passivo	59.716,36

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REF. FEVEREIRO/2002		
Área de responsabilidade Vendas		
Receita operacional de venda de produtos	38.400,00	
(-) Custo operacional de venda de produtos	(30.400,00)	
(=) Margem de contribuição operacional	8.000,00	
Receita financeira de venda de produtos	1.500,00	
(-) Custo financeiro de venda de produtos	(767,10)	
(=) Margem de contribuição financeira	732,90	
Resultado econômico da área Vendas		8.732,90
Área de responsabilidade Finanças		
Receitas financeiras	1.536,05	
Receita financeira de aplicação financeira	21,90	
Financiamento de estoques	891,00	
Financiamento do imobilizado	623,15	
Despesas financeiras	(523,38)	
Financiamento de fornecedores	(113,59)	
Remuneração do capital próprio	(409,79)	
Resultado econômico da área Finanças		1.012,67
Área de responsabilidade Produção		
Receita de produção de AB	38.000,00	
(-) Custo de produção de AB	(29.700,00)	
(=) Margem de contribuição produção	8.300,00	
(-) Custo operacional produção andamento	(891,00)	
(-) Custo financiamento imobilizado	(623,15)	
(-) Custos fixos de produção	(5.000,00)	
(-) Depreciação econômica	(132,87)	
Resultado econômico da área Produção		1.652,98
Contribuição econômica das áreas		11.398,55
Despesas administrativas		(5.000,00)
Resultado econômico da empresa		6.398,55

Para março de 2002, são as seguintes transações econômicas:

Em 18/03/02:

- **Venda, a vista, de 200 unidades do produto AB, ao preço unitário de \$ 50,00**

Inicialmente, deve ser reconhecido o ganho de estocagem do produto acabado AB entre 28/02/2002 e a presente data, visando obter o custo operacional dos produtos vendidos, com base no menor valor de mercado do produto acabado

AB. Em 18/03/2002, o produto AB era cotado a \$ 40,00 a unidade, e em 28/02/2001, \$ 38,00 a unidade. A empresa possuía 200 unidades em estoque, logo, o seu ganho de estocagem no período é de \$ 400,00 e o estoque de produtos acabados passa a valer \$ 8.000,00. Esse ganho de estocagem é atribuído à área de Produção:

<i>D – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>	400,00	
<i>C – Ganho estocagem produto acabado AB (DRE)</i>		400,00

Após o reconhecimento do ganho de estocagem e do custo operacional de estocagem, efetua-se o reconhecimento da receita da venda do produto AB:

<i>D – Caixa (BP)</i>	10.000,00	
<i>C – Receita operacional venda de produtos (DRE)</i>		10.000,00
<i>D – Custo operacional dos produtos vendidos (DRE)</i>	8.000,00	
<i>C – Estoque de produtos acabados AB (BP)</i>		8.000,00

- **Pagamento do Fornecedor A**

<i>D – Aplicação financeira (BP)</i>	33,06	
<i>C – Receita financeira de aplicação financeira (DRE)</i>		33,06
<i>D – Caixa (BP)</i>	6.644,96	
<i>C – Aplicação financeira (BP)</i>		6.644,96

A seguir, são reconhecidos os juros diferidos do fornecedor A, desde 28/02/2002 até a presente data, quando ocorre o pagamento da obrigação ao fornecedor A. Após esse reconhecimento, liquida-se a obrigação:

<i>D – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>	71,43	
<i>C – Juros diferidos fornecedor A (BP)</i>		71,43
<i>D – Fornecedor A</i>	12.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		12.000,00

Após a ocorrência das transações econômicas nessa data, a empresa apresentou um incremento em sua riqueza na ordem de \$ 1.956,57, decorrente da

contribuição positiva da área de Vendas, de \$ 2.000,00, e da contribuição negativa da área de Finanças, de \$ 43,43, que é obtida da confrontação das receitas financeiras de \$ 28,00 com os custos financeiros de \$ 71,43.

Em 31/03/01:

- **Recebimento das vendas efetuadas em 28/02/01**

São reconhecidos os juros diferidos de duplicatas a receber do período, que constituem receitas financeiras da área de Finanças. A seguir, se dá baixa das duplicatas recebidas:

<i>D – Juros diferidos de duplicatas a receber (BP)</i>	767,10	
<i>C – Receita financeira de duplicatas a receber (DRE)</i>		767,10
<i>D – Caixa (BP)</i>	25.500,00	
<i>C – Duplicatas a receber (BP)</i>		25.500,00

- **Pagamento dos gastos da administração central, \$ 6.000,00**

<i>D – Despesas administrativas (DRE)</i>	6.000,00	
<i>C – Caixa (BP)</i>		6.000,00

- **Depreciação do Imobilizado**

O potencial de geração de benefícios futuros da máquina A em 28/02/2002, era de \$ 8.199,30, e em 31/03/2002 é de \$ 8.145,28. Logo, a depreciação econômica no período é de \$ 54,02. Para a máquina B, a depreciação econômica no período foi de \$ 82,83 (\$ 12.572,26 – 12.489,43):

<i>D – Depreciação econômica máquina A (DRE)</i>	54,02	
<i>C – Máquinas e equipamentos A (DRE)</i>		54,02
<i>D – Depreciação econômica máquina B (DRE)</i>	82,83	
<i>C – Máquinas e equipamentos B (DRE)</i>		82,83

- **Financiamento da produção acabada**

A área de Finanças cobra da área de Produção o custo operacional de oportunidade referente à produção acabada, aplicando-se a taxa de captação sobre o valor da produção acabada desde o início do período até o momento em que foi vendida, em 18/03/2002. Sobre o valor do estoque de início de período, \$ 7.600,00, incidirá a taxa de captação de 3%, por um período de 18 dias:

<i>D – Custo operacional de estocagem AB-A (DRE)</i>	136,00	
<i>C – Financiamento de estoques (DRE)</i>		136,00

- **Financiamento do ativo imobilizado**

A área de responsabilidade Finanças cobra da área de responsabilidade Produção o custo de financiamento dos imobilizados, aplicando a taxa de captação no mercado financeiro sobre o valor das máquinas A e B no início do período:

<i>D – Custo financiamento máquina A (DRE)</i>	244,36	
<i>C – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>		244,36
<i>D – Custo financiamento máquina B (DRE)</i>	374,68	
<i>C – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>		374,68

- **Remuneração do capital próprio**

<i>D – Remuneração do capital próprio (DRE)</i>	477,88	
<i>C – Remuneração do capital próprio investido (BP)</i>		477,88

- **Venda, a vista, da Máquina A, por \$ 8.500,00**

Como é uma venda a vista, o resultado econômico apresenta apenas o aspecto operacional. A receita operacional da venda de imobilizado consiste no valor efetivo da venda. Já o custo operacional da venda de imobilizado consiste no valor pelo qual o mesmo constava no imobilizado da empresa em 31/03/2001, ou seja,

seu potencial de geração de benefícios futuros. O resultado econômico da atividade venda de imobilizado é atribuído à área de Produção:

<i>D – Caixa (BP)</i>	8.500,00	
<i>C – Receita operacional venda da máquina A (DRE)</i>		8.500,00
<i>D – Custo operacional venda da máquina A (DRE)</i>	8.145,28	
<i>C – Máquinas e equipamentos A (BP)</i>		8.145,28

A área de Produção vendeu uma máquina por \$ 8.500,00 cujo potencial de geração de benefícios futuros na data da venda era de \$ 8.145,28, obtendo, assim, um resultado econômico positivo de \$ 354,72.

- **Venda, a vista, da Máquina B, por \$ 11.500,00**

Cabem os mesmos comentários efetuados para a transação anterior:

<i>D – Caixa (BP)</i>	11.500,00	
<i>C – Receita operacional venda da máquina B (DRE)</i>		11.500,00
<i>D – Custo operacional venda da máquina B (DRE)</i>	12.489,43	
<i>C – Máquinas e equipamentos B (BP)</i>		12.489,43

A área de Produção vendeu uma máquina por \$ 11.500,00 cujo potencial de geração de benefícios futuros, na data da venda, era de \$ 12.489,43, obtendo assim, um resultado econômico negativo de \$ 989,43.

- **Lançamentos de encerramento das contas de resultado para apuração do resultado do mês**

<i>D – Ganho estocagem produto acabado AB (DRE)</i>	400,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		400,00
<i>D – Receita operacional venda de produtos (DRE)</i>	10.000,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		10.000,00

<i>D – Resultado do exercício</i>	8.000,00	
<i>C – Custo operacional dos produtos vendidos (DRE)</i>		8.000,00
<i>D – Receita financeira de aplicação financeira (DRE)</i>	33,06	
<i>C – Resultado do exercício</i>		33,06
<i>D – Resultado do exercício</i>	71,43	
<i>C – Financiamento de fornecedores (DRE)</i>		71,43
<i>D – Receita financeira de duplicatas a receber (DRE)</i>	767,10	
<i>C – Resultado do exercício</i>		767,10
<i>D – Resultado do exercício</i>	6.000,00	
<i>C – Despesas administrativas (DRE)</i>		6.000,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	136,85	
<i>C – Depreciação econômica</i>		136,85
<i>D – Resultado do exercício</i>	136,00	
<i>C – Custo operacional de estocagem AB-A (DRE)</i>		136,00
<i>D – Financiamento de estoques (DRE)</i>	136,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		136,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	619,04	
<i>C – Custo financiamento imobilizado (DRE)</i>		619,04
<i>D – Financiamento do imobilizado (DRE)</i>	619,04	
<i>C – Resultado do exercício</i>		619,04
<i>D – Resultado do exercício</i>	477,88	
<i>C – Remuneração do capital próprio (DRE)</i>		477,88
<i>D – Receita operacional venda imobilizado (DRE)</i>	20.000,00	
<i>C – Resultado do exercício</i>		20.000,00
<i>D – Resultado do exercício</i>	20.634,71	
<i>C – Custo operacional venda imobilizado (DRE)</i>		20.634,71
• Transferência do resultado do exercício para Lucros (Prejuízos) Acumulados		
<i>D – Lucros (prejuízos) acumulados (BP)</i>	4.120,71	
<i>C – Resultado do exercício</i>		4.120,71

Assim, a empresa apresentou as seguintes demonstrações contábeis, incluindo a DRE acumulada do período entre janeiro-março/2002:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/03/2002			
ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	44.144,96	Patrimônio Líquido	44.144,96
Caixa	44.144,96	Capital social	40.000,00
		Remuneração capital próprio	1.287,67
		Lucros acumulados	6.978,00
		Lucro do exercício	(4.120,71)
Total do Ativo	44.144,96	Total do Passivo	44.144,96

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REF. MARÇO/2002			
Área de responsabilidade Vendas			
Receita operacional de venda de produtos	10.000,00		
(-) Custo operacional de venda de produtos	(8.000,00)		
(=) Margem de contribuição operacional	2.000,00		
Resultado econômico da área Vendas			2.000,00
Área de responsabilidade Finanças			
Receitas financeiras	1.555,20		
Receita financeira de aplicação financeira	33,06		
Receita financeira de duplicatas a receber	767,10		
Financiamento de estoques	136,00		
Financiamento do imobilizado	619,04		
Despesas financeiras	(549,31)		
Financiamento de fornecedores	(71,43)		
Remuneração do capital próprio	(477,88)		
Resultado econômico da área Finanças			1.005,89
Área de responsabilidade Produção			
Receita operacional de venda de imobilizado	20.000,00		
(-) Custo operacional de venda de imobilizado	(20.634,71)		
(=) Margem de contribuição	(634,71)		
Ganho estocagem produto acabado AB	400,00		
(-) Custo operacional estocagem acabados	(136,00)		
(=) Margem de contribuição estocagem	264,00		
(-) Custo financiamento imobilizado	(619,04)		
(-) Depreciação econômica imobilizado	(136,85)		
Resultado econômico da área Produção			(1.126,60)
Contribuição econômica das áreas			1.879,29
Despesas do Período			(6.000,00)
Despesas administrativas	(6.000,00)		
Resultado econômico da empresa			(4.120,71)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ACUMULADA REF. 01-03/2002		
Área de responsabilidade Vendas		
Receita operacional de venda de produtos	48.400,00	
(-) Custo operacional de venda de produtos	(38.400,00)	
(=) Margem de contribuição operacional	10.000,00	
Receita financeira de venda de produtos	1.500,00	
(-) Custo financeiro de venda de produtos	(767,10)	
(=) Margem de contribuição financeira	732,90	
Resultado econômico da área Vendas		10.732,90
Área de responsabilidade Compras		
Receita operacional de compras	21.000,00	
(-) Custo operacional de compras	(21.000,00)	
(=) Margem operacional	-	
Receita financeira de compras	393,84	
(-) Custo financeiro de compras	(1.000,00)	
(=) Margem financeira	(606,16)	
Resultado econômico da área Compras		(606,16)
Área de responsabilidade Finanças		
Receita financeira de aplicação financeira	244,96	
Receita financeira de duplicatas a receber	767,10	
Financiamento de estoques	1.657,00	
Financiamento do imobilizado	1.873,19	
(=) Receitas financeiras	4.542,25	
Financiamento de fornecedores	(393,84)	
Remuneração do capital próprio	(1.287,67)	
(=) Despesas financeiras	(1.681,51)	
Resultado econômico da área Finanças		2.860,74
Área de responsabilidade Produção		
Receita de produção de AB	58.000,00	
(-) Custo de produção de AB	(41.100,00)	
(=) Margem de contribuição produção	16.900,00	
Ganho de estocagem insumos	100,00	
(-) Custo operacional de estocagem insumos	(288,00)	
(=) Margem de contribuição estocagem insumos	(188,00)	
Ganho estocagem produto acabado AB	400,00	
(-) Custo operacional estocagem produto acabado AB	(136,00)	
(=) Margem de contribuição estocagem produto acabado AB	264,00	
Receita da compra de Imobilizados	21.033,43	
(-) Custo de aquisição de Imobilizados	(21.000,00)	
(=) Margem de contribuição compra imobilizado	33,43	
Receita operacional de venda de imobilizado	20.000,00	
(-) Custo operacional de venda de imobilizado	(20.634,71)	
(=) Margem de contribuição venda imobilizado	(634,71)	
(-) Custo operacional produção andamento	(1.233,00)	
(-) Custo financiamento imobilizado	(1.873,19)	
(-) Depreciação econômica	(398,72)	
(-) Custos fixos de produção	(9.000,00)	
Resultado econômico da área Produção		3.869,81
Contribuição econômica das áreas		16.857,29
Despesas administrativas	(14.000,00)	(14.000,00)
Resultado econômico da empresa no período		2.857,29

5.3. Constatações extraídas do exemplo de aplicação dos conceitos discutidos

O resultado acumulado da empresa ao final do terceiro período (março/2002) é o mesmo, tanto pelas práticas contábeis atuais como na abordagem gerencial da Gestão Econômica, quando não se considera os efeitos do custo de remuneração do capital próprio investido, ou seja, \$ 4.144,96.

Essa constatação vem de encontro a uma premissa em relação à Contabilidade, muitas vezes não compreendida por pessoas não acostumadas à lógica por detrás dela: “lucro é caixa”. Ou seja, o lucro contábil, mais dia, menos dia, irá se materializar no caixa da entidade. E isso pode ser perfeitamente observado quando da descontinuidade de uma entidade, como é o caso da Companhia XYZ, que, ao final do terceiro período, entrou em um processo desses. Nessa situação, todos os resultados apurados pela Contabilidade ao longo da existência da entidade acabam se materializando como geração de caixa. E mesmo nos casos de continuidade normal, no longo prazo, os resultados apurados pela Contabilidade tendem a se aproximar da geração de caixa ocorrida no mesmo período.

Na abordagem gerencial da Gestão Econômica foi considerado o custo de oportunidade dos proprietários do capital, que se materializou na remuneração, capitalizada, do capital próprio investido. E esse custo de oportunidade representou o retorno mínimo que os investidores da Companhia XYZ esperavam por terem investido nela. Caso a empresa não conseguisse gerar resultados que garantissem sequer a remuneração desse custo de oportunidade, compensaria para seus investidores efetuar alguma outra forma de investimento com os recursos disponibilizados à Companhia XYZ. Conforme pôde ser observado, do resultado acumulado do período (e por conseqüência, da geração de caixa), de \$ 4.144,96,

\$1.287,67, na verdade, se configuraram como o custo de remuneração do capital próprio, ou seja, o retorno mínimo exigido pelos investidores. O que ultrapassasse esse valor, constituiria em lucro para a entidade. Logo, a Companhia XYZ conseguiu produzir o retorno mínimo exigido pelos seus acionistas, bem como gerar um excedente de \$ 2.857,29.

A consideração dos custos de oportunidade pela Contabilidade agregaria grande relevância aos relatórios contábeis, pois os usuários das informações contábeis, notadamente os investidores, saberiam se valeria ou não a pena investir ou continuar investindo em uma entidade qualquer, dado que passaria a existir uma base de comparação entre o resultado apurado pela entidade e o resultado mínimo que os investidores esperariam dela. Entretanto, como foi demonstrado ao longo do texto, especialmente no Capítulo 2, a não observância dos custos de oportunidade pela Contabilidade constitui em uma de suas falhas.

6. CONCLUSÕES

O exemplo de aplicação apresentado nesta dissertação demonstrou que, em situações de descontinuidade, todos os resultados apurados pela Contabilidade ao longo da existência da entidade acabam por se realizar em seu caixa. E os únicos fatores que podem fazer com que o resultado contábil seja diferente da geração de caixa em um período são a consideração dos efeitos inflacionários e do custo de oportunidade de remuneração do capital próprio sobre os resultados da entidade. Dessa forma, somente ao final da existência da entidade é que se saberia qual foi efetivamente o seu real acréscimo ou decréscimo de riqueza.

Entretanto, é ilógico esperar-se a descontinuidade de uma entidade para só então apurar o quanto ela agregou, ou desagregou, de riqueza ao longo de sua vida, pois as entidades são constituídas no pressuposto da continuidade normal e infinita de suas operações. Dessa forma, conforme preconizado no princípio da realização da receita e confrontação das despesas (a competência), é necessário que, de tempos em tempos, seja apurado o resultado parcial da entidade, de tal forma que os gestores possam tomar decisões em relação à sua gestão.

Para que os gestores possam tomar decisões úteis, é necessário que as informações que recebem sejam úteis, relevantes. E para que isso ocorra, é necessário que as informações contidas nos relatórios contábeis retratem com fidelidade a real posição do patrimônio da entidade a qualquer momento. Nesse contexto, os acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades, materializados pelos resultados dos períodos incorporados ao patrimônio líquido, devem ser

reconhecidos no momento em que de fato ocorrem, e não apenas quando se realizam. É claro que, em muitas situações, a ocorrência e a realização da criação de riqueza são coincidentes, como por exemplo, na compra, a vista, de insumos para a utilização no processo produtivo.

Conforme foi demonstrado, o reconhecimento dos acréscimos ou decréscimos de riqueza nas entidades, quando de fato ocorrem, envolve expectativas em relação a resultados futuros. Entretanto, a Contabilidade, quando baseada nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, se destina a contabilizar e divulgar fatos já ocorridos, transações já realizadas. Assim, não caberia a ela, através de seus relatórios de divulgação externa, divulgar expectativas em torno de desempenho futuro da entidade.

É possível afirmar que os gestores administram as entidades com vistas ao futuro, sendo necessário que os relatórios gerados pela Contabilidade apresentem expectativas quanto ao desempenho futuro. Para tanto, a Contabilidade deve ser capaz de apresentar relatórios destinados à gestão que levem em conta esses fatos. Assim, os relatórios contábeis gerenciais internos não precisam estar necessariamente vinculados à estrutura rígida das práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Com base nisso, observa-se que a presente dissertação responde ao problema de pesquisa proposto, ou seja:

De que forma o reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades é tratado pela Contabilidade em seus relatórios?

As práticas contábeis atuais, baseadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, não reconhecem os acréscimos e decréscimos de riqueza quando de fato ocorrem. Já a abordagem gerencial da Gestão Econômica os reconhece.

Assim, por exemplo, no caso de uma compra a prazo de insumos, foi observado que, pelas práticas contábeis atuais, essa transação não impacta o patrimônio líquido da entidade, não cria riqueza. Já, pela abordagem gerencial da Gestão Econômica, essa transação cria riqueza, agrega valor para a entidade, impacta o patrimônio líquido. E a verificação da criação ou não de riqueza em uma determinada transação é possibilitada pela consideração dos custos de oportunidade das transações.

Em relação às hipóteses de pesquisa formuladas, ambas são aceitas em função dos conceitos apresentados ao longo da dissertação. Assim, se os relatórios contábeis forem baseados na abordagem gerencial da Gestão Econômica, reconhecerão os acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades no momento em que de fato ocorrem, da mesma forma que, se os relatórios contábeis forem baseados nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, não reconhecerão os acréscimos ou decréscimos de riqueza das entidades no momento em que de fato ocorrem.

Finalmente, os objetivos deste trabalho foram atendidos, de tal forma que ele contribui para a clarificação e solidificação dos conceitos relacionados à questão do reconhecimento dos acréscimos e decréscimos de riqueza das entidades, mais especificamente no que tange à confrontação entre os conceitos relacionados aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e os relacionados à abordagem gerencial da Gestão Econômica.

Como temas de pesquisas futuras decorrentes da presente dissertação, sugerem-se os seguintes:

- Análise empírica dos impactos decorrentes da aplicação pela Contabilidade dos conceitos presentes na abordagem gerencial da Gestão Econômica, em relação à mensuração de ativos e reconhecimento de receitas;
- Análise da reação de investidores e demais grupos de indivíduos com interesses na entidade à divulgação de relatórios contábeis baseados nos conceitos presentes na abordagem gerencial da Gestão Econômica;
- Análise empírica dos impactos decorrentes da adoção de uma estrutura de Contabilidade baseada em valores justos, ou seja, no *fair value*.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BARROS, Elizabeth Ferraz, NOSSA, Valcemiro. Decisões financeiras e impactos tempo-conjunturais. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v.10, n. 18, p. 51-66, mai./ago. 1998.

CARVALHO, Luiz Nelson G. LOPES, Alexsandro Broedel. Contabilização de operações com derivativos: uma comparação entre o SFAS n. 133 e o arcabouço emanado pelo COSIF. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 42-60, jan./abr. 1999.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.) **Construindo o saber – metodologia científica: fundamentos e técnicas**. 4. ed. Campinas: Papirus Editora, 1994.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

CATELLI, Armando.(Coord.) **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. São Paulo: Atlas, 1999.

CATELLI, Armando. GUERREIRO, Reinaldo. **Seminário de gestão econômica de empresas – GECON**. São Paulo: ANEFAC/FIPECAFI, 1994.

CATELLI, Armando. GUERREIRO, Reinaldo. **GECON – sistema de informação de gestão econômica**: uma proposta para mensuração contábil do resultado das atividades empresariais. São Paulo: Conselho Regional de Contabilidade – SP, Ano 30, setembro/1992.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 2. ed. Brasília: CFC, 2000.

DELANEY, Patrick R., EPSTEIN, Barry J., ADLER, James R., FORAN, Michael F. **GAAP2000: Interpretation and application of generally accepted accounting principles 2000**. New York: John Wiley & Sons, 2000.

EDWARDS, Edgard O, BELL, Philip W. **The theory and measurement of business income**. Berkeley: University of California Press, 1961.

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Issues in accounting for internet activities**. Connecticut: FAB, 1999.

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. – *Statement of Financial Accounting Standards SFAS 133: **Accounting for derivative instruments and hedging activities***. Connecticut: FASB, 1998.

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. – *Statement of Financial Accounting Standards SFAS 107: **Disclosure about derivative financial instruments and fair value of financial instruments***. Connecticut: FASB, 1991.

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. – ***Statement of Financial Accounting Concepts SFAC 2***. Connecticut: FASB, 1980.

FESS, Philip E. FERRARA, William L. *The period cost concept for income measurement: can it be defended?* **The Accounting Review**, 1961.

GLAUTIER. M.W.E & UNDERDOWN. B. ***Accounting theory and practice***. 3rd ed. London: Pitman Publishing Ltd., 1986.

GUERREIRO, Reinaldo. ***A meta da empresa: seu alcance sem mistérios***. São Paulo: Atlas, 1996.

GUERREIRO, Reinaldo. ***A teoria das restrições e o sistema de gestão econômica: uma proposta de integração conceitual***. Tese (Livre Docência em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

GUERREIRO, Reinaldo. ***Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade***. Tese (Doutorado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

HENDRIKSEN, Eldon S. VAN BREDÁ, Michael F. ***Teoria da contabilidade***. São Paulo: Atlas, 1999.

HORNGREEN, Charles T. ***Introdução à contabilidade gerencial***. 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. ***International accounting standard IAS 41***. London: IASB, 2001.

IASB - INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. ***International accounting standards 2000***. London: IASB, 2000.

IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. ***Exposure draft E65 – Agriculture***. London: IASB, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. ***Contabilidade gerencial***. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. ***Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis***. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1966.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (dir.). MARTINS, Eliseu (coord.). GELCKE, Ernesto Rubens (sup.). **Manual de Contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

KAHN, Jeremy. Abracadabra! O faturamento explodiu. **Fortune Américas**, p. 8-9 25/03/2000.

KAM, Vernon. **Accounting theory**. 2nd ed. New York: John Wiley & Sons, 1990.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, EDUSP, 1980.

LINDORFF, Dave. *The Fair Marking of Derivatives*. **Global Finance**. p. 21. September 1998.

LISBOA, Lázaro Plácido. SCHERER, Luciano Márcio. *Fair value accounting e suas aplicações nas atividades agropecuárias*. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano 29, n. 126, p. 66-83, nov./dez. 2000.

LOPES, Alexsandro Broedel. Uma análise crítica do arcabouço teórico do SFAS 133: *Accounting for derivative instruments and hedging activities*. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 16-28, set./dez. 1999.

MARTINS, Eliseu (org.). **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. **Caderno de Estudos**. São Paulo, v. 13, n. 24, p. 28-37, jul./dez. 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade. LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

NASCIMENTO, Auster Moreira. **Uma contribuição para o estudo dos custos de oportunidade**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

PEREIRA, Carlos Daniel Schneider. Uma contribuição para o entendimento do *fair value accounting*. **Revista de Contabilidade do CRC-SP**, São Paulo: CRC-SP, mar/2000.

PINHO, Manoel Orlando de Moraes. **Dicionário de termos de negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997

RAMOS, Alkindar de Toledo. **O problema da amortização dos bens depreciables e as necessidades administrativas da empresa**. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.

SANTOS, Edilene Santana. PONTE, Vera. Modelo de decisão em gestão econômica. **Caderno de Estudos**, São Paulo, v.10, n. 19, p. 43-56, set./dez. 1998.

SCHERER, Egidio Leopoldo. **Modelo de mensuração do resultado econômico de empresa agrícola: um enfoque de gestão econômica**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SHERMAN, H. David, YOUNG, S. David. *Tread lightly through these accounting minefields*. **Harvard Business Review**, July-August/2001.

SPROUSE, Robert T., MOONITZ, Maurice. **A tentative set of broad accounting principles for business enterprises: an accounting research study**. New York: AICPA n. 03, 1962.

SZUSTER, Natan. **Análise do lucro passível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa**. Tese (Doutorado em Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

ANEXO 1 – Fluxo descontado de benefícios futuros do Imobilizado

Tabela 1 – Fluxo, descontado, de benefícios futuros do Imobilizado em 02/01/2002 (Taxa de desconto de 3,00%)

Períodos	Máquina A				Máquina B			
	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente
1	200,00	1,50	300,00	291,26	200,00	2,30	460,00	446,60
2	200,00	1,50	300,00	282,78	200,00	2,30	460,00	433,59
3	200,00	1,50	300,00	274,54	200,00	2,30	460,00	420,97
4	200,00	1,50	300,00	266,55	200,00	2,30	460,00	408,70
5	200,00	1,50	300,00	258,78	200,00	2,30	460,00	396,80
6	200,00	1,50	300,00	251,25	200,00	2,30	460,00	385,24
7	200,00	1,50	300,00	243,93	200,00	2,30	460,00	374,02
8	200,00	1,50	300,00	236,82	200,00	2,30	460,00	363,13
9	200,00	1,50	300,00	229,93	200,00	2,30	460,00	352,55
10	200,00	1,50	300,00	223,23	200,00	2,30	460,00	342,28
11	200,00	1,50	300,00	216,73	200,00	2,30	460,00	332,31
12	200,00	1,50	300,00	210,41	200,00	2,30	460,00	322,63
13	200,00	1,50	300,00	204,29	200,00	2,30	460,00	313,24
14	200,00	1,50	300,00	198,34	200,00	2,30	460,00	304,11
15	200,00	1,50	300,00	192,56	200,00	2,30	460,00	295,26
16	200,00	1,50	300,00	186,95	200,00	2,30	460,00	286,66
17	200,00	1,50	300,00	181,50	200,00	2,30	460,00	278,31
18	200,00	1,50	300,00	176,22	200,00	2,30	460,00	270,20
19	200,00	1,50	300,00	171,09	200,00	2,30	460,00	262,33
20	200,00	1,50	300,00	166,10	200,00	2,30	460,00	254,69
21	200,00	1,50	300,00	161,26	200,00	2,30	460,00	247,27
22	200,00	1,50	300,00	156,57	200,00	2,30	460,00	240,07
23	200,00	1,50	300,00	152,01	200,00	2,30	460,00	233,08
24	200,00	1,50	300,00	147,58	200,00	2,30	460,00	226,29
25	200,00	1,50	300,00	143,28	200,00	2,30	460,00	219,70
26	200,00	1,50	300,00	139,11	200,00	2,30	460,00	213,30
27	200,00	1,50	300,00	135,06	200,00	2,30	460,00	207,09
28	200,00	1,50	300,00	131,12	200,00	2,30	460,00	201,06
29	200,00	1,50	300,00	127,30	200,00	2,30	460,00	195,20
30	200,00	1,50	300,00	123,60	200,00	2,30	460,00	189,51
31	200,00	1,50	300,00	120,00	200,00	2,30	460,00	183,99
32	200,00	1,50	300,00	116,50	200,00	2,30	460,00	178,64
33	200,00	1,50	300,00	113,11	200,00	2,30	460,00	173,43
34	200,00	1,50	300,00	109,81	200,00	2,30	460,00	168,38
35	200,00	1,50	300,00	106,62	200,00	2,30	460,00	163,48
36	200,00	1,50	300,00	103,51	200,00	2,30	460,00	158,71
37	200,00	1,50	300,00	100,49	200,00	2,30	460,00	154,09
38	200,00	1,50	300,00	97,57	200,00	2,30	460,00	149,60
39	200,00	1,50	300,00	94,73	200,00	2,30	460,00	145,25
40	200,00	1,50	300,00	91,97	200,00	2,30	460,00	141,02
41	200,00	1,50	300,00	89,29	200,00	2,30	460,00	136,91
42	200,00	1,50	300,00	86,69	200,00	2,30	460,00	132,92
43	200,00	1,50	300,00	84,16	200,00	2,30	460,00	129,05
44	200,00	1,50	300,00	81,71	200,00	2,30	460,00	125,29
45	200,00	1,50	300,00	79,33	200,00	2,30	460,00	121,64
46	200,00	1,50	300,00	77,02	200,00	2,30	460,00	118,10
47	200,00	1,50	300,00	74,78	200,00	2,30	460,00	114,66
48	200,00	1,50	300,00	72,60	200,00	2,30	460,00	111,32
49	200,00	1,50	300,00	70,49	200,00	2,30	460,00	108,08
50	200,00	1,50	300,00	68,43	200,00	2,30	460,00	104,93
51	200,00	1,50	300,00	66,44	200,00	2,30	460,00	101,87
52	200,00	1,50	300,00	64,50	200,00	2,30	460,00	98,91
53	200,00	1,50	300,00	62,63	200,00	2,30	460,00	96,03
54	200,00	1,50	300,00	60,80	200,00	2,30	460,00	93,23
55	200,00	1,50	300,00	59,03	200,00	2,30	460,00	90,51
56	200,00	1,50	300,00	57,31	200,00	2,30	460,00	87,88
57	200,00	1,50	300,00	55,64	200,00	2,30	460,00	85,32
58	200,00	1,50	300,00	54,02	200,00	2,30	460,00	82,83
59	200,00	1,50	300,00	52,45	200,00	2,30	460,00	80,42
60	200,00	1,50	300,00	50,92	200,00	2,30	460,00	78,08
Total			18.000,00	8.302,67			27.600,00	12.730,76

Tabela 2 – Fluxo, descontado, de benefícios futuros do Imobilizado em 31/01/2002 (Taxa de desconto de 3,00%)

Períodos	Máquina A				Máquina B			
	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente
1	200,00	1,50	300,00	291,26	200,00	2,30	460,00	446,60
2	200,00	1,50	300,00	282,78	200,00	2,30	460,00	433,59
3	200,00	1,50	300,00	274,54	200,00	2,30	460,00	420,97
4	200,00	1,50	300,00	266,55	200,00	2,30	460,00	408,70
5	200,00	1,50	300,00	258,78	200,00	2,30	460,00	396,80
6	200,00	1,50	300,00	251,25	200,00	2,30	460,00	385,24
7	200,00	1,50	300,00	243,93	200,00	2,30	460,00	374,02
8	200,00	1,50	300,00	236,82	200,00	2,30	460,00	363,13
9	200,00	1,50	300,00	229,93	200,00	2,30	460,00	352,55
10	200,00	1,50	300,00	223,23	200,00	2,30	460,00	342,28
11	200,00	1,50	300,00	216,73	200,00	2,30	460,00	332,31
12	200,00	1,50	300,00	210,41	200,00	2,30	460,00	322,63
13	200,00	1,50	300,00	204,29	200,00	2,30	460,00	313,24
14	200,00	1,50	300,00	198,34	200,00	2,30	460,00	304,11
15	200,00	1,50	300,00	192,56	200,00	2,30	460,00	295,26
16	200,00	1,50	300,00	186,95	200,00	2,30	460,00	286,66
17	200,00	1,50	300,00	181,50	200,00	2,30	460,00	278,31
18	200,00	1,50	300,00	176,22	200,00	2,30	460,00	270,20
19	200,00	1,50	300,00	171,09	200,00	2,30	460,00	262,33
20	200,00	1,50	300,00	166,10	200,00	2,30	460,00	254,69
21	200,00	1,50	300,00	161,26	200,00	2,30	460,00	247,27
22	200,00	1,50	300,00	156,57	200,00	2,30	460,00	240,07
23	200,00	1,50	300,00	152,01	200,00	2,30	460,00	233,08
24	200,00	1,50	300,00	147,58	200,00	2,30	460,00	226,29
25	200,00	1,50	300,00	143,28	200,00	2,30	460,00	219,70
26	200,00	1,50	300,00	139,11	200,00	2,30	460,00	213,30
27	200,00	1,50	300,00	135,06	200,00	2,30	460,00	207,09
28	200,00	1,50	300,00	131,12	200,00	2,30	460,00	201,06
29	200,00	1,50	300,00	127,30	200,00	2,30	460,00	195,20
30	200,00	1,50	300,00	123,60	200,00	2,30	460,00	189,51
31	200,00	1,50	300,00	120,00	200,00	2,30	460,00	183,99
32	200,00	1,50	300,00	116,50	200,00	2,30	460,00	178,64
33	200,00	1,50	300,00	113,11	200,00	2,30	460,00	173,43
34	200,00	1,50	300,00	109,81	200,00	2,30	460,00	168,38
35	200,00	1,50	300,00	106,62	200,00	2,30	460,00	163,48
36	200,00	1,50	300,00	103,51	200,00	2,30	460,00	158,71
37	200,00	1,50	300,00	100,49	200,00	2,30	460,00	154,09
38	200,00	1,50	300,00	97,57	200,00	2,30	460,00	149,60
39	200,00	1,50	300,00	94,73	200,00	2,30	460,00	145,25
40	200,00	1,50	300,00	91,97	200,00	2,30	460,00	141,02
41	200,00	1,50	300,00	89,29	200,00	2,30	460,00	136,91
42	200,00	1,50	300,00	86,69	200,00	2,30	460,00	132,92
43	200,00	1,50	300,00	84,16	200,00	2,30	460,00	129,05
44	200,00	1,50	300,00	81,71	200,00	2,30	460,00	125,29
45	200,00	1,50	300,00	79,33	200,00	2,30	460,00	121,64
46	200,00	1,50	300,00	77,02	200,00	2,30	460,00	118,10
47	200,00	1,50	300,00	74,78	200,00	2,30	460,00	114,66
48	200,00	1,50	300,00	72,60	200,00	2,30	460,00	111,32
49	200,00	1,50	300,00	70,49	200,00	2,30	460,00	108,08
50	200,00	1,50	300,00	68,43	200,00	2,30	460,00	104,93
51	200,00	1,50	300,00	66,44	200,00	2,30	460,00	101,87
52	200,00	1,50	300,00	64,50	200,00	2,30	460,00	98,91
53	200,00	1,50	300,00	62,63	200,00	2,30	460,00	96,03
54	200,00	1,50	300,00	60,80	200,00	2,30	460,00	93,23
55	200,00	1,50	300,00	59,03	200,00	2,30	460,00	90,51
56	200,00	1,50	300,00	57,31	200,00	2,30	460,00	87,88
57	200,00	1,50	300,00	55,64	200,00	2,30	460,00	85,32
58	200,00	1,50	300,00	54,02	200,00	2,30	460,00	82,83
59	200,00	1,50	300,00	52,45	200,00	2,30	460,00	80,42
60								
Total			17.700,00	8.251,75			27.140,00	12.652,68

Tabela 3 – Fluxo, descontado, de benefícios futuros do Imobilizado em 28/02/2002 (Taxa de desconto de 3,00%)

Períodos	Máquina A				Máquina B			
	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente
1	200,00	1,50	300,00	291,26	200,00	2,30	460,00	446,60
2	200,00	1,50	300,00	282,78	200,00	2,30	460,00	433,59
3	200,00	1,50	300,00	274,54	200,00	2,30	460,00	420,97
4	200,00	1,50	300,00	266,55	200,00	2,30	460,00	408,70
5	200,00	1,50	300,00	258,78	200,00	2,30	460,00	396,80
6	200,00	1,50	300,00	251,25	200,00	2,30	460,00	385,24
7	200,00	1,50	300,00	243,93	200,00	2,30	460,00	374,02
8	200,00	1,50	300,00	236,82	200,00	2,30	460,00	363,13
9	200,00	1,50	300,00	229,93	200,00	2,30	460,00	352,55
10	200,00	1,50	300,00	223,23	200,00	2,30	460,00	342,28
11	200,00	1,50	300,00	216,73	200,00	2,30	460,00	332,31
12	200,00	1,50	300,00	210,41	200,00	2,30	460,00	322,63
13	200,00	1,50	300,00	204,29	200,00	2,30	460,00	313,24
14	200,00	1,50	300,00	198,34	200,00	2,30	460,00	304,11
15	200,00	1,50	300,00	192,56	200,00	2,30	460,00	295,26
16	200,00	1,50	300,00	186,95	200,00	2,30	460,00	286,66
17	200,00	1,50	300,00	181,50	200,00	2,30	460,00	278,31
18	200,00	1,50	300,00	176,22	200,00	2,30	460,00	270,20
19	200,00	1,50	300,00	171,09	200,00	2,30	460,00	262,33
20	200,00	1,50	300,00	166,10	200,00	2,30	460,00	254,69
21	200,00	1,50	300,00	161,26	200,00	2,30	460,00	247,27
22	200,00	1,50	300,00	156,57	200,00	2,30	460,00	240,07
23	200,00	1,50	300,00	152,01	200,00	2,30	460,00	233,08
24	200,00	1,50	300,00	147,58	200,00	2,30	460,00	226,29
25	200,00	1,50	300,00	143,28	200,00	2,30	460,00	219,70
26	200,00	1,50	300,00	139,11	200,00	2,30	460,00	213,30
27	200,00	1,50	300,00	135,06	200,00	2,30	460,00	207,09
28	200,00	1,50	300,00	131,12	200,00	2,30	460,00	201,06
29	200,00	1,50	300,00	127,30	200,00	2,30	460,00	195,20
30	200,00	1,50	300,00	123,60	200,00	2,30	460,00	189,51
31	200,00	1,50	300,00	120,00	200,00	2,30	460,00	183,99
32	200,00	1,50	300,00	116,50	200,00	2,30	460,00	178,64
33	200,00	1,50	300,00	113,11	200,00	2,30	460,00	173,43
34	200,00	1,50	300,00	109,81	200,00	2,30	460,00	168,38
35	200,00	1,50	300,00	106,62	200,00	2,30	460,00	163,48
36	200,00	1,50	300,00	103,51	200,00	2,30	460,00	158,71
37	200,00	1,50	300,00	100,49	200,00	2,30	460,00	154,09
38	200,00	1,50	300,00	97,57	200,00	2,30	460,00	149,60
39	200,00	1,50	300,00	94,73	200,00	2,30	460,00	145,25
40	200,00	1,50	300,00	91,97	200,00	2,30	460,00	141,02
41	200,00	1,50	300,00	89,29	200,00	2,30	460,00	136,91
42	200,00	1,50	300,00	86,69	200,00	2,30	460,00	132,92
43	200,00	1,50	300,00	84,16	200,00	2,30	460,00	129,05
44	200,00	1,50	300,00	81,71	200,00	2,30	460,00	125,29
45	200,00	1,50	300,00	79,33	200,00	2,30	460,00	121,64
46	200,00	1,50	300,00	77,02	200,00	2,30	460,00	118,10
47	200,00	1,50	300,00	74,78	200,00	2,30	460,00	114,66
48	200,00	1,50	300,00	72,60	200,00	2,30	460,00	111,32
49	200,00	1,50	300,00	70,49	200,00	2,30	460,00	108,08
50	200,00	1,50	300,00	68,43	200,00	2,30	460,00	104,93
51	200,00	1,50	300,00	66,44	200,00	2,30	460,00	101,87
52	200,00	1,50	300,00	64,50	200,00	2,30	460,00	98,91
53	200,00	1,50	300,00	62,63	200,00	2,30	460,00	96,03
54	200,00	1,50	300,00	60,80	200,00	2,30	460,00	93,23
55	200,00	1,50	300,00	59,03	200,00	2,30	460,00	90,51
56	200,00	1,50	300,00	57,31	200,00	2,30	460,00	87,88
57	200,00	1,50	300,00	55,64	200,00	2,30	460,00	85,32
58	200,00	1,50	300,00	54,02	200,00	2,30	460,00	82,83
59								
60								
Total			17.400,00	8.199,30			26.680,00	12.572,26

Tabela 4 – Fluxo, descontado, de benefícios futuros do Imobilizado em 31/03/2002 (Taxa de desconto de 3,00%)

Períodos	Máquina A				Máquina B			
	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente	Horas	Unitário	Valor Nominal	Valor Presente
1	200,00	1,50	300,00	291,26	200,00	2,30	460,00	446,60
2	200,00	1,50	300,00	282,78	200,00	2,30	460,00	433,59
3	200,00	1,50	300,00	274,54	200,00	2,30	460,00	420,97
4	200,00	1,50	300,00	266,55	200,00	2,30	460,00	408,70
5	200,00	1,50	300,00	258,78	200,00	2,30	460,00	396,80
6	200,00	1,50	300,00	251,25	200,00	2,30	460,00	385,24
7	200,00	1,50	300,00	243,93	200,00	2,30	460,00	374,02
8	200,00	1,50	300,00	236,82	200,00	2,30	460,00	363,13
9	200,00	1,50	300,00	229,93	200,00	2,30	460,00	352,55
10	200,00	1,50	300,00	223,23	200,00	2,30	460,00	342,28
11	200,00	1,50	300,00	216,73	200,00	2,30	460,00	332,31
12	200,00	1,50	300,00	210,41	200,00	2,30	460,00	322,63
13	200,00	1,50	300,00	204,29	200,00	2,30	460,00	313,24
14	200,00	1,50	300,00	198,34	200,00	2,30	460,00	304,11
15	200,00	1,50	300,00	192,56	200,00	2,30	460,00	295,26
16	200,00	1,50	300,00	186,95	200,00	2,30	460,00	286,66
17	200,00	1,50	300,00	181,50	200,00	2,30	460,00	278,31
18	200,00	1,50	300,00	176,22	200,00	2,30	460,00	270,20
19	200,00	1,50	300,00	171,09	200,00	2,30	460,00	262,33
20	200,00	1,50	300,00	166,10	200,00	2,30	460,00	254,69
21	200,00	1,50	300,00	161,26	200,00	2,30	460,00	247,27
22	200,00	1,50	300,00	156,57	200,00	2,30	460,00	240,07
23	200,00	1,50	300,00	152,01	200,00	2,30	460,00	233,08
24	200,00	1,50	300,00	147,58	200,00	2,30	460,00	226,29
25	200,00	1,50	300,00	143,28	200,00	2,30	460,00	219,70
26	200,00	1,50	300,00	139,11	200,00	2,30	460,00	213,30
27	200,00	1,50	300,00	135,06	200,00	2,30	460,00	207,09
28	200,00	1,50	300,00	131,12	200,00	2,30	460,00	201,06
29	200,00	1,50	300,00	127,30	200,00	2,30	460,00	195,20
30	200,00	1,50	300,00	123,60	200,00	2,30	460,00	189,51
31	200,00	1,50	300,00	120,00	200,00	2,30	460,00	183,99
32	200,00	1,50	300,00	116,50	200,00	2,30	460,00	178,64
33	200,00	1,50	300,00	113,11	200,00	2,30	460,00	173,43
34	200,00	1,50	300,00	109,81	200,00	2,30	460,00	168,38
35	200,00	1,50	300,00	106,62	200,00	2,30	460,00	163,48
36	200,00	1,50	300,00	103,51	200,00	2,30	460,00	158,71
37	200,00	1,50	300,00	100,49	200,00	2,30	460,00	154,09
38	200,00	1,50	300,00	97,57	200,00	2,30	460,00	149,60
39	200,00	1,50	300,00	94,73	200,00	2,30	460,00	145,25
40	200,00	1,50	300,00	91,97	200,00	2,30	460,00	141,02
41	200,00	1,50	300,00	89,29	200,00	2,30	460,00	136,91
42	200,00	1,50	300,00	86,69	200,00	2,30	460,00	132,92
43	200,00	1,50	300,00	84,16	200,00	2,30	460,00	129,05
44	200,00	1,50	300,00	81,71	200,00	2,30	460,00	125,29
45	200,00	1,50	300,00	79,33	200,00	2,30	460,00	121,64
46	200,00	1,50	300,00	77,02	200,00	2,30	460,00	118,10
47	200,00	1,50	300,00	74,78	200,00	2,30	460,00	114,66
48	200,00	1,50	300,00	72,60	200,00	2,30	460,00	111,32
49	200,00	1,50	300,00	70,49	200,00	2,30	460,00	108,08
50	200,00	1,50	300,00	68,43	200,00	2,30	460,00	104,93
51	200,00	1,50	300,00	66,44	200,00	2,30	460,00	101,87
52	200,00	1,50	300,00	64,50	200,00	2,30	460,00	98,91
53	200,00	1,50	300,00	62,63	200,00	2,30	460,00	96,03
54	200,00	1,50	300,00	60,80	200,00	2,30	460,00	93,23
55	200,00	1,50	300,00	59,03	200,00	2,30	460,00	90,51
56	200,00	1,50	300,00	57,31	200,00	2,30	460,00	87,88
57	200,00	1,50	300,00	55,64	200,00	2,30	460,00	85,32
58								
59								
60								
Total			17.100,00	8.145,28			26.220,00	12.489,43